



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

RESOLUÇÃO Nº 016/2009.

EMENTA: Aprova Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras do Departamento de Letras e Ciências Humanas desta Universidade.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Parágrafo 6º do Art. 15 do Estatuto desta Universidade e considerando os termos da Decisão Nº 006/2009 da Câmara de Ensino de Graduação deste Conselho, em sua I Reunião Ordinária, realizada no dia 06 de fevereiro de 2009, exarada no Processo UFRPE Nº 23082. 016651/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar, em sua área de competência, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras do Departamento de Letras e Ciências Humanas desta Universidade, cujo objetivo é proporcionar ao acadêmico do curso de Letras um conhecimento aprofundado das diversas faces da linguagem humana, que podem ser aplicadas em diferentes campos de atividade, tanto na formação básica para o magistério como na formação complementar para a comunicação social, documentação, turismo, com o uso, inclusive, de novas tecnologias e mídias eletrônicas e da compreensão da literatura como produto histórico e socialmente entrosado ao seu tempo, conforme consta do Projeto em anexo ao Processo acima mencionado.

Art. 2º - Revogam-se às disposições em contrário.

SALA DOS CONSELHOS DA UFRPE, em 12 de fevereiro de 2009.

PROF. VALMAR CORRÊA DE ANDRADE
= PRESIDENTE =

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

**LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA E
LITERATURAS DE LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA**

RECIFE

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

COMISSÃO RESPONSÁVEL:

DORILMA NEVES GALDINO ALVES

MARI NOELI KIEHL IAPECHINO

SANDRA HELENA DIAS DE MELO

VALÉRIA SEVERINA GOMES

VICENTINA MARIA RAMIRES BORBA

RECIFE

2008

SUMÁRIO

CONTEXTO E MOTIVOS	04
1. CONCEPÇÃO DO CURSO	05
2. OBJETIVOS DO CURSO	09
3. PERFIL DOS FORMANDOS	11
4. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ENSINO	13
4.1. Metodologia de Ensino	13
4.1.2. Prática Pedagógica	14
4.2. Sistema e Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	16
5. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	18
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
6.1. Estruturação da Matriz Curricular – Formações Específica e Geral	22
6.2. Matriz Curricular a ser Implantada em 2008	23
6.2.1. Matriz curricular a ser implantada em 2009	25
6.3. Ementário das Disciplinas	31
6.4. Bibliografia das Disciplinas	32
6.5. Proposta de Ementas e Bibliografias	33
7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	84
7.1. Justificativa	84
7.2. Objetivos	86
7.3. Etapas de Desenvolvimento do Estágio Supervisionado	87
7.3.1. Metodologia	89
7.4. Avaliação	90
7.5. Estágios em Instituições	90
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	90
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	91
10. EXTENSÃO NO CURSO DE LETRAS	91
10.1. Institucionalização da Extensão no Curso de Letras	92
10.2. Programas de Extensão	93
10.2.1. Alfabetização de Adultos	93
10.2.2. Ciclos de Palestras	93
10.2.3. Oficinas de Produção de Leituras e de Textos	93
10.2.4. Reforço de Aprendizagem de Jovens e Adultos	94
10.2.5. Relatórios de Estágios	95
11. MONITORIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	96
11.1. Programa de Monitoria	96
11.2. Iniciação Científica no curso de Letras	96
12. SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS	97
12.1. Programa de Avaliação Institucional	97
12.1.1. Programa de Auto-Avaliação do Curso de Letras da UFRPE	99
12.1.2. Princípios e Diretrizes	100
12.1.3. Metodologia da Avaliação	102
A N E X O S	106

CONTEXTO E MOTIVOS

A história da Universidade Federal Rural de Pernambuco confunde-se com a história das primeiras instituições culturais e científicas deste nível, quando surgem as iniciativas na área de educação com a vinda da Família Imperial ao país no final do século XIX. O ensino superior no Brasil se firmou, portanto, com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Mas é no começo do século xx que esses institutos vão se tornar as universidades com o formato hoje conhecido, consideradas, obviamente, as mudanças advindas das condições temporais, sociais, culturais, políticas e econômicas pelas quais passaram essas instituições ao longo dos últimos cem anos.

É assim que as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, inauguradas no dia 1º de fevereiro de 1914, na cidade de Olinda, pelo Reverendo Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Pedro Roeser, deram origem à Universidade Federal Rural de Pernambuco, que, em 1938, instala-se do Engenho São Bento para o Bairro de Dois Irmãos, no Recife, onde ainda permanece.

Desde sua fundação até hoje, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vem apresentando significativo crescimento estrutural e acadêmico. No primeiro caso, com a recente expansão de unidades acadêmicas nos campi de Garanhuns e Serra Talhada, além daqueles já existentes em outras regiões do estado de Pernambuco. No segundo caso, o crescimento acadêmico manifesta-se pelos indicadores de formação docente, número de cursos de graduação e pós-graduação (*stricto e latu senso*), pelo volume de produção docente e discente, pelos convênios firmados com instituições internacionais de grande reconhecimento social, e, sobretudo, pela contribuição que vem dando à sociedade com a formação de futuros profissionais qualificados e com a participação dessa comunidade nos quadros de decisão de políticas públicas.

A UFRPE é hoje composta por seis Pró-Reitorias, 15 Departamentos Acadêmicos e quatro Administrativos, além das Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão e Órgãos Suplementares. Mantém 19 cursos de Graduação e 19 programas de Pós Graduação, que totalizam 17 cursos de Mestrado e oito de Doutorado. A Universidade também oferece cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão. Dada a dinâmica de crescimento desta Instituição, esses números estão sempre mudando, sobretudo nos últimos anos, quando se vem registrando um aumento significativo nos indicadores de produção, formação, extensão e estrutura.

Uma vez que a maior parte das atividades universitárias concentra-se no Campus de Dois Irmãos, localizado na cidade de Recife, a demanda de candidatos aos cursos de graduação vêm-se tornando cada vez maior, seja por aqueles que moram na capital, como aqueles que moram no interior aonde a Universidade Rural ainda não chegou com os seus campi. Funcionando em três turnos, a concentração de alunos é maior nos turnos da manhã e da noite, este último atendendo um número significativo de trabalhadores.

Na área das Ciências Humanas, já se encontra em pleno funcionamento um núcleo de Línguas, cujo objetivo é preparar a comunidade acadêmica (professores, funcionários e alunos) para responder as exigências do mundo moderno – profissionais e acadêmicos bilíngües – para desempenharem suas atividades. Essas atividades justificam a necessidade da criação de um curso de Letras, sobretudo porque a procura daqueles que se encontram além dos muros desta Instituição por esse Núcleo de Línguas tem sido crescente, o que nos leva a crer que esta é uma demanda da sociedade, e que deve ser atendida.

Outro fator mais importante que justifica a necessidade de criação de um curso de Letras na Universidade Federal Rural de Pernambuco é o fato de não haver, dentre tantos cursos na Região Metropolitana do Recife e cidades circunvizinhas, um único curso de Letras que funcione no turno da noite em instituições públicas. Isso significa que há, indubitavelmente, uma demanda dos trabalhadores para esse turno, haja vista o número de alunos que freqüentam instituições privadas à noite nesta Região.

Desse modo, o curso de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco vem atender a um anseio antigo de uma determinada população para uma formação de qualidade, pública e gratuita, tal qual é oferecida nos demais cursos desta Instituição. Apoiou-se, portanto, nesses motivos (e motivações) a organização deste documento, consideradas tanto as exigências de um mercado de trabalho carente de profissionais, a um só tempo, com sólida formação teórica e percepção humanizante da educação quanto dos Parâmetros Curriculares do Ministério da Educação, estruturado conforme está apresentada em sua seqüência.

1. CONCEPÇÃO DO CURSO

Ao caracterizar língua como aquisição cultural, CÂMARA JR. (1970:22)¹ a situa entre as instituições culturais humanas, constatando que a língua não só integra a cultura de um povo, como dela se destaca ao cumprir a função de instrumento de comunicação social. *Assim, uma língua em face do resto da cultura, é: 1) o seu resultado ou súmula; 2) o meio para ela*

¹CÂMARA JR., J. M. (1970). *Princípios de Lingüística Geral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

operar; 3) a condição para ela subsistir. E mais: só existe para tanto. A sua função é englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la através das gerações.

A língua representa o universo cultural em que o homem se acha; consubstancia e formaliza a cultura em seus sistemas lexical e gramatical; apresenta-se como um microcosmo da cultura; produz incessantemente uma visão de mundo, armazenada em seus universos semióticos, contínua e ciclicamente reformulada por um processo condicionado a diferentes fatores políticos e sócio-culturais.

Língua, cultura e sociedade, embora constituam processos distintos, estão ligadas por relações de dependência, ou seja, as alterações observadas no sistema lingüístico, assim como nos outros sistemas de significação, refletirão alterações ocorridas nos universos cultural e social de um grupo. A língua de uma determinada sociedade é parte integral de sua cultura – fenômeno humano que se refere à capacidade que o homem tem de atribuir significado às suas ações e ao mundo que o rodeia.

A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não caracterizando, pois, um fenômeno individual, embora diferentes significados sejam atribuídos a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes por parte de cada grupo de seres humanos em diferentes épocas e lugares. Pode ser entendida como um código simbólico, com dinâmica e coerência interna, compartilhado pelos membros de cada sociedade ou grupo social e que pode ser decifrado e traduzido por membros que não pertencem a esse grupo. Segundo GEERTZ (1978:58)²,

não dirigido por padrões culturais - sistemas organizados de símbolos significantes - o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da experiência humana, mas uma condição essencial para ela - a principal base de sua especificidade.

Não é possível, portanto, a dissociação língua/cultura/identidade – o homem depende de uma espécie de aprendizado: atingir conceitos, a apreensão e aplicação de sistemas específicos de significado simbólico – ou a não-percepção da permanente transformação que se processa, pelo viés da modernização do país, no contexto educacional, com o avanço da qualificação em tecnologia e a alta complexidade das relações sociais.

² GEERTZ, C. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

A sociedade brasileira tem-se caracterizado por desigualdades e tensões, o que só faz aumentar o comprometimento das instituições educacionais com o bem coletivo. As enormes barreiras sócio-econômicas e culturais fazem emergir necessários projetos coletivos, dotados de sustentação ética e racional; desumanidades historicamente postas fazem supor a concepção de estratégias de reconhecimento e de superação da complexidade dos problemas experienciados no contexto com o qual interagem essas instituições. As incertezas oriundas da avaliação dessas estratégias merecem tanta atenção quanto mais se toma consciência de responsabilidades, diretas e indiretas, associadas às tomadas de posturas diante das situações instauradas.

Sentidos de conhecimento, que permitam à Universidade e, por conseguinte, ao curso de Letras o cumprimento de sua função social, perpassam, necessariamente, caminhos que proponham visões não unívocas ou unilaterais da realidade. A convivência com diferentes posições e variadas perspectivas é primordial para a formação de um conhecimento regido pela ponderação e pelo rigor; as indagações que surgem com a comparação entre elas é profícua para a renovação de idéias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a distintos procedimentos de reflexão.

Se se compreende a realidade caracterizada pela transformação, deve-se buscar métodos adequados à produção de conhecimento e que levem em conta essa caracterização. A imposição de conhecimentos pré-concebidos ou tidos como “verdades absolutas” apaga da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que, autoritária e equivocadamente, se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não deve ter seu valor condicionado à idéia de dogma, mas sim, em sua constante transformação da realidade, a de superação de limites e de interiorização de novas exigências.

Enfatiza-se que, ao se apresentar a realidade como processo passível de mudanças, não se restringe a mesma ao domínio específico do mercado; se é verdadeira a afirmação de que o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, disso não resulta a mera prestação de serviços, por parte da Universidade, para a cobertura de eventuais vagas.

Consideradas língua, cultura, identidade e a consciência de uma realidade social, o curso de Letras da UFRPE conceberá um encaminhamento em seus propósitos de formação acadêmica que pressuponha, sempre que possível, intervenções no processo sócio-histórico. Essas intervenções deverão promover mudanças no sentido de ampliar as condições de atendimento das demandas coletivas e de retrain a desigualdade social. Caso isso não se observe, tomadas as responsabilidades cabidas ao curso, registrar-se-á o incremento de

problemas e não a interferência, que se espera ocorra, no cerne das contradições e dos conflitos que se reconhecem e a relação com a sociedade com a qual interage.

Para tanto, far-se-á necessário que o curso estabeleça expectativas quanto ao perfil de seus egressos, ou seja, um aluno do curso de Letras da UFRPE deverá, ao final de sua trajetória acadêmica, além de competência profissional, revelar capacidade de se envolver no quadro das mudanças sociais, identificando problemas relevantes à sua volta, avaliando diferentes posições quanto a esses problemas, conduzindo, de forma consciente, sua postura e atuando junto à sociedade que, mediante recursos da instituição universitária, investiu em sua formação.

Esse investimento sugere envolvimento – a formação universitária não se configura, tão somente, como uma forma de defesa de interesses próprios, mas antes de tudo como uma forma de contribuir com a resolução de problemas que dizem respeito a outras pessoas, visto que, sem que se defina sua função social, o conhecimento construído constitui-se apenas como exercício de individualismo, que, em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, se converte em vaidade e em frieza anti-social que contrariam os interesses da educação.

Nessa perspectiva, cada aluno deste curso será percebido como sujeito atuante no âmbito coletivo, conhecedor do contexto em que vive e avaliador ético dos problemas colocados pela realidade – figuras não anônimas ou indiferentes a esse contexto. Levar-se-á em conta o que fará com o conhecimento obtido, como refletirá acerca desses mesmos problemas e como avaliará as repercussões, diretas e indiretas, do emprego de seu conhecimento no contexto social. Aptidões sociais e dimensão da personalidade, trabalhando-se competências e habilidades que permitam atualização contínua, serão privilegiadas em detrimento da aquisição imediata de informações, uma vez que se projeta uma formação que siga para além da mera reprodução de idéias conhecidas na formação universitária.

O curso de Letras da UFRPE buscará organizar-se internamente – em consonância com seus objetivos e em favor de sua interação com o contexto – e, para tanto, desenvolverá o respeito a princípios de trabalho capazes de alicerçar essa consonância e qualificar essa interação. Administrativamente, visar-se-á à superação da burocracia universitária, considerando que a razão da legislação universitária e do sistema de funcionamento das diversas unidades institucionais, dentre elas o próprio curso de Letras, é, antes de tudo, a possibilidade de privilegiar as condições necessárias a um trabalho produtivo. Academicamente, visar-se-ão à interdisciplinaridade – trabalho de colaboração intelectual entre diferentes disciplinas, constituindo transversalidade – e à formação continuada –

preparando o futuro profissional para as experiências de integração social e dando-lhe condições para uma atualização constante.

Reconhece-se que elementos como eficiência administrativa, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, valorização da interdisciplinaridade e da formação continuada são fundamentais para a condução racional da vida acadêmica e se viabilizam com uma sistemática de avaliação interna qualificada. São esses os elementos e princípios que consubstanciam as concepções do curso de Letras da UFRPE e subsidiarão as ações acadêmicas.

2. OBJETIVOS DO CURSO

A conjuntura experienciada por profissionais da educação na atualidade requer uma sólida formação de conteúdos permeados pela diversidade cultural brasileira e uma formação pedagógica que propicie a utilização de procedimentos que culminem com debates, reformulações de posturas e valorização de soluções centradas nas inter e transdisciplinaridade.

Nessa perspectiva, o curso de Letras da UFRPE deverá formar professores em condições de revelarem competência profissional na investigação de problemas que emergem no cotidiano escolar, fazendo uso de conhecimentos, recursos e procedimentos, metodológicos e técnicos, necessários às suas soluções e pautados em princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

- **na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber (artigo 3º, II);**
- **no pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas (artigo 3º, III); e**
- **no respeito à liberdade e apreço à tolerância (artigo 3º, IV).**

Tendo em vista essas condições e princípios e a possibilidade da atuação do profissional de Letras como pesquisador, crítico literário, revisor de textos, secretário, assessor cultural, redator, consultor, dentre outras atividades, bem como as concepções que entendem língua e linguagem como ação dialógica, tem-se como objetivo: proporcionar ao acadêmico do curso de Letras um conhecimento aprofundado das diversas faces da linguagem humana, que podem ser aplicadas em diferentes campos de atividade, tanto na formação básica para o magistério como na formação complementar para a comunicação social, documentação, turismo, com o uso, inclusive, de novas tecnologias e mídias eletrônicas, e da compreensão da literatura como produto histórico e socialmente entrosado ao seu tempo.

Visando à interface entre a concepção e os objetivos do curso de Letras da UFRPE, pretende-se desenvolver **competências** e **habilidades** que assegurem:

1. as condições para a formação de professores que dominem o uso de recursos lingüísticos, nas modalidades oral e escrita, e que ajam como multiplicadores, capacitando outros a uma atuação com mesma proficiência lingüística;
2. a capacidade de articulação das expressões lingüística e literária com os sistemas de referência, em relação aos quais os recursos expressivos da linguagem adquirem significação;
3. a habilitação de o acadêmico situar-se e firmar-se em conflitos e interesses, propiciando-lhe recursos a fim de que se torne capaz de perceber que a complexidade social pressupõe o uso de diferentes formas de linguagem relativas a interesses que estejam em constante confronto e conflito com a sociedade;
4. o desenvolvimento de uma prática educativa planejada e sistemática, contínua e extensa, que favoreça a aprendizagem e o contato necessários para que o acadêmico possa produzir conhecimentos e tecnologias;
5. o incentivo às habilidades de selecionar o relevante, de investigar, de questionar e pesquisar, de construir hipóteses, de compreender, de exercitar o pensamento crítico e reflexivo, de comparar e estabelecer relações, de inferir e generalizar, de adquirir confiança em sua própria capacidade de pensar, de encontrar soluções e de assumir responsabilidades;
6. a garantia da interdisciplinaridade no desenvolvimento de um processo educativo constituído de ação-reflexão-ação e das oportunidades de elaboração de um plano de trabalho próprio e de construção coletiva de uma proposta pedagógica da escola, ampliando, assim, a responsabilidade docente para além das fronteiras da sala-de-aula e colaborando com a articulação escola-comunidade;
7. o estabelecimento de relações entre os conteúdos aprendidos no curso e os currículos a serem desenvolvidos nos ensinos fundamental e médio, bem como a identificação dos entraves didáticos a fim de se relacionar esses conteúdos com a realidade, sua aplicação em outras disciplinas, sua inserção histórica; e
8. a significação/re-significação da formação profissional no Estado de Pernambuco e na cidade de Recife (e cidades circunvizinhas), com o intuito de repensar as políticas da educação básica, almejando redimensioná-las e adequá-las às formas pós-modernas de relação, construir e reconstruir instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações, conhecimentos e tecnologias, em consonância com a percepção de que, assim como o conhecimento se constrói cotidianamente, a relação teoria e prática se constrói como ação única e complementar.

3. PERFIL DOS FORMANDOS

O profissional da área de Letras tem de revelar consciência da importância da língua como portadora de história, como produto/prática social que representa a relação entre homens e mundo, como elemento de tradição e de nacionalidade e tem, a partir dessa conscientização, uma “arma” que o transforma em profissional respeitado; sua maior habilidade será, portanto, o manuseio, técnico e científico, dessa “arma”, em respeito às suas dimensões histórica, social, humana e dialética. Deverá estar ciente de sua importância como responsável pela condução de seus alunos pelo caminho que leva ao domínio pleno da língua materna, instrumento de construção do conhecimento - um domínio cuja proficiência ou deficiência pode levar o indivíduo de uma situação de exclusão para a do poder; procurar uma formação contínua, que apenas se inicia na graduação, formação esta institucional ou não; importar-se com a pesquisa como produtora de conhecimento para a sua prática pedagógica; identificar a fundamentação teórica das propostas pedagógicas institucionais, para adaptá-las a sua realidade; e, finalmente, avaliar continuamente sua prática pedagógica, para que ela forneça subsídios ao seu constante aperfeiçoamento.

Dessa forma, o curso de Letras da UFRPE considera que o professor deve desempenhar as funções de organizador, facilitador, mediador, incentivador e avaliador dos processos de ensino e de aprendizagem, dominando conceitos necessários à plena regência nas áreas da língua/linguagem, nos ensinos fundamental e médio, e literária, no ensino médio. Para tanto, intenta formar um profissional que:

1. quanto às competências e habilidades:

- compreenda, avalie e produza textos de tipos variados em sua estrutura, organização e significado;
- leia e produza, com competência, enunciados em diferentes linguagens e traduza umas em outras;
- descreva e justifique as peculiaridades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas e semânticas do português brasileiro, com enfoque em variedades regionais e socioletais e nas especificidades da norma padrão;
- aprenda a lidar, de forma crítica, com as obras literárias, em uma interpretação resultante do contato direto com elas, bem como com a mediação de obras de crítica e de teoria literárias;
- estabeleça e discuta as relações dos textos literários com outros tipos de discurso e com o contextos dos quais fazem parte;

- relacione o texto literário e concepções dominantes na cultura do período em que foi concebido com as concepções de produção literária do presente;
- interprete, com adequação, textos de diferentes gêneros e registros lingüísticos e explicita os processos/argumentos empregados para justificar sua interpretação; e
- desenvolva atitude investigativa que favoreça um processo contínuo de construção do conhecimento na área e de utilização de novas tecnologias na articulação de informações lingüísticas, literárias e culturais.

2. quanto ao papel social da escola:

- compreenda o papel da sociabilidade e do ensino-aprendizagem na escola e no contexto onde se insere a escola, com atuação direta sobre esse contexto;
- utilize os conhecimentos sobre as realidades cultural, econômica, social e política para a compreensão do contexto e das relações em que se arraiga a prática educativa;
- participe, coletiva e cooperativamente, da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto pedagógico e curricular da escola, estendendo sua atuação para além dos limites da sala-de-aula;
- promova uma prática que não desprestige as características do aluno, de seu meio, dos temas e das necessidades do contexto do qual fazem parte esse aluno e a escola a que está vinculado; e
- estabeleça parcerias e colaborações com pais de alunos, promovendo a participação e a interação entre pais e escola.

3. quanto ao domínio do conhecimento pedagógico

- crie, planeje, realize e avalie situações didáticas, usando, de forma adequada, o conhecimento das áreas ou disciplinas a serem ministradas, dos temas transversais, dos contextos sociais e das especificidades requeridas;
- maneje estratégias de comunicação/interação, selecionando as mais adequadas, tendo em vista a diversidade dos alunos, os objetivos e as características dos conteúdos;
- identifique, analise e confeccione materiais e recursos didáticos;
- estabeleça uma relação de autoridade e confiança com os alunos; e
- utilize estratégias diversificadas de avaliação e formule intervenções pedagógicas, a partir de resultados que considerem a capacidade do aluno.

4. quanto ao gerenciamento do desenvolvimento profissional:

- empregue diferentes fontes e veículos de informação, evidenciando disponibilidade e flexibilidade para mudança, hábito de leitura e empenho no uso da escrita como ferramentas de desenvolvimento profissional;
- elabore projetos de estudo e de trabalho, empenhando-se em partilhar a prática e produzir coletivamente; e
- conheça a legislação e as políticas públicas sobre organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino.

Além de uma formação específica, o profissional formado pelo curso de Letras da UFRPE será preparado para uma inserção cidadã em debates que envolvam não só as questões culturais, sociais e econômicas, como também as do desenvolvimento humano e da própria docência.

4. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ENSINO

4.1. Metodologia de Ensino

Não negligenciando o fato de o aluno colocar em uso suas capacidades pessoais para, em interação com outras pessoas e com a realidade que o cerca, construir seus conhecimentos, o curso de Letras da UFRPE, em seus procedimentos metodológicos, buscará propiciar situações de aprendizagem centradas em resoluções de situações-problema, em estudos de caso e em desenvolvimento de projetos pedagógicos, bem como considerar as características individuais do aluno, suas experiências profissionais, com o propósito de promover o compromisso do futuro professor com o ensino-aprendizagem de seus alunos.

Os conteúdos disciplinares das licenciaturas atuarão como eixos articuladores do currículo, subsidiando o saber pedagógico necessário ao exercício profissional, voltados ao ensino das disciplinas dos ensinos fundamental e médio. Tenciona-se, com a oferta de uma formação mais ampla e humanística nas diferentes áreas de conhecimento, ultrapassar os limites disciplinares e fornecer ao aluno do curso de Letras condições de lidar com propostas de trabalho que ensejem a interdisciplinaridade.

Os procedimentos pedagógicos empregados pelos docentes deverão adequar-se ao trabalho interdisciplinar e serão organizados/implementados, durante o curso de Letras, em reuniões de planejamento, reuniões periódicas ao longo do ano letivo, e aferidos por

avaliações diagnósticas, didático-pedagógicas e de controle, aplicadas no início, durante e no final do processo.

O currículo do curso contemplará, em seu conjunto, disciplinas cujos conteúdos sejam relevantes ao desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pelo exercício profissional, consideradas as dimensões:

- conceptual $\Rightarrow$ abrange teorias, informações, conceitos;
- procedimental $\Rightarrow$ envolve o saber fazer;
- atitudinal $\Rightarrow$ engloba valores e atitudes relacionados à atuação profissional e presentes no projeto pedagógico do curso de Letras.

4.1.2. Prática Pedagógica

4.1.2.1. Aprendizagem

A formação de professores constitui um processo, experienciado pelo aprendiz, no qual o conhecimento é construído na interação com a realidade – com os demais cidadãos pelo uso de suas próprias capacidades –, visto ser a aprendizagem ocorrida em dado momento decorrente das possibilidades delineadas pelo modo de pensar do sujeito naquela fase de desenvolvimento, por conhecimentos já construídos em situações anteriores e por situações de aprendizagem já apresentadas. Nesse sentido, o papel da interação do indivíduo com o meio social, com a escola, com o outro, em situações reais, é determinante e promotor da construção de conhecimentos.

Concebida a construção do conhecimento como processo alicerçado no convívio humano, na interação com o outro, na cultura em que se vive, na cultura em que se forma, com a qual se forma e para a qual se forma, abordam-se competências e habilidades, à medida que ocorre a apropriação de signos culturais pelos indivíduos. Deve-se, portanto, considerar que, na relação competência/habilidades e conhecimento, há um extrapolar de fronteiras disciplinares tradicionais que permeiam a organização da maioria dentre as instituições educacionais, no processo de constituição de grande parte das competências/habilidades estabelecidas na educação básica.

Requerer-se-á, com isso, um trabalho integrado entre docentes das disciplinas ou áreas afins, alunos do curso de Letras, escolas e sociedade, o que sugere o desenvolvimento de

situações de aprendizagem fundamentadas em situações-problema ou na construção de projetos interdisciplinares, em consenso com o currículo da escola.

As situações de ensino-aprendizagem, no âmbito escolar, deverão envolver a co-participação de alunos e professores, uma vez que nelas se forjam situações comunicativas e interacionais em que se desempenham papéis sócio-educacionais e se constroem significados sobre os conteúdos da aprendizagem, modificando, enriquecendo e construindo instrumentos de ação e interpretação favorecedores de autonomia, o que implica que o professor assuma o compromisso com a aprendizagem do aluno, visando à consideração de características individuais e experiências de vida e profissionais dele.

Justificam-se, por conseguinte, a criação, no processo ensino-aprendizagem, de situações-problema e o desenvolvimento de projetos marcados por desafios e questionamentos que necessitem do confronto, da superação, da vivência de situações didáticas que permitam refletir, experimentar, agir, ousar, tomando como ponto de partida os conhecimentos prévios do aluno.

4.1.2.2. Competência, vivência e transversalidade

Competência profissional é desenvolver a capacidade de mobilizar os conhecimentos adquiridos sobre seu trabalho para transformá-los em ação. Dessa forma, o professor deverá atuar com profissionalismo, revelando domínio de conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, e compreender questões pertinentes ao seu trabalho, à identificação e resolução delas, bem como terá autonomia para tomar decisões e apresentar responsabilidade pelas opções feitas. Esse profissionalismo também requer que o professor saiba avaliar, de forma crítica, sua atuação e o contexto em que atua e que saiba interagir, colaborando com a comunidade profissional da qual faz parte.

A efetivação da aquisição/construção de competências/habilidades pressupõe que ela se reflita no objeto de formação, na seleção de conteúdos, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para o aluno da graduação, em especial na própria sala de aula e na avaliação – o que favorece a aquisição/construção dessas competências/habilidades por meio de ações teórico-práticas e a superação da tradicional dicotomia entre essas dimensões.

A prática pedagógica, o fazer docente do futuro professor, deverá evidenciar, concretizar, materializar atitudes, modelos didáticos, domínio de tecnologias, capacidades e formas de organizar, vivenciados como aluno, ao longo do processo de formação acadêmica.

Considera-se que, além da aquisição/construção de competências/habilidades e da vivência de uma prática pedagógica, o ensino de língua portuguesa e das literaturas poderá abordar a transversalidade, respaldando-se em duas questões básicas: a língua veicula representações, conceitos e valores sócio-culturais e constitui um mecanismo de intervenção social.

Como os temas transversais pertencem à dimensão do espaço público, sugerem uma participação efetiva e responsável dos cidadãos na gestão, manutenção e transformação desse espaço e exigem capacidade de análise e de reflexão crítica sobre valores e conceitos, podem contextualizar, de forma significativa, a aprendizagem da língua, permitindo que o aluno produza atividades, desenvolva habilidades, competências de interesse da convivência escolar e da comunidade.

4.2. Sistema e Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Segundo Luckesi³, avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo ensino-aprendizagem que auxiliam o profissional da educação a tomar decisões sobre o seu trabalho. Referem-se esses dados relevantes às várias manifestações didáticas nas quais professor e alunos empenham-se em atingir os objetivos de ensino. A apreciação qualitativa desses dados, mediante análise de provas, exercícios, respostas dos alunos, realização de tarefas etc, permite tomadas de decisões quanto às etapas subseqüentes.

Define-se, então, avaliação como um componente do processo de ensino que visa, com a verificação e a qualificação de resultados obtidos, a determinar a correspondência destes com os objetivos delineados e com a orientação das atividades didático-pedagógicas do curso, que considera, também, nos diversos momentos do processo de ensino, como tarefas da avaliação:

1. a verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, por meio da aplicação de provas, exercícios e meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas e atividades práticas;
2. a qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e à atribuição de notas ou conceitos;
3. a apreciação qualitativa: avaliação propriamente dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

³ LUCKESI, C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1995.

Além dessas tarefas, a avaliação, na percepção do curso de Letras da UFRPE, cumpre três funções: didático-pedagógica, de diagnóstico e de controle.

A **função didático-pedagógica** refere-se ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação. Ao se comprovar, sistematicamente, os resultados do processo de ensino, evidenciam-se, ou não, o atendimento das finalidades sociais do mesmo, a apreciação dos alunos para enfrentarem as exigências da sociedade, sua inserção no processo global de transformação social e nos meios culturais de participação ativa em diversas esferas da vida social. Cumprindo sua função didática, a avaliação contribui para a assimilação e a fixação, pois a correção dos equívocos cometidos possibilita o aprimoramento, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades e, desta forma, o desenvolvimento das capacidades intelectuais.

A **função de diagnóstico** permite identificar os progressos e as dificuldades dos alunos e a atuação do professor que, para atender às exigências dos objetivos, determinam modificações no processo ensino-aprendizagem. Na prática educacional, a função de diagnóstico é de suma importância, uma vez que viabiliza a avaliação do cumprimento da função didático-pedagógica e dá sentido pedagógico à de controle.

A avaliação diagnóstica ocorre no princípio, durante e no final do desenvolvimento das aulas ou unidades didáticas. A etapa inicial é de sondagem de conhecimentos e de experiências já disponíveis, como provimento dos pré-requisitos para a sequência da unidade didática. Durante o processo de aquisição/construção do conhecimento, faz-se o acompanhamento dos alunos, apreciando os resultados, corrigindo falhas, esclarecendo dúvidas, estimulando-os a continuarem a pesquisar. A um só tempo, essa avaliação fornece ao professor dados acerca da condução de seu trabalho: andamento do conteúdo, adequação de materiais e de métodos, comunicação com os alunos, amoldamento de sua linguagem etc. Por fim, é preciso avaliar os resultados da aprendizagem no final de uma unidade didática, do bimestre ou do ano letivo, visto que a avaliação global de um determinado período de trabalho também cumpre a função de realimentação do processo de ensino.

A **função de controle** refere-se aos meios e a frequência das verificações e de qualificação dos resultados educacionais, permitindo o diagnóstico das situações didáticas. Há um controle, sistemático e contínuo, no processo de interação entre professor e alunos, no decorrer das aulas, que se processa mediante uma variedade de atividades que concedem ao professor a possibilidade de observar como os alunos se conduzem na aquisição/construção de

conhecimentos e habilidades e no desenvolvimento/ aprimoramento de capacidades mentais, o que resultará uma média de sua aprovação ou reprovação.

Conforme exigência regimental da UFRPE, a avaliação no curso de Letras será realizada individualmente ou em grupos de trabalho, por intermédio de provas escritas, seminários, produção escrita (resenhas, artigos etc.) e outros mecanismos avaliativos, aplicados em momentos específicos (sugeridos em calendário acadêmico) do semestre letivo, cobrindo todos os campos dos conteúdos programáticos, e ainda de outras atividades didático-pedagógicas determinadas e acompanhadas pelo/a professor/a responsável pela disciplina. As provas terão sempre um caráter cumulativo – à medida deste processo avaliativo chama-se rendimento escolar e a apuração desse rendimento escolar efetivar-se-á por disciplina, considerando-se o aproveitamento e a freqüência às aulas.

Para a apuração do aproveitamento escolar, utilizar-se-á o critério de notas de zero a 10,0 (dez) atribuídas às provas escritas e orais, preleções, trabalhos técnicos, projetos, pesquisas, seminários, relatórios de visitas técnicas, palestras, filmes e outras atividades escolares intra ou extra-instituição universitária, determinados e acompanhados pelo professor, que comporão a média semestral, conforme plano de ensino de cada disciplina.

Ter-se-á como aprovado na disciplina o aluno que obtiver, na média aritmética das avaliações do semestre, nota igual ou superior a 7,0 (sete) e freqüência igual ou superior a 75% das aulas dadas e conduzir-se-á a fazer o exame final na disciplina o aluno que obtiver freqüência mínima de 75% das aulas e nota média maior ou igual a 3,0 (três), sendo aprovado na disciplina, se a média aritmética entre a média do semestre e a nota do exame for maior ou igual a 5,0 (cinco).

5. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Modalidade: presencial

Regime de Funcionamento: flexível de créditos

Total de Vagas: 40 vagas por semestre

Turno de Funcionamento: noturno

Dimensão das turmas: 40 alunos por turma

Nº de disciplinas: 30 (24 obrigatórias de 60, 45 e/ou 30 horas, (pelo menos) 09 optativas (do 2º ao 7º semestres), dentre as obrigatórias, o Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado, com um total de 420 horas e o Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C.), com uma carga horária total de 180 horas, além das atividades de formação complementar de pesquisa e

extensão, com o total de 210 horas, a serem cumpridos durante o período do curso, e de acordo com o art. 37 da Resolução 313/2003 do CEPE.

Carga horária obrigatória: 3.000 horas

Carga horária complementar: 300 horas (optativas) e 210 horas de atividades complementares de pesquisa e extensão.

Carga Horária Total: 3.510 horas

Total de Créditos: 188 (obrigatórias) + 20 (optativas)

Período Mínimo de Integralização Curricular: quatro anos e meio (nove semestres)

Período Máximo de Integralização Curricular: sete anos e meio (14 semestres)

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Concebe-se a matriz curricular do curso de Letras da UFRPE como parte integrante deste Projeto Pedagógico; sua construção é compreendida não como enumeração de disciplinas, mas como estabelecimento de um campo de questionamento de temas relevantes, propício ao amadurecimento intelectual e motivador da prática profissional. Da fidelidade à legislação em vigor e de um plano de desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas, almejadas no perfil do egresso, dependerá a sustentação dessa matriz, cuja racionalização considerará os modos como as disciplinas se relacionam entre si e o papel dessas relações na composição do perfil do egresso.

Tem-se o currículo como signo de uma realidade que a espelha, como um instrumento do poder, do social, do cultural, sendo, portanto, analisado como uma questão de saber, poder e identidade, por configurar-se como aparelho ideológico. Com o pós-estruturalismo, destaca-se o envolvimento das descrições lingüísticas da “realidade” na produção curricular. Passa-se, então, a um discurso sobre currículo e não mais apenas uma teoria que se restringia a “representar”. Um discurso sobre currículo produz uma noção particular, tornando-se, efetivamente uma criação. Nesse sentido, o currículo adquire sua característica, de fato, de flexibilização, ao se considerar as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas, e não mais as asserções sobre como a realidade deve ser, logo, percebe-se currículo em uma noção não ontológica, mas sim histórica, sem perder de vista “a questão central que serve de pano de

fundo para qualquer teoria de currículo” que é “a de saber qual conhecimento deve ser ensinado”. (Tadeu da Silva, 2002:14)⁴

Uma vez que o curso de Letras da UFRPE pautará suas ações em um nível teórico que, aliado à prática, conduza a uma atuação efetiva nos processos culturais pernambucano e brasileiro, com competência para discernir as variantes dos contextos histórico, social, econômico, cultural e político, visando a uma crítica dialética desses contextos, na qual linguagem é entendida como meio de mudança, buscar-se-á a vivência com os alunos de uma permanente mediação crítica sobre o sentido, significado e finalidade das ações pedagógicas neles inseridas e promover-se-á a relação pesquisa, extensão e ensino para a leitura e o agir críticos ante esses mesmos contextos.

Objetiva-se, ainda, desenvolver, no curso, um perfil e promover a aquisição/construção de determinadas competências/habilidades derivadas de um núcleo comum de saberes e complementadas por diversas opções que as realidades das instituições educacionais e das demandas de mercado sugerirem. Na interação entre teoria e prática das disciplinas do curso de Letras da UFRPE, respaldam-se a compreensão e a aplicação de conhecimentos científicos, técnicos e filosóficos por parte de seus alunos, de forma a contribuir, consciente e autonomamente, na resolução de situações-problema de suas vidas pessoal e profissional.

Assim, não só o Estágio Supervisionado estabelecerá mediação entre teoria e prática, mas as situações de interação dentro do curso, em que se utilizarão recursos como a atribuição de carga horária de atividades de iniciativa dos alunos, ou elaboradas pelo colegiado, a ser contabilizada na parte flexível do currículo, e a elaboração de projetos de ensino, destinados à articulação entre distintas disciplinas, de acordo com normas institucionais vigentes.

Os processos de ensino e de aprendizagem alicerçam-se em princípios que fundamentam a natureza da prática educativa na sociedade pernambucana, as características da construção do conhecimento, as peculiaridades metodológicas das disciplinas e suas manifestações concretas no trabalho acadêmico e as relações entre ensino e desenvolvimento dos alunos, tomados não somente os aspectos cognitivos, mas também os psicológicos da aprendizagem.

Essa concepção de ensinar e de aprender no terceiro grau, notadamente no curso de Letras, pressupõe a clareza de um eixo norteador que unifica toda a estrutura curricular do primeiro ao nono semestres, que é a relação de unidade entre teoria e prática em todas as disciplinas e conteúdos componentes do currículo do curso, ou seja, teoria e prática

⁴ TADEU DA SILVA, T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica, 2002.

constituem o núcleo articulador da formação profissional e são trabalhados de forma integrada e indissociada.

Formular-se-á e trabalhar-se-á a teoria tendo em vista que o conhecimento da realidade concreta e prática constitui-se em referência, por estar presente em todos os momentos do trabalho acadêmico – ponto de partida e de chegada do saber fazer e do fazer saber. O caráter teórico-prático das disciplinas do curso respaldar-se-á no fato de elas terem como norte o perfil desejado para o profissional da área e as necessidades reais da sociedade pernambucana, suas possibilidades e limites no cenário nacional e no processo de interação sócio-histórico-cultural.

A matriz curricular do curso de Letras da UFRPE emana de diretrizes atuais para o ensino superior, especialmente das que se voltam à formação de professores nas licenciaturas, e de discussões e análises que contaram com a participação de professores da área de Letras, Lingüística e Literaturas vinculados à instituição e da direção do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH) – responsáveis pela promoção de estudos e debates acerca da temática e pela elaboração de objetivos e princípios balizadores da formação do licenciado em Letras.

Esses objetivos – contribuir com a formação de professores de línguas portuguesa e espanhola e literaturas de língua portuguesa e de língua espanhola; priorizar a pesquisa como eixo norteador da formação teórico-prática do futuro professor; propiciar uma consistente fundamentação teórica, baseada em princípios históricos, filosóficos, sociológicos e científicos, nos quais se integra a formação técnico-metodológica; e assumir a extensão como instrumento de atuação e integração do currículo – serviram de parâmetro para a reconstrução das dimensões curriculares traçadas para o processo de formação teórico-prática do professor, consideradas as várias dimensões sociais, dentro ou fora do contexto escolar, que sugerem a atuação do aluno de Letras, uma vez que, embora a atuação e o compromisso do professor seja com a sala de aula, processos educativos formais e não formais, que se realizam em diferentes instâncias educativas e sócio-culturais, reclamam seu envolvimento.

Para suprir as exigências qualitativas na formação acadêmica e profissional do professor pretendido, elaboraram-se os objetivos curriculares e os eixos epistemológicos e pedagógicos sustentadores da matriz curricular, conforme paradigma educacional adotado para a concretização dessa formação:

1º eixo (conhecimentos específicos) – propiciam o conhecimento teórico-metodológico das teorias de linguagem e das teorias filosófico-histórico-estéticas das literaturas;

2º eixo (conhecimentos globais) – garantem a formação do professor, dando-lhe suportes para a equação de problemas do cotidiano escolar;

3º eixo (conhecimentos integradores) – possibilitam o contato, em mão dupla, acadêmico/escola; as contribuições advindas dessa integração solidificam e trazem para a experiência do professor a realidade cultural de seus alunos.

6.1. Estruturação da Matriz Curricular – Formações Específica e Geral

A matriz curricular do curso de Letras da UFRPE desenvolve-se em torno de eixos disciplinares dos conhecimentos específicos, globais e integradores. Os primeiros remetem à língua e à literatura; os segundos, aos fundamentos da educação; e os terceiros às práticas pedagógicas/estágios supervisionados.

O exercício múltiplo do pensamento humano, na unidade e na diversidade das disciplinas que compõem a base humanista do Currículo Pleno do Curso de Letras, a um só tempo conhecimentos fragmentados e unificados na articulação interdisciplinar, visa à busca, voltada ao verdadeiro significado da vida e dos mistérios que circundam o universo onde se insere o homem, do conhecimento a ser descoberto, pensado, repensado, experimentado e divulgado.

Um panorama da cultura, língua e literatura latinas, lastro cultural edificado pelos pensadores latinos da Antigüidade, abre a discussão sobre valores de constituição e construção da história da língua portuguesa. Lingüística (Estudos Lingüísticos I, II e III) e Língua Portuguesa habilitam o futuro professor à competência de uso/ensino da língua portuguesa, em suas modalidades oral e escrita, articulando as expressões lingüística e literária aos sistemas de referência em relação aos quais os recursos expressivos da linguagem assumem significados. A Lingüística possibilita o domínio de diferentes noções de gramática e o conhecimento das variedades lingüísticas existentes; na área de Lingüística, oferecer-se-ão tópicos especiais, no formato de minicursos e oficinas, à comunidade, para complementar discussões já travadas, reconhecendo-se, assim, sua importância no curso de Letras.

Concebem-se como integradores os conteúdos desses (dessas) minicursos (oficinas), pois que levantarão problemas e conteúdos, tanto regionais como globais, da atualidade. O Estágio Supervisionado, marcado por práticas pedagógicas nos ensinos fundamental e médio, constituir-se-á, também, como integrador, por permitir, pelas características de integração teórico-metodológica, recursividade permanente entre teoria-reflexão-prática-teoria e diálogo

entre o acadêmico e a escola, em sua tarefa de investigar a realidade educacional e, simultaneamente, de agir em seu interior.

Viabilizar-se-ão os conhecimentos globais em disciplinas dos fundamentos educacionais – Estrutura da Educação Brasileira e Fundamentos da Educação, Didática do Ensino de Língua(gem), Metodologia da Pesquisa em Educação e Psicologia I (Geral e do Desenvolvimento) e Psicologia II (da Aprendizagem) –; enquanto a Metodologia fomenta a pesquisa em linguagens, a Didática subsidia o ensino das linguagens, favorecendo a eficiência do futuro professor de língua e literaturas.

Essas disciplinas possibilitarão ao aluno do curso de Letras o desempenho dos papéis de educador/multiplicador crítico, intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros e registros lingüísticos, além de prepará-lo para o exercício de habilidades e competências lingüísticas, culturais e estéticas na comunidade, atuando como professor, pesquisador e consultor no contato e convívio com as novas tecnologias educacionais.

6.2. Matriz Curricular a ser Implantada em 2009

A matriz curricular do curso de Letras da UFRPE, que entrará em vigência em 2009, atendendo às determinações das Diretrizes Curriculares para o curso de Letras, apresenta uma carga horária total de 3.520 (três mil quinhentas e vinte horas-aula), distribuídas entre aulas teóricas e práticas, ao longo de nove semestres, já somadas a essa carga horária total do curso as 200h de atividades complementares.

Com o intuito de agenciar a formação em Língua e Literaturas Portuguesa/Brasileira e em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, a organização curricular proposta visa ao sugerido por uma **formação básica adequada**, pelas **integração e complementaridade de conteúdos**, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, e pela **articulação entre teoria e prática**.

As **práticas pedagógicas** que permearão os nove semestre da Licenciatura, em essência, possibilitarão a fundamentação e a compreensão do processo de construção do conhecimento; os **Estudos Lingüísticos** oportunizarão o contato com as teorias lingüísticas e subsidiarão os estudos em línguas portuguesa e espanhola; com as **Práticas de Leitura e Produção de Textos** (português e espanhol) ter-se-á a discussão de questões lingüísticas e a documentação competente de reflexões acerca da formação do professor; a **Metodologia da Pesquisa em Educação** investigará e orientará as pesquisas em linguagens; **Teoria da Literatura** e

Estudos Literários Comparativos (optativa) propiciarão ao aluno a compreensão dos fenômenos constituintes, pancrônicos, da construção de diferentes formas de linguagem; a **Didática do Ensino de Língua(gem)** fornecerá subsídios para, frente à compreensão dos pressupostos teóricos, construídos e experienciados pelos alunos, a adequação da realidade em que estes devem ser ensinados, em seus métodos e abordagens; as **Línguas Portuguesa e Espanhola** serão estudadas e fundamentadas em suas razões históricas e em suas variantes, nas modalidades oral e escrita; e as **Literaturas Portuguesa e Espanhola** também refletirão, tanto em forma como em conteúdo, a análise de textos literários representativos das correntes teóricas.

As disciplinas **optativas**, cuja função será de enriquecimento do 1º eixo – o específico –, sinalizam para trabalhos de pesquisa e aplicação, possibilitando, como alicerce para estudos pós-graduados, aprofundamentos teórico-práticos; as **práticas pedagógicas, como componentes curriculares**, conjugam teoria e prática e permeiam todas as disciplinas da matriz curricular, e a **interdisciplinaridade** efetiva-se mais na prática do que via conteúdos, ou seja, em procedimentos metodológicos comuns, assegurados nessa prática, nas freqüentes interfaces com outros campos do saber, em análises contrastivas, em relatos/memórias de alunos e de professores, em trabalhos de partilha do saber, é que se observará o diálogo efetivo entre o que se formaliza em ementas e programas e o que se propõe o curso para a/ na formação de seu aluno.

O **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** propiciará ao aluno, tanto de uma quanto de outra habilitação, a organização científica de suas pesquisas ao longo do curso e terá regimento próprio (documento anexo), aprovado pela coordenação e corpos docente e discente do curso. De natureza monográfica ou ensaística, deverá ser elaborado sob orientação de um/a professor/a durante os oitavo e nono semestres do curso e pressuporá defesa perante banca (orientador e dois outros professores). Sua inserção na matriz curricular deve-se ao fato de: fornecer direcionamento ao desempenho do aluno durante toda a sua formação; favorecer as (inter-)relações professor – aluno, em função do sistema de orientação; propiciar a produção da escrita acadêmica (exigida em instâncias outras de uma formação que se espera seja continuada); permitir, tanto para o/a professor/a quanto para o/a aluno/a, o desenvolvimento de pesquisas em suas áreas de interesse; facilitar a socialização de conhecimentos gerados/construídos pela/na pesquisa.

6.2.1. Matriz curricular a ser implantada em 2009

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO
Estudos Lingüísticos I 60H	Estudos Lingüísticos II 60h	Estudos Lingüísticos III 60h	Fundamentos da Educação 60h	Estrutura da Educação Brasileira 60h	Prática de Ensino L. Portuguesa I 45h Prática de Ensino L. Espanhola I 45h	Prática de Ensino L. Portuguesa II 45h Prática de Ensino L. Espanhola II 45h	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I 60h (*)	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II 105h
Língua Espanhola I 60H	Língua Espanhola II 60h	Língua Espanhola III 60h	Língua Espanhola IV 60h	Língua Espanhola V 60h	Língua Espanhola VI 60h	Práticas de Leitura e de Produção de Textos em Língua Espanhola I 30h Práticas de Leitura e de Produção de Textos em Língua Portuguesa I 30h Lingüística Aplicada ao Ensino de Língua Materna I 30h Lingüística Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira I 30h	Práticas de Leitura e de Produção de Textos em Língua Espanhola II 30h Práticas de Leitura e de Produção de Textos em Língua Portuguesa II 30h Lingüística Aplicada ao Ensino de Língua Materna II 30h Lingüística Aplicada ao Ensino de Língua Estrangeira II 30h	
Língua Portuguesa I 60H	Língua Portuguesa II 60h	Língua Portuguesa III 60h	Língua Portuguesa IV 60h	Língua Portuguesa V 60h	Língua Portuguesa VI 60h	Língua Portuguesa de Sinais – Libras 60h (*)	Língua Portuguesa de Sinais – Libras 60h (*)	
Metodologia da Pesquisa em Educação 60H	Informática Aplicada ao Ensino de Língua(gem) 60h	Psicologia I 60h	Psicologia II 60h	Didática do Ensino de Língua(gem) 60h	Língua Brasileira de Sinais – Libras 60h (*)	Estágio Curricular Supervisionado I 105h	Estágio Curricular Supervisionado II 105h	Estágio Curricular Supervisionado III 210h
Teoria da Literatura I 60H	Teoria da Literatura II 60h	Literatura Portuguesa I 60h	Literatura Portuguesa II 45h Literatura Brasileira I 45h	Literatura Portuguesa III 45h Literatura Brasileira II 45h	Literatura Brasileira III 60h	Literaturas em Língua Portuguesa I 30h Literaturas em Língua Espanhola I 30h	Literaturas em Língua Portuguesa II 30h Literaturas em Língua Espanhola II 30h	
Atividades Complementares	OPTATIVA I Atividades Complementares	OPTATIVA II Atividades Complementares	OPTATIVA III Atividades Complementares	OPTATIVA IV Atividades Complementares	OPTATIVA V Atividades Complementares	OPTATIVA VI Atividades Complementares	Atividades Complementares	Atividades Complementares

OBS: (*) TCC 1 tem como pré-requisito Metodologia da Pesquisa em Educação e Língua Brasileira de Sinais – Libras tem como pré-requisito Língua Portuguesa I.
Carga horária de atividades complementares igual a 210h.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

1º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL
001	ESTUDOS LINGÜÍSTICOS I	45	15	60
002	LÍNGUA ESPANHOLA I	45	15	60
003	LÍNGUA PORTUGUESA I	45	15	60
004	METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	45	15	60
005	TEORIA DA LITERATURA I	60	-	60
TOTAL		240	60	300

2º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
006	ESTUDOS LINGÜÍSTICOS II	45	15	60	001
007	LÍNGUA ESPANHOLA II	45	15	60	002
008	LÍNGUA PORTUGUESA II	45	15	60	-
009	INFORMÁTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA(GEM)	30	30	60	-
010	TEORIA DA LITERATURA II	60	-	60	005
	OPTATIVA I	-	-	45	
TOTAL		225	75	345	

3º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
011	ESTUDOS LINGÜÍSTICOS III	45	15	60	006
012	LÍNGUA ESPANHOLA III	45	15	60	007
013	LÍNGUA PORTUGUESA III	45	15	60	008
014	PSICOLOGIA I	45	15	60	-
015	LITERATURA PORTUGUESA I	45	15	60	-
	OPTATIVA II	-	-	45	
TOTAL		255	45	345	

4º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	PRÉ-REQUISITO
016	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	45	15	60	-

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

017	LÍNGUA ESPANHOLA IV	45	15	60	012
018	LÍNGUA PORTUGUESA IV	45	15	60	013
019	PSICOLOGIA II	45	15	60	014
020	LITERATURA PORTUGUESA II	30	-	45	015
021	LITERATURA BRASILEIRA I	30	-	45	-
	OPTATIVA III	-	-	30	
	OPTATIVA IV	-	-	30	
TOTAL		240	60	390	

5º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	PRÉ-REQUISITO
022	ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	45	15	60	-
023	LÍNGUA ESPANHOLA V	45	15	60	017
024	LÍNGUA PORTUGUESA V	45	15	60	-
025	DIDÁTICA DO ENSINO DE LÍNGUA(GEM)	45	15	60	-
026	LITERATURA PORTUGUESA III	30	-	45	020
027	LITERATURA BRASILEIRA II	30	-	45	021
	OPTATIVA V	15	15	30	
	OPTATIVAVI	15	15	30	
TOTAL		270	90	390	

6º SEMESTRE

CÓDIGO	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	PRÉ-REQUISITO
028	PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I	30	15	45	-
029	PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA I	30	15	45	-
030	LÍNGUA ESPANHOLA VI	45	15	60	023
031	LÍNGUA PORTUGUESA VI	45	15	60	-
032	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS LIBRAS	45	15	60	003
033	LITERATURA BRASILEIRA III	45	15	60	027
	OPTATIVA VII	15	15	30	
	OPTATIVA VIII	15	15	30	
TOTAL		270	120	390	

7º SEMESTRE

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	
034	PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II	30	15	45	028
035	PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA II	30	15	45	029
036	PRÁTICA DE LEITURA E DE PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA ESPANHOLA I	15	15	30	
037	PRÁTICA DE LEITURA E DE PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA I	15	15	30	-
038	LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA I	15	15	30	-
039	LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA I	15	15	30	-
040	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	-	-	105	-
041	LITERATURAS EM LÍNGUA PORTUGUESA I	15	15	30	-
042	LITERATURAS EM LÍNGUA ESPANHOLA I	15	15	30	-
	OPTATIVA IX	-	-	30	
	TOTAL	150	120	405	

8º SEMESTRE

	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	
043	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSC (TCC) I			60	004
044	PRÁTICA DE LEITURA E DE PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA ESPANHOLA II	15	15	30	-
045	PRÁTICA DE LEITURA E DE PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA II	15	15	30	-
046	LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA II	15	15	30	038
047	LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA II	15	15	30	042
048	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II			105	040
049	LITERATURAS EM LÍNGUA PORTUGUESA II	15	15	30	-
050	LITERATURAS EM LÍNGUA ESPANHOLA II	15	15	30	-
	TOTAL	90	90	345	

9º SEMESTRE

	DISCIPLINAS	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL	
051	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) II			120	043
052	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III			210	048

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

TOTAL**330****MATRIZ CURRICULAR****RESUMO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CONSTITUTIVAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**

CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA					CARGA HORÁRIA COMPLEMENTAR	
SEMESTRES	TEORIA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	ESTÁGIO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	OPTATIVAS	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS E DE EXTENSÃO
1º	240	60	-	-	-	-
2º	225	75	-	-	45	-
3º	225	75	-	-	45	-
4º	240	60	-	-	60	-
5º	270	90	-	-	60	-
6º	270	120	-	-	60	-
7º	150	120	105	-	30	-
8º	90	90	105	60	-	-
9º	-	-	210	120	-	-
DO 1º AO 9º SEMESTRES						210
TOTAL	1710	690	420	180	300	210
TOTAL DE HORAS/AULA = 3.510						

DISCIPLINAS OPTATIVAS – QUADRO ILUSTRATIVO

DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA
OPTATIVA I – 2º SEMESTRE	
LÍNGUA LATINA I	45H/A
FILOLOGIA ROMÂNICA I	45H/A
LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA, TERMINOLOGIA E TERMINOGRAFIA	45H/A
INTRODUÇÃO À SEMÂNTICA	45H/A
TÓPICOS SOBRE AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA	45H/A
HISTORIOGRAFIA DA LITERATURA BRASILEIRA	45H/A
OPTATIVA II – 3º SEMESTRE	
LÍNGUA LATINA II	45H/A
FILOLOGIA ROMÂNICA II	45H/A
INTRODUÇÃO À SEMIÓTICA	45H/A
INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE LETRAMENTO DIGITAL	45H/A

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

TEORIA LITERÁRIA PÓS-MODERNA E CRÍTICA CULTURAL	45H/A
HISTÓRIA, LITERATURA E SOCIEDADE	45H/A
OPTATIVAS III E IV – 4º SEMESTRE	
ESTUDOS CLÁSSICOS DE LÍNGUA ESPANHOLA I	30H/A
INTRODUÇÃO À PRAGMÁTICA DISCURSIVA	30H/A
TÓPICOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	30H/A
DIDÁTICA NA/DA ALFABETIZAÇÃO E NO/DO LETRAMENTO	30H/A
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA – CAMPO, SERTÃO E CIDADE	30H/A
LITERATURAS DE LÍNGUA ESPANHOLA – POLÍTICA E REVOLUÇÃO	30H/A
OPTATIVAS V E VI – 5º SEMESTRE	
ESTUDOS CLÁSSICOS DE LÍNGUA ESPANHOLA II	30H/A
INTRODUÇÃO À ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	30H/A
FUNDAMENTOS DA LINGÜÍSTICA COGNITIVA	30H/A
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA – GÊNERO E MINORIAS	30H/A
LITERATURAS DE LÍNGUA ESPANHOLA – HISTÓRIAS E NACIONALIDADE	30H/A
OPTATIVA VII E VIII – 6º SEMESTRE	
INTRODUÇÃO À SOCIOLINGÜÍSTICA E À DIALETOLOGIA	30H/A
ESTUDOS DIACRÔNICOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL I	30H/A
TÓPICOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA I	30H/A
PRÁTICAS DE CONVERSAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA I	30H/A
TÓPICOS DE LITERATURA COMPARADA I	30H/A
TÓPICOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS I	30H/A
OPTATIVA IX – 7º SEMESTRE	
ESTUDOS DIACRÔNICOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL II	30H/A
PRÁTICAS DE CONVERSAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA II	30H/A
TÓPICOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA II	30H/A
TÓPICOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS II	30H/A
TÓPICOS DE LITERATURA COMPARADA II	30H/A

6.3. Ementário das Disciplinas

Elaboraram-se as ementas das disciplinas do curso de Letras da UFRPE a partir de discussões, análises e sínteses produzidas coletivamente, configurando a busca de uma postura interdisciplinar frente ao conhecimento que envolve a formação do professor e, ao mesmo tempo, do cidadão partícipe do conjunto das relações sociais.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Constituiu-se preocupação primeira, no processo de construção do ementário, a expressão de um eixo norteador das disciplinas íntegro e traduzido em diretrizes didático-pedagógicas dos conteúdos – elementos essenciais à configuração dos perfis do curso e do profissional que se pretende formar.

Considerados 1) os diversos movimentos de dinamização e modernidade que acontecem no mundo globalizado, os programas do curso de Letras foram desenvolvidos de forma a permitir sua revisão e atualização, bem como a inclusão de novas bibliografias; 2) o conhecimento, como um processo vivo e dinâmico, construído pelo homem no contexto das práticas sociais, a matriz curricular do curso de Letras vem-se edificando no cotidiano das práticas pedagógicas de professores e alunos, mediados pelos vários componentes curriculares.

A tradução do compromisso com essa concepção estará na formação da equipe de professores para sessões de estudos, seminários e reuniões pedagógicas, com o objetivo principal de manter atualizados os programas de disciplinas, ementas e bibliografias – compreende-se a atualização dos programas como um dos aspectos fundamentais da reelaboração e comprometimento com a formação do professor para a sociedade atual.

A construção dos trajetos intelectual e profissional do aluno do curso de Letras consolida-se mediante leituras, estudos, elaboração de sínteses sobre os clássicos que sustentam a área e suas diferentes especificidades. A formação completa somente culminará com o pleno entendimento das diversas concepções e conhecimentos de suas inter-relações histórico-sócio-culturais.

Ementas e programas de disciplinas constituem quesitos fundamentais nessas configuração e construção da identidade do curso de Letras da UFRPE, originando-se de um processo de elaboração participativa dos docentes e baseando-se na integração entre as áreas de conhecimento por meio de permanente atualização e adequação articuladas na matriz curricular, tanto no sentido horizontal quanto no vertical.

6.4. Bibliografia das Disciplinas

A indicação bibliográfica, no contexto do curso de Letras, é conhecida por sua dinamicidade e história, originando-se de um processo de elaboração participativa dos docentes que compõem o quadro do curso. Assim, os professores, juntamente com a coordenação do curso, reunidos, na semana de planejamento, em sessões de grupos de estudos e em períodos de avaliações, aproveitarão esses momentos coletivos para repensar, replanejar e orientar todas as indicações bibliográficas em

uso e/ou consultadas no curso, tendo como indicador dos critérios o perfil do profissional que estará sendo formado e a adequação aos objetivos do curso.

Nesse sentido, entende-se que a flexibilidade faz-se necessária à abordagem dos tópicos a serem indicados e à formação profissional do licenciado em Letras, adequando o currículo ao dinamismo do conhecimento, da ciência e da prática profissional, consideradas as seguintes premissas: o entendimento de que o curso é um percurso, com alternativas de trajetória; a possibilidade de contemplar, além de uma formação em área específica do saber, uma formação complementar em outra área; e o currículo deve privilegiar, além da aquisição de conteúdos, o desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas.

Concebe-se essa flexibilização em dois diferentes tipos: 1) a flexibilização vertical – possibilidade de organização do saber ao longo dos anos letivos e 2) a flexibilização horizontal – cenário em que o aluno poderá ter, de fato, à sua disposição as variadas alternativas de percurso curricular.

Encontrar-se-ão à disposição dos usuários, na Biblioteca, os livros atualizados e indicados na bibliografia, assim como os periódicos solicitados, sendo que, cada disciplina, disporá de livros-texto básicos e um significativo acervo de livros de leituras complementares, somando a eles a possibilidade de acesso à Internet e a revistas digitais.

6.5. Proposta de Ementas e Bibliografias

DISCIPLINA: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS I

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

A pré-Lingüística. Conceito e objeto da Lingüística. Perspectiva normativa e perspectivas descritiva e explicativa. A contribuição de Saussure: o estruturalismo. A contribuição de Chomsky: princípios e pressupostos da gramática gerativo-transformacional.

BIBLIOGRAFIA:

BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto alegre: PUC/RS, 1999.

CÂMARA, J. M. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

_____. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e fonologia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Editora do autor, 1997.

CARVALHO, C. de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982.

COSERIU, E. *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. Rio de Janeiro/São Paulo, Presença/EDUSP, 1979.

FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à Lingüística: 1. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

ILARI, R. *A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTIN, R. *Para entender a Lingüística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Trad. Marcos Bagno, São Paulo: Parábola, 2003.

MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Lingüística 1: domínios e fronteiras*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

SILVA, T. C. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.

WEEDWOOD, B. *História concisa da Lingüística: na ponta da língua* 3.ed. Trad. de Marcos Bagno, São Paulo: Parábola, 2002.

DISCIPLINA: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS II

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS I

EMENTA:

Teorias contemporâneas da Lingüística: o estudo da Lingüística como uma ciência voltada às discussões teórico-práticas de fenômenos sociais e do ensino-aprendizagem de língua.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, M. I. C. M. A insuficiência dos elementos lingüísticos do texto: um desafio para os interlocutores. In: *Investigações* vol. 3, dez., pp. 41-52, 1993.

_____. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

_____; GAGNÉ, G. & STUBBS, M. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

CALVET, L. J. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Bagno, São Paulo: Parábola, 2002.

CASTILHO, A. T. de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática, 1992.

COSTA VAL, M. da G. *Redação e textualidade*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DIONISIO, Â. P.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. 2 ed Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOCH, I. V. G. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2004.

MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Org). *Introdução à Lingüística 2 : domínios e fronteiras*. 2 ed. São Paulo:Contexto, 2001.

ULMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. MATEUS, J. A. Osório et al. Lisboa: Fund. Caloustre.

DISCIPLINA: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS III

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS II

EMENTA:

Teorias contemporâneas da Lingüística: Análise da Conversação; Análise do Discurso; Análise do Gênero; Semântica e Pragmática.

BIBLIOGRAFIA:

AUSTIN, J. *Quando o dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAZERMAN, C. *Formas sociais como habitats para ação*. In: Investigações: Lingüística e Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Teoria Literária. Vol. 16, número 2, jun/2003. pp.123-141, 2003.

_____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Organização: Angela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

GREGOLIN, M. do R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*. São Carlos: Claraluz, 2007.

ILARI, R. *Introdução à Semântica. Brincando com a Gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa: Presença / Martins Fontes, 1980.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: constituição e práticas sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Análise da conversação*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Org). *Introdução à Linguística 3: domínios e fronteiras*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MOURA, H. M. de M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Unicamp, 1995.

ZANDWAIS, A. (Org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre. Editora Sagra-Luzzatto, 2002 (Coleção Ensaios, 17).

DISCIPLINA: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA I CRÉDITO: 02

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Exame e discussão de concepções, princípios e procedimentos que norteiam os estudos aplicados de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Domínios da Linguística Aplicada: aprendizagem e ensino de línguas, política de ensino de línguas, formação de professores, linguagem em contextos institucionais. Ensino-aprendizagem de língua materna no âmbito da gramática tradicional, da linguística da língua e da linguística do discurso.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de *Linguística Aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes e ArteLíngua, 2005.

CAVALCANTI, M. *A propósito de Linguística Aplicada*. Trabalhos em Linguística Aplicada,

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

7, p. 5-12, 1986.

FIORIN, J. L. (Org.) *Introdução à Lingüística I*. São Paulo: Contexto, 2002.

FREIRE, M.M. et alli (Orgs.) *Lingüística Aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: ALAB; Campinas, SP: Pontes, 2005.

LEFFA, V. Metodologia do ensino de línguas estrangeiras. In BOHN, H (org.). *Tópicos em Lingüística Aplicada*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

MOITA LOPES, L. P. da. *Oficina de Lingüística Aplicada*. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

____ (Org.) *Por uma Lingüística Aplicada iNdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. (Org.) *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. vol. I e II. São Paulo: Cortez, 2001.

PASSEGI, L. (Org.) *Abordagens em Lingüística Aplicada*. Natal: Editora da UFRN, 1998.

ROTTAVA, L. e LIMA, M. dos S. (Orgs.) *Lingüística Aplicada: relacionando teoria e prática no ensino de línguas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) *Lingüística Aplicada e transdisciplinariedade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

XAVIER, C. A. E CORTEZ, s. (Orgs.) *Conversas com lingüistas - virtudes e controvérsias*. São Paulo: Parábola, 2003.

DISCIPLINA: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA II CRÉDITO: 02

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA I

EMENTA:

Os eixos organizadores do ensino na perspectiva discursiva: a produção de textos orais e escritos, a leitura e a reflexão sobre a língua.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de *Lingüística Aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes e ArteLíngua, 2005.

CAVALCANTI, M. *A propósito de Lingüística Aplicada*. Trabalhos em Lingüística Aplicada, 7, p. 5-12, 1986.

FIORIN, J. L. (Org.) *Introdução à Lingüística I*. São Paulo: Contexto, 2002.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

FREIRE, M.M. et alli (Orgs.) *Lingüística Aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: ALAB; Campinas, SP: Pontes, 2005.

LEFFA, V. Metodologia do ensino de línguas estrangeiras. In BOHN, H (org.). *Tópicos em Lingüística Aplicada*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

MOITA LOPES, L. P. da. *Oficina de Lingüística Aplicada*. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

____ (Org.) *Por uma Lingüística Aplicada iNdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. (Org.) *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. vol. I e II. São Paulo: Cortez, 2001.

PASSEGI, L. (Org.) *Abordagens em Lingüística Aplicada*. Natal: Editora da UFRN, 1998.

ROTTAVA, L. e LIMA, M. dos S. (Orgs.) *Lingüística Aplicada: relacionando teoria e prática no ensino de línguas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) *Lingüística Aplicada e transdisciplinariedade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

XAVIER, C. A. E CORTEZ, s. (Orgs.) *Conversas com lingüistas - virtudes e controvérsias*. São Paulo: Parábola, 2003.

DISCIPLINA: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA I **CRÉDITO: 02**

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Lingüística como ciência. Lingüística aplicada ao ensino de línguas. Breve histórico da lingüística aplicada. Lingüística aplicada ao ensino de segunda língua: escopo e objetivos. Teorias de aquisição de segunda língua. Processos cognitivos, psicolingüísticos e sociais de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAHAO, M. H. V.; BARELO, A. M. F. (Orgs), *Crenças e ensino de línguas – foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de *Lingüística Aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes e ArteLíngua, 2005.

CARIONI, L. Aquisição de Segunda Língua: a Teoria de Krashen. In: BOHN, H.; VANDRESEN, P. (Org). *Tópicos de Lingüística Aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1988.

FREIRE, M.M. et alli (Orgs.) *Lingüística aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: ALAB; Campinas, SP: Pontes, 2005.

MAGALHÃES, H. M.G. de; DIAS, R. *Prática de Ensino e aprendizagem em língua estrangeira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Lingüística Aplicada iNdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

PASSEGI, L. (Org.) *Abordagens em Lingüística Aplicada*. Natal: Editora da UFRN, 1998.

ROTTAVA, L. e LIMA, M. dos S. (Orgs.) *Lingüística aplicada: relacionando teoria e prática no ensino de línguas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) *Lingüística Aplicada e transdisciplinarietà*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

XAVIER, C. A. E CORTEZ, s. (Orgs.) *Conversas com lingüistas - virtudes e controvérsias*. São Paulo: Parábola, 2003.

DISCIPLINA: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA II **CRÉDITO: 02**

CARGA-HORÁRIA: 30H **PRÉ-REQUISITO: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA I**

EMENTA:

As quatro habilidades na aprendizagem de segunda língua. Behaviorismo e análise contrastiva. Análise de erros. Sistemas aproximativos (interlíngua), integração e transdisciplinaridade. O debate entre a visão interacionista e a visão socionteracional do ensino de segunda língua. Linguagem, poder e identidade.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAHAO, M. H. V.; BARELO, A. M. F. (Orgs), *Crenças e ensino de línguas – foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de *Lingüística Aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes e ArteLíngua, 2005.

CARIONI, L. Aquisição de Segunda Língua: a Teoria de Krashen. In: BOHN, H.; VANDRESEN, P. (Org). *Tópicos de Lingüística Aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1988.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

FREIRE, M.M. et alli (Orgs.) *Lingüística aplicada e contemporaneidade*. São Paulo: ALAB; Campinas, SP: Pontes, 2005.

MAGALHÃES, H.M.G. de; DIAS, R. *Prática de Ensino e aprendizagem em língua estrangeira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma Lingüística Aplicada iNdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

PASSEGI, L. (Org.) *Abordagens em Lingüística Aplicada*. Natal: Editora da UFRN, 1998.

ROTTAVA, L. e LIMA, M. dos S. (Orgs.) *Lingüística aplicada: relacionando teoria e prática no ensino de línguas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M.C. (Orgs.) *Lingüística Aplicada e transdisciplinarietà*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

XAVIER, C. A. E CORTEZ, s. (Orgs.) *Conversas com lingüistas - virtudes e controvérsias*. São Paulo: Parábola, 2003.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA I

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Conceitos de fonética e fonologia. A fonética e a fonologia do português do Brasil: características básicas. Noções de fonética articulatória. Os processos fonológicos. Fonologia: fonema e alofone. Teoria dos traços distintivos. Fonologia e sistema de escrita. A oralidade na prática da língua materna.

BIBLIOGRAFIA:

BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de Fonologia do português brasileiro*. Porto alegre: PUC/RS, 1999.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação á Fonética e à Fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Editora do autor, 1997.

_____. *Alfabetização & Lingüística*. São Paulo: Scipione, 1997.

CÂMARA, J.M. *Para o estudo da Fonêmica Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CASTILHO, A. *Gramática do português falado*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

FERREIRA NETTO, W. *Introdução à Fonologia da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Hedra, Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

2001.

HOUAISS, A. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.

KNIES, C. B.; GUIMARÃES, A. M. de M. *Elementos de Fonologia e Ortografia do português*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: constituição e práticas sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAIS, A. G. de. Ortografia: este peculiar objeto de conhecimento. In: MORAIS, A. G. de (Org.). *O aprendizado da ortografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. C. *Fonética e Fonologia do português: roteiro de estudos de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.

ULMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. MATEUS J. A. Osório et al. Lisboa: Fund. Caloustre.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA II

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Morfologia sincrônica. A dupla articulação da linguagem. Plano de expressão e plano de conteúdo. O vocábulo: classe, estrutura, função e sentido. Categorias gramaticais e as relações morfossintáticas do português à luz da gramática textual e dos pressupostos semânticos.

BIBLIOGRAFIA:

BRANDÃO, H. N. (Org.) *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMARA Jr., J. M. *Princípios de Linguística Geral*. 4 ed. – Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

CARONE, F. de B.. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

ILARI, R.. *Introdução à Semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

LEMLE, M.. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática, 1989.

LOPES-ROSSI, M. A. G. (Org.). *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos*. Taubaté, SP: Cabral, 2002.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfo-sintática do português*. Fortaleza: Universidade do

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Ceará, 1994.

MONTEIRO, J. L. *Morfologia Portuguesa*. Campinas: Pontes, 2002.

NEVES, M. H. de M. *Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSA, M. C. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA e SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. G. V. *Linguística Aplicada ao português – Morfologia*. São Paulo: Cortez, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA III

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA PORTUGUESA II

EMENTA:

As relações morfossintáticas do português, quanto à coesão, coerência e demais aspectos de textualidade. Apropriação de princípios teóricos e metodológicos da estrutura morfossintática e semântica, considerando a análise, a reflexão e a sistematização das relações pertinentes às referidas estruturas à luz da gramática textual e dos pressupostos semânticos.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, M. I. C. M. *Aspectos da coesão do texto: uma análise em editoriais jornalísticos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

_____. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

AZEVEDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. *Lições de português pela análise sintática*. 17 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Subordinação e coordenação*. São Paulo: Ática, 1988.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 12 ed. Brasília: FAE, 1994.

GUIRAUD, P. *A Semântica* (trad. Maria Elisa Mascarenhas et al.). São Paulo: DIFEL, 1986.

LEMLE, M. *Análise sintática: teoria e ensino*. São Paulo: Ática, 1985.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

LOBATO, L. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Virgília, 1986.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfo-sintática do português*. Fortaleza: Universidade do Ceará, 1994.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1994.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA IV

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA PORTUGUESA III

EMENTA:

Relações sintático-semânticas na construção de sentido. Relações semânticas de sinonímia e ambigüidade; de contraste e antonímia; de semelhança e paronímia; de hiponímia e hiperonímia; de conotação e denotação; de homonímia e polissemia. Referência e contexto. Questões semânticas e pragmáticas.

BIBLIOGRAFIA:

BRANDÃO, H. H. N. Pragmática lingüística: delimitação e objetivos. In: MOSCA, L. do L. S. (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/ FFLCH/USP, pp. 161-182, 1997.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 16 ed. São Paulo: Ática, 2005.

FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 13 ed. São Paulo: Ática, 1997.

FIORIN, J. L. et al. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

FREGE, G. *Sobre o sentido e a referência*. Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. *A articulação do texto*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2004.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

GUIRAUD, P. *A Semântica*. Trad. Maria Elisa Mascarenhas et al.. São Paulo: DIFEL, 1986.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOURA, H. M. M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 1999.

PINTO, J. P. *Pragmática*. In: BERLINCK, R. de A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. *Sintaxe*. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. 2 ed. São Paulo: Cortez, pp. 147-179, 2001.

OLIVEIRA, R. P. de. *Semântica*. IN: BERLINCK, R. de A.; SUASSUNA, L. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas: Papirus, 1995.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA V

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Estilística: conceito, objeto e situação no âmbito dos estudos lingüísticos. Correntes estilísticas. Estudos dos recursos expressivos da língua em suas diversas situações de uso. Análise estilística de textos literários e não-literários em língua portuguesa. A organização retórica.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, M. I. C. M. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003;

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 16 ed. São Paulo: Ática, 2005.

COSTA VAL, M. da G.. *Redação e textualidade*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MOSCA, L. do L. S. (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/ FFLCH/USP, 1997.

REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

VANOYE, F. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Trad. de Clarice Madureira Sabóia et al. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA VI

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Estudos dos aspectos micro e macroestruturais na perspectiva diacrônica, considerando os fatores extralingüísticos no contínuo histórico da língua e do texto; conceito e evolução da Filologia. A formação das línguas românicas; a formação do português brasileiro; estudo comparativo de textos em diferentes períodos.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, M. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

ALKMIM, T. M. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.

BURKE, P.; PORTES, R. (Orgs.). *História social da linguagem*. Trad. Álvaro Hattnher. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CASTILHO, A. T. de. 1992. O português do Brasil. In: ILARI, R.. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática.

_____. Reflexões sobre o português falado e o exercício da cidadania. In: HENRIQUES, C. C. & SIMÕES, D. (Orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro Ed. Europa, pp. 15-33, 2004.

CAVALCANTE, S. R. de O. O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada? In: MATTOS e SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, pp. 233-249, 2001.

COSERIU, E. *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Editorial Gredos, 1973.

_____. *Teoria da linguagem e Linguística geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1979.

ELIA, S. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Paulo: Parábola, 2005.

MALERBA, J. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, R. V. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto; Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NEVES, M. H. de M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

PESSOA, M. de B. *Formação de uma variedade urbana e semioralidade na primeira metade do século XIX. O caso do Recife, Brasil*. Tübingen. Dissertation, 1997.

_____. (Org.). *Língua, textos e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro*. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 45H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Articulação das diferentes práticas de ensino de Língua Portuguesa e Literatura, envolvendo os quatro eixos de estudo da língua (oralidade, leitura, escrita e reflexão lingüística), com ênfase na **oralidade** e na **leitura**. Reflexões sobre a prática e propostas didático-metodológicas para aplicação do conteúdo ao ensino fundamental e médio. Elaboração e execução de projetos.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BARCO, F. L. M.; FICHTNER, M. P.; RÊGO, Z. L. G. P.; AGUIAR, V. T. de (Coord.). *Era*

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

uma vez...na escola: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa.* Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias.* Brasília: A Secretaria, 1999.

CARVALHO, R. C.; LIMA, P.(Org.). *Leitura múltiplos olhares.* Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005.

DIONISIO, Â. P.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *O livro didático de português: múltiplos olhares.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino.* 2 ed Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FERRARA, L. D'Aléssio. *Leitura sem palavras.* São Paulo: Ática, 2004.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem.* 4 ed. São Paulo: Martins fontes, 1997.

KAUFMAN, A. M. & M. E. R. *Escola, leitura e produção de textos.* Trad. Inaja Rodrigues. Porto alegre: Artes Médicas, 1995.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação.* 5 ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização.* 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar.* São Paulo: contexto, 2007.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino.* 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.* Campinas, SP: Mercado da Letras, 2001.

VANOYE, F. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita.* Trad. de Clarice Madureira Sabóia et al. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 45H

PRÉ-REQUISITO: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I

EMENTA:

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Articulação das diferentes práticas de ensino de Língua Portuguesa e Literatura, envolvendo os quatro eixos de estudo da língua (oralidade, leitura, escrita e reflexão lingüística), com ênfase na **escrita** e na **reflexão lingüística**. Reflexões sobre a prática e propostas didático-metodológicas para aplicação do conteúdo ao ensino fundamental e médio. Elaboração e execução de projetos.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, M. *Língua Materna: letramento/variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. *A norma culta: língua e poder na sociedade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: A Secretaria, 1999.

CABRAL, L. G. *Lingüística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, 1998.

DIONISIO, Â. P.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

_____. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. 2 ed Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4 ed. São Paulo: Martins fontes, 1997.

MALERBA, J. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

VANOYE, F.. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Trad. de Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Clarice Madureira Sabóia et al. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA CRÉDITO: 02
PORTUGUESA I

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Leitura, sujeito e sentido. Conceitos de leitura em diferentes abordagens/perspectivas lingüísticas e suas implicações para o ensino. Leitura, alfabetização e letramento. Procedimentos de leitura. Construção e efeitos de sentido. A oralidade e a escrita na sala de aula: estratégias didáticas. Interdisciplinaridade e processo intertextual. Materiais didáticos: modalidades e usos.

BIBLIOGRAFIA:

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Manual de expressão oral e escrita*. 20 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CHARTIER, R. (Org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, A.-M. e HÉBRARD, J. *Discursos sobre a Leitura- 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

COLLINS, J. e Michaels, S. A fala e a escrita: estratégias de discurso e aquisição da alfabetização. In: Cook-Gumperz, J. (Org.). *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

KLEIMAN, Â. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 6 ed., São Paulo : Contexto, 2003.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a Escrita: atividades de retextualização*. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2003.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS EM LÍNGUA CRÉDITO: 02
PORTUGUESA II

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Escrita, construção e efeitos de sentido. Texto e textualidade. Gêneros, tipos textuais e domínios discursivos. Parágrafo. Produção das idéias. Práticas de texto. Tratamento do “erro” na produção escrita. Reescrita e reconstrução de textos. Análise, discussão e produção de diversos tipos de textos.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA, S. A. M. *Redação: escrever é desvendar o mundo*. 16 ed. Campinas : Papirus, 2003.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Unesp, 1993.

CAGLIARI, L.C. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo, SP: Ed. Scipione, 1989.

COLLINS, J. e Michaels, S. A fala e a escrita: estratégias de discurso e aquisição da alfabetização. In: Cook-Gumperz, J. (Org.). *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

GARCEZ, L. H. do C. *Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOCH, I. G. V. *Aquisição da escrita e textualidade*. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos, 29. Campinas, SP, Unicamp, 1995.

_____. *A coesão textual*. 18 ed., São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. e TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A coerência textual*. 14 ed., São Paulo: Contexto, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

SERAFINI, M. T. *Como escrever textos*. 11 ed., São Paulo : Globo, 2001.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA I**CRÉDITO: 04****CARGA-HORÁRIA: 60H****PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO****EMENTA:**

Desenvolvimento da competência comunicativa em nível básico. Morfologia, sintaxe e semântica da língua espanhola em estruturas simples e compostas em nível básico e sua aplicação em contextos variados. Ênfase na leitura e compreensão (de textos escritos e orais) e na produção de textos (orais). Conceitos fundamentais sobre o espaço político-geográfico-lingüístico da língua espanhola (Europa e América). Mapa lingüístico da Espanha (língua oficial e línguas regionais). Fonologia do Espanhol (da Espanha e da América). Campo Lexical: cumprimentos e despedidas, fórmulas de cortesia, apresentações, descrições físicas e psicológicas pessoais, a família, partes do corpo e do rosto, profissões.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

BIBLIOGRAFIA:

Dicionários Monolíngües (espanhol-espanhol)

MOLINER, M. *Diccionario de uso del Español*. Madrid: Gredos, 2 v., 1999.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 19ª ed., 1970.

Señas: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para brasileños / Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Cláudia Berliner. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Dicionários bilíngües (espanhol-português / português-espanhol)

FLAVIÁN, E. & FERNÁNDEZ, I. G. E. *Minidicionário Espanhol-Português Português-Espanhol*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1995

MORENO, F. & MAIA GONZÁLEZ, N. *Diccionario bilingüe de uso Español-Portugués / Português-Espanhol*. Madrid: Arco / Libros, 2003.

Gramáticas e livros de apoio:

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1995.

ALSINA, R. *Todos los verbos castellanos conjugados*. Barcelona: Ed. Teide, 8ª ed., 1979.

CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el Español actual*. Madrid: Arco / Libros, 1997.

GELABERT, M. J. et alli. . Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madrid: SGEL, 1988.

MALMBERG, B. *La América Hispanohablante. Unidad y diferenciación del castellano*. Madrid: Istmo, 1966.

NEVES, D. G. A. *Espanhol: fonologia del español, los artículos, los sustantivos..., estudio de textos y vocabulario temático*. Recife: Água-Marinha, 5ª.e., 2004.

ROMANOS, H. & CARVALHO, J. P. *Espanhol Expansión*. São Paulo: FTD, 2004.

SECO, M. *Gramática esencial del español*. Madrid: Espasa – Calpe, 1997.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA II

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA ESPANHOLA I

EMENTA:

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Aperfeiçoamento da competência comunicativa em língua espanhola no nível básico. Ampliação do vocabulário e progressão no estudo das estruturas lingüísticas em seus aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos e sua aplicação em diferentes contextos comunicativos em situações formais e informais. Ênfase na leitura e compreensão de textos escritos e orais e na produção de textos orais e de textos escritos descritivos. Estudo de aspectos das distintas culturas de países hispanófonos. Campos lexicais: férias, diversões (teatro, cinema, excursões, exposições, discotecas, confeitarias; excursões, viagens, lugares turísticos na Espanha e na América espanhola) vestuário, manifestações artísticas e folclóricas de diferentes países: festas típicas, costumes, trajes típicos, danças, música, pintura; geografia da língua espanhola.

BIBLIOGRAFIA:

Dicionários Monolíngües (espanhol-espanhol)

MOLINER, M. *Diccionario de uso del Español*. Madrid: Gredos, 2 v., 1999.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 19ª ed., 1970.

Señas: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para brasileños / Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Cláudia Berliner. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Dicionários bilíngües (espanhol-português / português-espanhol)

FLAVIÁN, E. & FERNÁNDEZ, I. G. E. *Minidiccionario Español-Português Portuguêso-Español*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1995

MORENO, F. & MAIA GONZÁLEZ, N. *Diccionario bilingüe de uso Español-Portugués / Portuguêso-Español*. Madrid: Arco / Libros, 2003.

Gramáticas e livros de apoio:

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1995.

ALSINA, R. *Todos los verbos castellanos conjugados*. Barcelona: Ed. Teide, 8ª ed., 1979.

CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el Español actual*. Madrid: Arco / Libros, 1997.

GELABERT, M. J. et alli. . Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madri: SGEL, 1988.

MALMBERG, B. *La América Hispanohablante. Unidad y diferenciación del castellano*. Madrid: Istmo, 1966.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

NEVES, D. G. A. *Espanhol: fonologia del español, los artículos, los sustantivos..., estudio de textos y vocabulario temático*. Recife: Água-Marinha, 5ª.e., 2004.

ROMANOS, H. & CARVALHO, J. P. *Espanhol Expansión*. São Paulo: FTD, 2004.

SECO, M. *Gramática esencial del español*. Madrid: Espasa – Calpe, 1997.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA III

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA ESPANHOLA II

EMENTA:

Desenvolvimento da competência comunicativa em nível intermediário. Interpretação do sistema de coesão responsável pela coerência no funcionamento da língua espanhola: marcas de enunciação, relações anafóricas e catafóricas, marcas de subjetividade, adequação lingüístico-discursiva, modos de enunciação de contrastes. A modalização referencial em língua espanhola: probabilidade / improbabilidade, gradações, formas desiderativas, valoração da realidade, expressão da surpresa, da indignação e da rejeição, expressão da necessidade (formas pessoais e impessoais). A expressão de pedidos, conselhos, instruções e ordens (formas de cortesia). O conceito de coordenação e subordinação: localização no tempo (anterior, posterior, concomitante, freqüentativo), expressão de finalidade, contraste entre estruturas similares. Campos lexicais: alimentos e hábitos alimentares, receitas, saúde e hábitos saudáveis; exercícios físicos e esportes; doenças e sintomas; casa: cômodos, móveis, eletrodomésticos e utensílios.

BIBLIOGRAFIA:

Dicionários Monolíngües (espanhol-espanhol)

MOLINER, M. *Diccionario de uso del Español*. Madrid: Gredos, 2 v., 1999.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 19ª ed., 1970.

Señas: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para brasileños / Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Cláudia Berliner. 2ªed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Dicionários bilíngües (espanhol-português / português-espanhol)

FLAVIÁN, E. & FERNÁNDEZ, I. G. E. *Minidicionário Espanhol-Português Português-*

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Espanhol. 2 ed., São Paulo: Ática, 1995

MORENO, F. & MAIA GONZÁLEZ, N. *Diccionario bilingüe de uso Español-Portugués / Português-Espanhol*. Madrid: Arco / Libros, 2003.

Gramáticas e livros de apoio:

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1995.

ALSINA, R. *Todos los verbos castellanos conjugados*. Barcelona: Ed. Teide, 8ª ed., 1979.

CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el Español actual*. Madrid: Arco / Libros, 1997.

GELABERT, M. J. et alli. . Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madri: SGEL, 1988.

MALMBERG, B. *La América Hispanohablante. Unidad y diferenciación del castellano*. Madrid: Istmo, 1966.

NEVES, D. G. A. *Espanhol: fonologia del español, los artículos, los sustantivos..., estudio de textos y vocabulario temático*. Recife: Água-Marinha, 5ª.e., 2004.

ROMANOS, H. & CARVALHO, J. P. *Espanhol Expansión*. São Paulo: FTD, 2004.

SECO, M. *Gramática esencial del español*. Madrid: Espasa – Calpe, 1997.

SERRANI, S. *A linguagem na pesquisa sociocultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA IV

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA ESPANHOLA III

EMENTA:

Aperfeiçoamento da competência comunicativa em nível intermediário. Ampliação do vocabulário e das estruturas lingüísticas e funções comunicativas. Construções de hipóteses e condição. O discurso referido e a percepção/ interpretação do ato de enunciação do outro. Verbos discendi. Marcadores do discurso direto e indireto. Pontuação. Mudanças temporais devido a verbos e advérbios. Campos lexicais: a cidade e o campo: hábitos urbanos e rurais, características do homem urbano e rural, os meios de transporte, o meio ambiente e a ecologia, os animais, a flora e a fauna; os conflitos, os problemas, as vantagens e desvantagens, a economia e a política, os meios de comunicação.

BIBLIOGRAFIA:

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Dicionários Monolíngües (espanhol-espanhol)

MOLINER, M. *Diccionario de uso del Español*. Madrid: Gredos, 2 v., 1999.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 19ª ed., 1970.

Señas: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para brasileños / Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Cláudia Berliner. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Dicionários bilíngües (espanhol-português / português-espanhol)

FLAVIÁN, E. & FERNÁNDEZ, I. G. E. *Minidicionário Espanhol-Português Português-Espanhol*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1995

MORENO, F. & MAIA GONZÁLEZ, N. *Diccionario bilingüe de uso Español-Portugués / Português-Espanhol*. Madrid: Arco / Libros, 2003.

Gramáticas e livros de apoio:

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 2001.

GELABERT, M. J. et alli. Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madri: SGEL, 1988.

KERBRAT ORECCHIONI, C. *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Hachette, 1986.

NEVES, D. G. A. *Espanhol: los adverbios y modos adverbiales, preposiciones y modos preposicionales, verbos irregulares..., estudio de textos y vocabulario temático*. 5 ed., Recife: Ed. Água-Marinha, 2004.

PORTO DAPENA, J. *El verbo y su conjugación*. Madri: Arco Libros, 1987.

REYES, G. *Discurso directo y discurso indirecto*. Madrid: Arco Libros, 1995.

ROMANOS, H. & CARVALHO, J. P. *Espanhol Expansión*. São Paulo: FTD, 2004.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA V

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA ESPANHOLA IV

EMENTA:

Desenvolvimento da competência comunicativa em nível avançado. Ampliação do vocabulário e das estruturas lingüísticas simples, compostas e complexas da língua espanhola e de seu

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

funcionamento em distintos contextos comunicativos. Ênfase no nível formal erudito (leitura e compreensão) e no aperfeiçoamento da pronúncia. Consolidação da competência comunicativa oral em nível avançado. Aprimoramento de habilidades de produção e compreensão oral e escrita. Desenvolvimento de consciência cultural referente às culturas de língua espanhola com ênfase na leitura e análise de textos de autores espanhóis e hispano-americanos. Gêneros textuais: descrições de processos, cartas, contos, crônicas, músicas, e-mails, resumos e resenhas: leitura e caracterização; produção de textos.

BIBLIOGRAFIA:

Dicionários Monolíngües (espanhol-espanhol)

MOLINER, M. *Diccionario de uso del Español*. Madrid: Gredos, 2 v., 1999.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 19ª ed., 1970.

Señas: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para brasileños / Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Cláudia Berliner. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Dicionários bilíngües (espanhol-português / português-espanhol)

FLAVIÁN, E. & FERNÁNDEZ, I. G. E. *Minidicionário Espanhol-Português Português-Espanhol*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1995

MORENO, F. & MAIA GONZÁLEZ, N. *Diccionario bilingüe de uso Español-Portugués / Português-Espanhol*. Madrid: Arco / Libros, 2003.

Gramáticas e livros de apoio:

ARNOUX, E. et alii. *Talleres de lectura y escritura*. Textos y actividades. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

CIAPUSCIO, G. *Tipologías textuales*. Buenos Aires: Enciclopedia Semiológica. UBA, 1992.

DIONÍSIO, Â. P. et alii. *Gêneros Textuais e Ensino*. 3 ed., Rio de Janeiro: Ed. YH Lucerna, 2005.

GELABERT, M. J. et alii. Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madrid: SGEL, 1988.

KERBRAT ORECCHIONI, C. *La enunciación de la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Hachette, 1986.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

MACHADO, A. R. et alii.. *Resumo*. São Paulo: Parábola Ed., 2005.

_____. *Resenha*. São Paulo: Parábola Ed., 2004.

NEVES, D. G. A. *Español: el adjetivo, los pronombres personales, el verbo (regulares)..., estudio de textos y vocabulario*. 5 ed., Recife: Água-Marinha, 2000.

_____. *Espanhol: los adverbios y modos adverbiales, preposiciones y modos preposicionales...*, estudio de textos y vocabulario. 5 ed., Recife: Ed. Água-Marinha, 2004.

PORTO DAPENA, J. *El verbo y su conjugación*. Madri: Arco Libros, 1987.

REYES, G. *Discurso directo y discurso indirecto*. Madrid: Arco Libros, 1995.

ROMANOS, H. & CARVALHO, J. P. *Espanhol Expansión*. São Paulo: FTD, 2004.

SIERRA, T. V. *Espanhol Instrumental*. Curitiba: IBPEX, 2ª ed., 2005.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESPANHOLA VI

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA ESPANHOLA V

EMENTA:

Aperfeiçoamento da competência comunicativa de nível avançado em língua espanhola, especialmente das habilidades de compreensão e expressão oral e escrita ampliando sua competência discursiva. Estudo e análise contrastiva de estruturas em que ocorre a maior interferência do português na aprendizagem do espanhol, tendo em vista aprendizes em contextos diversos. Ênfase na correção de desvios persistentes na expressão oral e escrita em língua espanhola (em todos os níveis: ortografia, pronúncia, morfossintaxe, léxico), tendo em vista as diferentes situações comunicativas. Campo lexical: temas universais: a educação, energias alternativas, autoconhecimento, a ecologia, a paz, a globalização e sua relação com os países hispano-parlantes.

BIBLIOGRAFIA:

Dicionários Monolíngües (espanhol-espanhol)

MOLINER, M. *Diccionario de uso del Español*. Madrid: Gredos, 2 v., 1999.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 19ª ed., 1970.

Señas: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para brasileños / Universidad de Alcalá de Henares. Departamento de Filología; tradução de Eduardo Brandão, Cláudia Berliner. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Dicionários bilíngües (espanhol-português / português-espanhol)

FLAVIÁN, E. & FERNÁNDEZ, I. G. E. *Minidicionário Espanhol-Português Português-Espanhol*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1995

MORENO, F. & MAIA GONZÁLEZ, N. *Diccionario bilingüe de uso Español-Portugués / Português-Espanhol*. Madrid: Arco / Libros, 2003.

Gramáticas e livros de apoio:

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1995.

ALSINA, R. *Todos los verbos castellanos conjugados*. Barcelona: Ed. Teide, 8ª ed., 1979.

CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el Español actual*. Madrid: Arco / Libros, 1997.

GELABERT, M. J. et alli. . Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madri: SGEL, 1988.

GILI GAYA, S. *Curso Superior de sintaxis española*. Barcelona: Bibliograf, 1983.

MALMBERG, B. *La América Hispanohablante. Unidad y diferenciación del castellano*. Madrid: Istmo, 1966.

NEVES, D. G. A. *Espanhol: fonologia del español, los artículos, los sustantivos..., estudio de textos y vocabulario temático*. Recife: Água-Marinha, 5ª.e., 2004.

_____. *Espanhol:el adjetivo, los pronombres personales, el verbo(regulares)..., estudio de textos y vocabulario* . 5 ed., Recife: Água-Marinha, 2004.

_____. *Espanhol: los adverbios y modos adverbiales, preposiciones y modos preposicionales..., estudio de textos y vocabulario*. 5 ed., Recife: Ed. Água-Marinha, 2004.

_____. *Espanhol:pronombres y adjetivos, las conjunciones, voces verbales, estudio de textos y vocabulario temático*. 4 ed., Recife: Ed. Água-Marinha, 2003.

ROMANOS, H. & CARVALHO, J. P. *Espanhol Expansión*. São Paulo: FTD, 2004.

SECO, M. *Gramática esencial del español*. Madrid: Espasa – Calpe, 1997.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA I

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Articulação das diferentes práticas de ensino de Língua Espanhola e Literatura, envolvendo os

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

quatro eixos de estudo da língua (oralidade, leitura, escrita e reflexão lingüística), com ênfase na **oralidade** e na **leitura**. O processo de comunicação e suas implicações. Instrumentalização para o ensino no campo específico de conhecimento da habilitação. Aspectos teórico-práticos vinculados à seleção de conteúdo e de materiais, seleção e elaboração de objetivos, planejamento de aula, com ênfase nos PCN de ensino fundamental e médio voltados para o ensino-aprendizagem de língua espanhola.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1995.

ALSINA, R. *Todos los verbos castellanos conjugados*. 8 ed., Barcelona: Ed. Teide, 1979.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. 19 ed., Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1970.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília: A Secretaria, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. Madrid: Arco / Libros, 1997.

CORDER, S. *O significado dos erros*. Trad. João Peres Filho. 1967.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. 19 ed., Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1970.

GELABERT, M. J. et alli. Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madri: SGEL, 1988.

Gramatica Didactica Del Español. Madrid: Gómez Torrego, 1998.

MALMBERG, B. *La América Hispanohablante. Unidad y diferenciación del castellano*. Madrid: Istmo, 1966.

MOITA LOPES, L. P. *Oficina de Lingüística Aplicada*. Campinas, Mercado de Letras, 1996.

MORENO, F. & MAIA GONZÁLEZ, N. *Diccionario Bilingüe de Uso Español-Portugués /*

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Português-Espanhol. Madrid: Arco / Libros, 2003.

NEVES, D. G. A. *Espanhol: fonologia del español, los artículos, los sustantivos..., estudio de textos y vocabulario temático*. 5 ed., Recife: Água-Marinha, 2004.

_____. *Español: el adjetivo, los pronombres personales, el verbo (regulares)..., estudio de textos y vocabulario*. 5 ed., Recife: Água-Marinha, 2004.

_____. *Espanhol: los adverbios y modos adverbiales, verbos irregulares, preposiciones y modos preposicionales..., estudio de textos y vocabulario*. 5 ed., Recife: Ed. Água-Marinha, 2004.

PORTO DAPENA, J. *El verbo y su conjugación*. Madrid: Arco Libros, 1987.

REYES, G. *Discurso directo y discurso indirecto*. Madrid: Arco Libros, 1995.

SECO, M. *Gramática esencial del español*. Madrid: Espasa – Calpe, 1997.

DISCIPLINA: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA II

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: PRÁTICA DE ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA I

EMENTA:

Articulação das diferentes práticas de ensino de Língua Espanhola e Literatura, envolvendo os quatro eixos de estudo da língua (oralidade, leitura, escrita e reflexão lingüística), com ênfase na **escrita** e na **reflexão lingüística**. O processo de comunicação e suas implicações. Elaboração de instrumentos de avaliação para o ensino-aprendizagem de língua espanhola. Planejamento de aulas. Micro-aulas seguidas de debate. Relatório das aulas dadas.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

ARNOUX, E. et alii. *Talleres de lectura y escritura*. Textos y actividades. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

CIAPUSCIO, G. *Tipologías textuales*. Buenos Aires: Enciclopedia Semiológica. UBA, 1992.

Diccionario de la Lengua Española. Real Academia Española. 19 ed., Madrid: Espasa-Calpe S.A, 1970.

Dicionário de verbos de língua espanhola. São Paulo: Textos Editores, 2006.

FLAVIÁN, E. & FERNÁNDEZ, I. G. E. *Minidicionário Espanhol-Português Português-*

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Espanhol. São Paulo: Ática, 1995.

Gramática Didáctica Del Español. Madrid: Gómez Torrego, 1998.

GELABERT, M. J. et alii. Niveles umbral, intermedio y avanzado. *Repertorio de funciones comunicativas del español*. Madrid: SGEL, 1988.

PORTO DAPENA, J. *El verbo y su conjugación*. Madrid: Arco Libros, 1987.

REYES, G. *Discurso directo y discurso indirecto*. Madrid: Arco Libros, 1995.

ROMANOS, H.; CARVALHO, J. P. *Espanhol Expansión*. São Paulo: FTD, 2004.

DISCIPLINA: TEORIA DA LITERATURA I

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Leitura de clássicos da literatura ocidental sob a perspectiva: da teoria e da literatura; das poéticas clássicas; das poéticas modernas; e das poéticas contemporâneas. Narrativa ficcional em seus aspectos histórico-formais; subgêneros narrativos; estrutura narrativa. Poesia em seus aspectos histórico-formais; poéticas clássicas e modernas; poesia e forma; verso e prosa; funções da poesia; poesia e crítica; análise e interpretação do texto poético.

Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica no Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA:

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Trad. George Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Coleção Estudos).

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, D. L. P. de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 1999. (Série Fundamentos)

BARTHES, R. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. *O prazer do texto*. Trad. de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BAUDELAIRE, C. *Poesia e prosa*. Org. Ivo Barroso ; trad. Alexei Bueno et. al. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 2002.

CULLER, J. *Teoria Literária: uma introdução*. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

D'ONÓFRIO, S. *Teoria do Texto*. São Paulo: Ática, 1995.

FREADMAN, R. *Re-pensando a Teoria: uma crítica da Teoria Literária contemporânea*. Trad.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

de Aguinaldo J. Gonçalves, Álvaro Hattner. São Paulo: EdUNESP, 1994.
GROSSMANN, J. *Temas de Teoria da Literatura*. São Paulo: Ática, 1982.
LEITE, L. C. M. *O foco narrativo*. 10 ed., São Paulo: Ática, 2000.
MEGALE, H. *Elementos de Teoria Literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
PERRONE- MOISÉS, L. *Texto, Crítica, Escritura*. 2 ed., São Paulo: Ática, 1993.
SAMUEL, R. *Manual de Teoria Literária*. 9 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

DISCIPLINA: TEORIA DA LITERATURA II

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: TEORIA DA LITERATURA I

EMENTA:

Correntes críticas do/no século XX, abordagens *intrínsecas* (texto e estilística; formalismo russo, estruturalismo tcheco, *new criticism*; estruturalismo francês e pós-estruturalismo) e *extrínsecas* do texto literário. Crítica histórico-sociológica; Marxismo e Escola de Frankfurt; o contexto pós-moderno, o pós-estruturalismo e a teoria contemporânea (estudos culturais, interdisciplinaridades e de relações de gênero). Correntes críticas do/no século XXI.

Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica no Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, T. W. *Teoria estética*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1982.
AGAMBEN, G. *O fim do poema*. Trad. Sérgio Alcides. *Cacto n.1*. São Paulo, 2002.
ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000.
ALONSO, D. *Poesia espanhola: ensayos de métodos y limites estilísticos*. Madrid: Gredos, 1950.
AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Trad. George Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Coleção Estudos).
BAKHTIN,. *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al., SP: UNESP/Hucitec, 1988.
_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E.G.G. Pereira, 2 ed., SP: Martins Fontes, 1997.
BARTHES, R. *Novos ensaios críticos seguidos de O grau zero da escritura*. Trad. Heloysa de Lima Dantas et al. São Paulo: Cultrix, 1974.
_____. *S/Z*. Trad. Maria de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite, Lisboa: Ed. 70, 1980.
_____. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira, São Paulo: Brasiliense, 1988.
BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política (Obras escolhidas – I)*, Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

_____. *Obras escolhidas III - Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA I

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Literatura e construção da nacionalidade; lírica trovadoresca; ficção cavaleiresca; teatro de Gil Vicente; renovações cosmopolitas *versus* tradições locais. Barroco: norma e transgressão; lírica e sátira; a poética de Bocage.

Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica nos ensinos fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA:

CADERMATORI, L. *Períodos Literários*. 5 ed., São Paulo: Ática, 1991 (Série Princípios).

CARPEAUX, O. M. *História da literatura ocidental*. Vol. V. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1960.

CIDADE, H. *Portugal histórico-cultural*. Lisboa: Presença, 1985.

MOISÉS, M. *A Literatura Portuguesa*. 25 ed., São Paulo: Cultrix, 1990.

_____. *A Literatura Portuguesa através dos textos*. 22 ed., São Paulo: Cultrix, 1993.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. 16. ed. Porto: Porto Ed., s/d.

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA II

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 45H

PRÉ-REQUISITO: LITERATURA PORTUGUESA I

EMENTA:

O oitocentos português: da história ao romance, Almeida Garrett e Alexandre Herculano; Eça de Queirós; subjetividade e crítica da razão: Cesário Verde, António Nobre, Camilo Pessanha.

Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica nos ensinos fundamental e médio.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

ABDALA JUNIOR, B. *História social da Literatura Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1985.

AMORA, A. S. *Presença da Literatura Portuguesa. O Simbolismo*. São Paulo: Difel, s/d.

GUIMARÃES, F. *Poética do Simbolismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Moeda, 1990.

REIS, C. e RIBEIRO, M. A. *História crítica da Literatura Portuguesa. Realismo e Naturalismo. Vol. VI.* Lisboa: Verbo: 1993.

DISCIPLINA: LITERATURA PORTUGUESA III

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 45H

PRÉ-REQUISITO: LITERATURA PORTUGUESA II

EMENTA:

Modernidade e pós-modernidade nas literaturas de expressão portuguesa (séculos XX e XXI). Vanguardas e modernismo: Fernando Pessoa e a geração de Orpheu; Florbela Espanca; o programa neorealista; o romance contemporâneo; ficções de expressão portuguesa contemporâneas. Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica nos ensinamentos fundamental e médio.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

GOMES, A. C.. *A voz itinerante. Ensaio sobre o romance português contemporâneo.* São Paulo: EDUSP, 1993.

LOURENÇO, E. *O canto do signo. Existência e literatura (1957-1993).* Lisboa: Presença, 1994.

_____. *Mitologia da saudade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PERRONE-MOISÉS, L. *Fernando Pessoa, aquém do eu, além do outro.* 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROANI, G. L. *No limiar do texto: literatura e história em José Saramago.* São Paulo: Annablume, 2002.

SARAIVA, A. *Modernismo brasileiro e Modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

SEABRA, J. A. *Fernando Pessoa ou o poetodrama.* São Paulo: Perspectiva, 1991.(Coleção Estudos)

SILVA, T. C. C. da. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses.* Lisboa: Dom Quixote, 1989.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA I

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 45H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Da colônia ao Romantismo: a colonização jesuítica; o Barroco e a internacionalização da cultura; Neoclassicismo e ilustração: a poesia nativista e a prosa dos publicistas; a lírica romântica: o subjetivismo de Álvares de Azevedo, o indianismo de Gonçalves Dias e a poesia social de Castro Alves; Alencar e as ficções fundacionais. Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica nos ensinos fundamental e médio.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

BOSI, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

_____. *Formação da Literatura Brasileira*. 7 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: 1993. Vol. I e II.

CASTELO, J.A. *Manifestações literárias da era colonial*. São Paulo, Cultrix, 1969.

COUTINHO, A. (Org.). *A literatura no Brasil*. 2 ed. Vol. I, II e III. Rio de Janeiro: José Olímpio – Niterói: UFF, 1986.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PROENÇA Filho, Domício. *Estilos de época na literatura*. 15 ed. São Paulo: Linceu, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos*. 5 ed. Rio de Janeiro : Civilização, 1969.

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA II

CRÉDITO: 03

CARGA-HORÁRIA: 45H

PRÉ-REQUISITO: LITERATURA BRASILEIRA I

EMENTA:

Do oitocentismo ao Modernismo: do Império à República Velha – Naturalismo, Parnasianismo,

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Simbolismo, Decadentismo, Impressionismo; Euclides da Cunha e Raul Pompéia; a ficção moderna de Machado de Assis. A Semana de Arte Moderna e a poética modernista: Mário e Oswald de Andrade; o lirismo moderno: Bandeira e Drummond; a tensão vanguarda/regionalismo – os narradores não-alinhados: Lima Barreto, Monteiro Lobato; os regionalistas: José Lins do Rego e Graciliano Ramos; os ensaístas de interpretação nacional: Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda. Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica nos ensinos fundamental e médio.

* Desenvolvimento orientado de projeto de prática de ensino direcionado aos objetivos, questões e problemas identificados.

BIBLIOGRAFIA:

ABDALA JUNIOR, B.; CAMPEDELLI, S. Y. *Tempos de literatura Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

BOSI, A. *História concisa da Literatura Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

CANDIDO, A. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. 2 ed., vol. IV e V, Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1968.

MERQUIOR, J G. *De Anchieta a Euclides*. RJ: José Olympio, 1977.

MOISÉS, M. *A Literatura Brasileira. O Simbolismo*. 4 ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

PACHECO, J. *A Literatura Brasileira. O Realismo*. vol.3, São Paulo: Cultrix, 1978.

PEREIRA, L. M. *História da Literatura Brasileira. Prosa de Ficção – de 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: José Olympio/ IEL/MEC, 1973.

STEGAGNO-PICCHIO, L. *História da Literatura Brasileira*. RJ: Nova Aguilar, 1997.

DISCIPLINA: LITERATURA BRASILEIRA III

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: LITERATURA BRASILEIRA II

EMENTA:

Literatura Contemporânea. Permanência e transformação do regional: Guimarães Rosa; as narrativas de introspecção subjetiva: Clarice Lispector; a poesia experimental: João Cabral, Murilo Mendes, Haroldo de Campos. O pós-moderno. Produção literária do/no Brasil do século XXI. Literatura pernambucana atual.

Abordagens reflexivo-críticas sobre a prática pedagógica nos ensinos fundamental e médio.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

BIBLIOGRAFIA:

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

CASTELLO, J. A. *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500/1960)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

CASTRO, S. *A renovação da palavra: origens e estrutura da Literatura Brasileira Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

COMPAGNON, A. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMF, 1999.

DACANAL, J H. *A literatura no século XX*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1984.

HELENA, L. *Modernismo brasileiro e vanguarda*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARICONI, Í. *A provocação pós-moderna razão histórica e política da teoria hoje*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

SILVEIRA, H. *Aspectos do romance brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Convívio; Brasília: INL, 1977.

DISCIPLINA: LITERATURAS EM LÍNGUA PORTUGUESA I

CRÉDITO: 02

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Retrospecto histórico-social dos países de língua portuguesa: política e literatura. A literatura em Portugal e no Brasil e sua inserção no contexto ocidental pós-moderno. Periodização e história das literaturas de Língua Portuguesa. Traços constitutivos dos movimentos literários. Aspectos diferenciais. Condições de produção e de recepção das obras. Questões de relações entre literatura e sociedade na produção literária de Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA:

CARNEIRO, G. *Contos e lendas*. Lisboa: 70, 1980.

COELHO, J. P. *Originalidade da literatura portuguesa*. 3.ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

COUTO, M. *Vozes anotecidas*. Lisboa: Caminho, 1987.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

CRISTÓVÃO, F. *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*. Lisboa: edições Cosmos, 1997.

DUARTE, C. L. e SCARPELLI, M. F. (Org.). *Gênero e representação nas literaturas de Portugal e África*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ERVEDOSA, C. *Roteiro de literatura angolana*. Lisboa: 70, 1979.

FERREIRA, M. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

HAMILTON, H. *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa: 70. 1981.

JAHN, I. *Lãs literaturas neoafricanas*. Trad. de Daniel Romero, Madrid: Guadarrama, 1971.

IANNONE, C. A. *Sobre as naus da iniciação*. Estudos portugueses de literatura e história. São Paulo: Unesp, 1998.

LARANJEIRA, P. *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995.

_____. *De letra em riste*. Porto, Edições Afrontamento, 1992.

LEITE, A. M. *A oralidade e as escritas*. Lisboa, Edições Colibri, 1998.

MESTRE, D. *Lusografias crioulas*. Évora: Pendor Editorial, 1997.

MOSER, G.; FERREIRA, M. *Bibliografia das literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

NEVES, J. A. das. *Poetas e contistas africanos*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

OLIVEIRA, E. *Cosmovisão africana no Brasil: Elementos para uma filosofia do afrodescendente*. Fortaleza: IBECA-LCR, 2003.

PADILHA, L. C. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói: EDUFF, 1995.

_____. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PONTES, R. *Poesia insubmissa afrobrasilusa*. Rio de Janeiro-Fortaleza: Oficina do Autor-Edições UFC, 1999.

SANTILLI, M. A. *Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.

DISCIPLINA: LITERATURAS EM LÍNGUA PORTUGUESA II

CRÉDITO: 02

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

EMENTA:

Estudo, nas literaturas de língua portuguesa, das semioses que informam a constituição dos sujeitos e das culturas e os lugares de enunciação e/ou as posições de autoria nos quais a alteridade revela-se construção de linguagem. Estudo das literaturas africanas de Língua Portuguesa (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) mediante leitura e análise das obras dos mais representativos autores desses países.

BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, C. *Literatura angolana (opiniões)*. Lisboa: Edições 70, 1980.

ANDRADE, M. de. *Antologia temática de poesia africana 1 – Na noite grávida de punhais*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

_____. *Antologia temática de poesia africana 2 – O canto armado*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

APA, L.; BARBEITOS, A.; DÁSKALOS, M. A.. *Poesia africana de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores-ABL, 2003.

AUGEL, M. P. *A Nova Literatura da Guiné-Bissau*. Bissau, INEP, 1998.

DUARTE, M. *Caboverdianidade e Africanidade... e Outros Textos*. Praia, Edições Spleen, 1999.

CARNEIRO, G. *Contos e lendas*. Lisboa: 70, 1980.

CHABAL, P. (with Poema Parente Augel, David Brookshaw, Ana Mafalda Leite, Caroline Shaw). *The Postcolonial Literature of Lusophone, África*. Evanston, Illinois, Northwestern University Press, 1996.

CHAVES, R. *A formação do romance angolano – entre intenções e gestos*. São Paulo, Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas da USP, 1999.

COUTO, M. *Vozes anoitecidas*. Lisboa: Caminho, 1987.

ERVEDOSA, C. *Roteiro de literatura angolana*. Lisboa: 70, 1979.

FERREIRA, M. *No Reino de Caliban*, 3 Vols: 1º vol. – “Cabo Verde e Guiné”, Lisboa, Seara Nova, 1975; 2º vol. – “Angola e S. Tomé e Príncipe”, Lisboa, Plátano Editora, 2ª ed., 1988; 3º vol. – “Moçambique”, Lisboa, Plátano Editora, 1985.

_____. *A Aventura Crioula*, Lisboa, Plátano Editora, 3ª edição revista, 1985.

HAMILTON, R. G. *Literatura africana literatura necessária I: Angola*. Lisboa: Edições 70, 1981.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

_____. *Literatura africana literatura necessária II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

JAHN, I. *Lãs literaturas neoafricanas*. Trad. de Daniel Romero, Madrid: Guadarrama, 1971.

LEITE, A. M. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Maputo: Imprensa Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

MARGARIDO, A. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

PONTES, R. *Poesia insubmissa afrobrasilusa*. Rio de Janeiro-Fortaleza: Oficina do Autor-Edições UFC, 1999.

SANTILLI, M. A. *Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.

VEIGA, M. *Cabo Verde – Insularidade e Literatura*, Paris, Éditions Karthala, 1998.

DISCIPLINA: LITERATURAS EM LÍNGUA ESPANHOLA I

CRÉDITO: 02

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

História, sociedade e cultura espanhola e hispano-americana: períodos e fatos relevantes e as influências de invasores na Península Ibérica e das culturas indígenas em países americanos. Manifestações literárias das culturas pré-colombianas. A construção das literaturas hispano-americanas: "viejo mundo" e "mundo nuevo"; "conquistados" e "conquistadores"; uma "cronotopia iberoamericana"?; independências e construções identitárias das nacionalidades; épica, utopia e mito nas narrativas fundadoras. Leituras e análises de textos ilustrativos de autores representativos de diferentes países hispano-americanos.

BIBLIOGRAFIA:

ALBORG, J.L. *Historia de la literatura española*. Madrid: Gredos, 1979 (Tomos I e II).

BLANCO AGUINAGA, C. et alii. *Historia social de la literatura española* (en lengua castellana). Madrid: Castalia, 1979 (Tomo I); ou Madrid: Akal, 2000 (tomo I).

CANAVAGGIO, J. *Historia de la literatura española*. Trad. de Ana Blas. Barcelona: Ariel, 1994-1995 (Tomo III).

DÍAZ PLAJA, G. (Dir.). *Historia general de las literaturas hispánicas*. Barcelona: Barna, 1949-1967, (Tomo III).

DÍEZ BORQUE, J. M. (Dir.). *Historia de la literatura española*. Madrid: Taurus, 1980

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

(Tomo III).

DOMINGUEZ ORTIZ, A. *El antiguo régimen: los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Alianza, 1979.

JONES, R. O. (Dir.). *Historia de la literatura española*. Madrid: Ariel (Tomos 2 e 3).

MENÉNDEZ PELÁEZ, J. et alii. *Historia de la literatura española*. Madrid: Everest, 1993-1995 (Tomo II).

MEREGALLI, F. *Historia de la literatura española*. Madrid: Cátedra (Tomo I).

PEDRAZA JIMÉNEZ, F. B. e RODRÍGUEZ CÁCERES, M. *Manual de literatura española*. Tafalla: Cénlit, 1980, (Tomos II, III e IV).

PFANDL, L. *Historia de la literatura nacional en la edad de oro*. Barcelona, 1933.

RICO, F. (Dir.). *Historia y crítica de la literatura española*. Barcelona: Grijalbo, 1980 (Tomos 2 e 3).

RICO, F. *Historia y crítica de la literatura española*. Suplementos (2 e 3). Barcelona: Crítica, 1991.

RUIZ RAMÓN, F. *Historia del teatro español*. Madrid: Alianza, 1975 (Tomo I).

VALBUENA PRAT, Á. *Historia de la literatura española*. Barcelona: G. Gili, 1957-1968 (Tomos I e II).

VILAR, P. *Historia de España*. 10a, Barcelona: Crítica, 1980.

_____. "El tiempo del Quijote". In *Crecimiento y desarrollo*. Barcelona: Ariel, 1974.

DISCIPLINA: LITERATURAS EM LÍNGUA ESPANHOLA II

CRÉDITO: 02

CARGA-HORÁRIA: 30H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Introdução às literaturas contemporâneas da Península Ibérica. As vanguardas poéticas. A poesia da "Geração de 27". O teatro, a novela e a narrativa de Valle-Inclán. O "esperpento". A literatura do exílio, A narrativa e a poesia sob o regime franquista. Da transição à atualidade: o fortalecimento das literaturas hispano-americanas. Modos de narrar a terra e as gentes na narrativa hispano-americana contemporânea. A poesia em vozes femininas. A literatura espanhola e a literatura hispano-americana em um contexto universal: contribuições e resistências.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

BIBLIOGRAFIA:

Antología crítica del cuento hispanoamericano del siglo XIX. Del romanticismo al criollismo.

ABREU, M. F. de. “Leer a Cervantes en tierra de Camões. Os Lusíadas y El Persiles: la literatura comparada y la lectura literaria”. In: VILLANUEVA, D.; MONEGAL, A. e BOU, E. (Coord.). *Sin Fronteras. Ensayos de Literatura Comparada en homenaje a Claudio Guillén*. Madrid, Univ. Pompeu Fabra, Univ. Santiago de Compostela, Ed. Castalia, 1999.

ALVAR, C.; MAINER, J.-C e NAVARRO, R. *Breve historia de la Literatura Española*. Madrid, Alianza Ed., 1997

CORTÁZAR, J. *La casa tomada*. Bestiário, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1951.

FIGUEIREDO, F. de P. *Ponto de vista para uma Introdução à História Comparada das Literaturas Portuguesa e Espanhola*. Ed. da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1935.

GARCÍA MÁRQUEZ, G. *La increíble y triste historia de la Cándida Eréndira y de su abuela desalmada*. Ed. Sudamericana, 1972.

MACHADO, A. M. e PAGEAUX, D.-H. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa, Ed. Presença, 2001.

OVIEDO, J. M. (Selección, introducción y comentarios), Madrid, Alianza Ed., 1989.
RAMÓN DEL VALLE-INCLÁN. *Luces de bohemia*. Edición, introducción y notas de Alonso Amora Vicente. Madrid, Espasa-Calpe, 1973.

RICO, F. (Coord.). *Historia y Crítica de la Literatura Española*. Barcelona, Ed. Crítica.
PUERTOLAS ZAVALA, Antología Poética de la Generación del 27. Con cuadros cronológicos, introducción, texto, notas y llamadas de atención, documentos, orientaciones para el estudio a cargo de Artur RAMONEDA. Madrid, Ed. Castalia, 1990.

RODRIGUES, M. I. R. *Estudos Ibéricos*. Da cultura à literatura, pontos de encontro, séculos XIII a XVII. Lisboa, ICALP, 1987.

VILAVEDRA, D. *Historia da literatura galega*. Vigo, Galaxia, 1999.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H PRÉ-REQUISITO: LÍNGUA PORTUGUESA 1

EMENTA:

Estudos históricos da educação de surdos e da Libras. Legislação e acessibilidade na área da

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

surdez. Aquisição da linguagem pelo surdo. Noções básicas da estrutura lingüística da Libras e de sua gramática. Especificidades da produção textual escrita do surdo.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. *Portaria do MEC. nº 1.679*, de 2 de dezembro de 1999, Art.1º e Art.2º, parágrafo único.

BRASIL, *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL, Secretária de Educação Especial. *A educação dos surdos* / organizado por Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. (Série Atualidades Pedagógicas, n.4). BRITO, L.F. *et.al.*(Org.). V.3. Brasília: SEESP, 1998. 127p.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica* / Secretária de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRITO, L. F. *Por uma gramática de Línguas de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995. 271p.

FELIPE, T. A. *Libras em contexto: curso básico*, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001. 164p.

FERNANDES, E. *Linguagem e Surdez*. Porto Alegre: Artmed, 2003. 155p.

QUADROS, R. de. *Educação de Surdo: a Aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____, R. KARNOPP, L. *Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, E. C. *Leitura e surdez: um estudo em adultos não oralizados*. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

- BOSCOLO, C.C. et.al. *O deficiente auditivo em casa e na escola*. São José dos Campos,SP: : Pulso editorial, 2005.
- BRITO, L. F. *Integração social e educação de Surdos*. Rio de Janeiro. Babel, 1993.
- FERNANDES, E. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- FERREIRA BRITO, L. *Surdez e significado social*. São Paulo: Cortez, 1982.
- GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.
- GÓES, M. C. R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- KARNOPP, L. B. Língua de Sinais na Educação dos Surdos. In: THOMA, A.S. & LOPES, M.C. (Org.). *A Invenção da Surdez*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. 236p.
- LACERDA, C. B. F. et al. *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.
- LABORIT, E. *O vôo da gaivota*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- LIGHTIG, I.; CARVALLO, R M. M. *Audição: Abordagens Atuais*. Carapicuíba-S. P.: Pró-Fono, 1997.
- MOURA, M. C., LODI, A. C., HARRISON, K. M. P. História e Educação: O surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O. *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1984.
- SACKS, O. W. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos Surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SKLIAR, C. (Org) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Pesquisa em Educação. Objetivos e limites da pesquisa educacional. A análise de resultados alcançados em pesquisas teóricas e de campo. Importância das pesquisas quantitativa e qualitativa na formação do educador. O significado da pesquisa no cotidiano do profissional de educação. Importância da produção do conhecimento teórico-prático na formação acadêmica. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica de trabalhos acadêmicos nas Normas da

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

ABNT. Elaboração de projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Normas*.

ANDRADE, M. A. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CONFORTIN, H. et al. *Trabalhos acadêmicos: da concepção à apresentação*. Erechim/RS: EdIFAPES, 2005.

DMITRUK, H. B. (Org.). *Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico*. 6 ed. revisada, ampliada e atual. – Chapecó, SC: Argos, 2004.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. *Metodologia Científica*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LUCKESI, C. C. et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 7 ed., São Paulo: Cortez, 1995.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 5 ed., São Paulo: Atlas, 1996.

RUIZ, J. Á. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 4 ed., São Paulo: Atlas, 1996.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed., Revista de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

DISCIPLINA: DIDÁTICA DO ENSINO DE LINGUA(GEM)

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Desenvolvimento de abordagens interdisciplinares dos conteúdos programáticos. Tendências pedagógicas e os pressupostos teórico-metodológicos que as regem. Relação professor-aluno. Interatividade no ensino de línguas, nos seus aspectos semânticos, pragmáticos, lexicais e semióticos. Análise crítica e reflexiva de diferentes abordagens de ensino da língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA:

CANDAU, V. M. *Rumo a uma nova Didática*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *A Didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

CANDIDO, A. *Na sala de aula*. São Paulo: Ática, s.d.

CASTOTINA, J. A. (Org.). *Piaget - Vigotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Ática: 1996.

CLARO, M. A. de L. O vínculo libertador na relação professor-aluno. In: FRANCHI, E. P. *A causa dos professores*. Campinas: Papirus, 1995, p. 113-129.

DANTAS, J. M. de S. *Didática da Literatura: proposta de trabalho e soluções possíveis*. Rio de Janeiro: Forense Editorial, 1982.

DEPRESBITERIS, L. *O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora*. São Paulo: EPU, 1989.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *A educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURLANI, L. M. T *Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso*. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

JURRA, C. M. G. et al. *Planejamento do ensino e avaliação*. 7 ed. Porto Alegre: PUC-RS, EMMA, 1975.

LUCKESI, C. C. *Avaliação de aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.

MALARD, L. *Ensino e Literatura no 2º grau: problemas & perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

MORAIS, R. (org.) *Sala de aula: que espaço é este*. Campinas: Papirus, 1993.

SUASSUNA, L. *Ensino de língua portuguesa - uma abordagem pragmática*. Campinas: Papirus, 1995.

VALENTE, A. (org.) *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA I

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Conceituação e metodologia científica aplicada à Psicologia do Desenvolvimento. Princípios e teorias gerais do desenvolvimento físico, motor, emocional, intelectual e social. Principais perspectivas teóricas que norteiam a Psicologia do Desenvolvimento. Teoria e pesquisa em

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

desenvolvimento cognitivo. Variáveis que interferem no processo de desenvolvimento e de aprendizagem. A especificidade da estrutura da personalidade ao longo dos diferentes estágios ou fases de desenvolvimento e as suas implicações no processo de ensino/aprendizagem. A psicologia sócio-histórica de Vigotski. A psicologia genética de Piaget. A psicologia da Gestalt.

BIBLIOGRAFIA:

ÁRIES, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

BOCK, A. M. B. e FURTADO, O. e TEIXEIRA, M. de L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*, São Paulo: Saraiva, 1999

COLL, C.; PALACIOS, J. e MARCHESI, Á. *Desenvolvimento psicológico e educação – Psicologia da Educação*. Vol. 2. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

DAVIDOFF, L. L. *Introdução à Psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DAVIS, C. *Psicologia na educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNÁNDEZ, A. *Inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1991.

FLAVELL, J. H. *A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1992.

FOULIN, J. N. e MOUCHON, S. *Psicologia da Educação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas do Sul, 2000.

GOULART, Í. B. *Psicologia da Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LA TAYLLE, I. de. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.

LE BOULCH, J. *O desenvolvimento psicomotor do nascimento até seis anos*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2001.

LEITE, L. B. e MEDEIROS, A. A. *Piaget e a Escola de Genebra*. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, M. K. de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1995.

PIAGET, J. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POSTIC, M. *O imaginário na relação pedagógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

PULASKY, M. S. S. *Compreendendo Piaget - uma introdução ao desenvolvimento cognitivo*.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1983. pp.65-85.

RAPPAPORT, C. R. *Teorias do desenvolvimento: conceitos fundamentais*. EPU, 1981.

REGO, T. C. *Vygotsky uma perspectiva histórica cultural da educação*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WEIL, P. *A criança, o lar e a escola*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

WEITEN, W. *Introdução à Psicologia: temas e variações*, São Paulo: Thomsom Learning, 2002.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA II

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: PSICOLOGIA I

EMENTA:

Aprendizagem: conceitos básicos, princípios gerais e epistemológicos. Teorias da aprendizagem. Os contextos culturais da aprendizagem e a escolarização formal. Aspectos históricos da escola no Brasil: a prontidão para a aprendizagem e a adaptação escolar. A psicologia da aprendizagem e a prática pedagógica. Problemas de aprendizagem e intervenção institucional. Fracasso escolar: motivos e possíveis soluções. Principais pesquisas e abordagens teóricas atuais.

BIBLIOGRAFIA:

BAQUERO, R. *Vygotsky e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998.

BIRMAN, J. F. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOCK, A. M. B; FURTADO, O. (Orgs). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

COLL, C. S. (Org.). *Psicologia do Ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DAVIS, C. e OLIVEIRA, Z. de. *Psicologia na Educação*. São Paulo: Cortez, 1991.

LIMA, L. de O. *Piaget: sugestões aos educadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

LURIA, A. e YODOVICH, F. I. *Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas

MIRANDA, M. et al. *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

PATTO, M. H. de S. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

_____. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

PIAGET, J. *Seis estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1987.

_____. *A equilibração das estruturas cognitivas. Problema central do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNÁNDEZ, A. *Inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1991.

Hill, W. F. *Aprendizagem*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 1981.

MILHOLLAN, F. e FORISHA, B. E. *Skinner versus Rogers*. São Paulo, Summus Editorial, s/d.

PENTEADO, W. M. A. *Psicologia do ensino*. São Paulo: Papelivros, 1980.

PFROMM NETTO, S. *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1987.

POSTIC, M. *O imaginário na relação pedagógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

POZO, J. I. *Teorias cognitivas da aprendizagem*. 3 ed. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998.

PULASKY, M. S. S. *Compreendendo Piaget - uma introdução ao desenvolvimento cognitivo*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1983. pp.65-85.

RODRIGUES, H. de B. C. A beira da brecha: uma história de análise institucional francesa dos anos 60. In AMARANTE, P. (Org.) *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

WEIL, P. *A criança, o lar e a escola*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

WITTER, G. e LOMÔNACO, J. F. B. *Psicologia da Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1984.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais. Políticas educacionais e legislação de ensino. Aspectos sociais, históricos e filosóficos da educação brasileira. Perspectivas da educação brasileira.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, M. *Organização da Educação Nacional na Constituição e na L.D.B.* Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1998.

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. Ed. Cortez, São Paulo, 1991 (Capítulos 9, 10 e 11).

DEMO, P. *A Nova LDB: ranços e avanços*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

GENTILI, P. A. A. e outros. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LEI FEDERAL 9424/96 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

LEI FEDERAL 9475/97 – Nova Redação do Art. 33 da Lei 9394/96.

LEI FEDERAL 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente

LEI FEDERAL 9131/95 – Conselho Nacional de Educação.

LEI FEDERAL 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação.

MENEZES, J. G. de C. et al. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica – leituras*. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

DISCIPLINA: ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**CRÉDITO: 04****CARGA-HORÁRIA: 60H****PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO****EMENTA:**

Educação e sociedade. Aspectos históricos da educação. A política educacional brasileira. Estruturas administrativa e didática da educação básica. Legislação de ensino. A nova LDB, questões básicas (democratização do saber, autonomia da escola, qualidade de ensino). PCNs. Os ensinos fundamental e médio em Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA:

BRZEZINSKI, I. (Org). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. L.D.B – Lei nº. 9394/96

ABREU, M. *Organização da Educação Nacional na Constituição e na L.D.B.* Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1998.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. Ed. Cortez, São Paulo, 1991 (Capítulos 9, 10 e 11).

DEMO, P. *A Nova LDB: ranços e avanços*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

FREITAS, B. *Escola e Sociedade*. 6 ed. São Paulo : Moraes , 1986.

GENTILI, P. A. A. e outros. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LEI FEDERAL 9424/96 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

LEI FEDERAL 9475/97 – Nova Redação do Art. 33 da Lei 9394/96.

LEI FEDERAL 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente

LEI FEDERAL 9131/95 – Conselho Nacional de Educação.

LEI FEDERAL 9394/96 – Diretrizes e Bases da Educação.

MENEZES, J. G. de C. et al. *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica – leituras*. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

PARO, V. H.. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

ROJO, R. (Org.). *A Prática da Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

CRÉDITO: 05

CARGA-HORÁRIA: 100H

PRÉ-REQUISITO: SEM PRÉ-REQUISITO

EMENTA:

Relação dialógica teoria-prática e realidade, com ênfase na observação da prática docente.

BIBLIOGRAFIA:

AGUIAR, V. T. de e BORDINI, M. da G. *Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas*. Porto Alegre,RS: Mercado Aberto, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira*. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: A Secretaria, 1999.

CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para* Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

a educação hoje. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LAJOLO, M. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, M. A. de. *Leitura Prazer: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola*. São Paulo: Paulinas, 1996.

PERRENOUD, P. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000.

ROCCO, M. T. F. *Literatura/Ensino: uma problemática*. São Paulo: Ática, 1992.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

CRÉDITO: 05

CARGA-HORÁRIA: 100H PRÉ-REQUISITO: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

EMENTA:

Ação docente em escola de **Ensino Fundamental**, contendo todos os elementos descritos nos estágios anteriores.

BIBLIOGRAFIA:

AGUIAR, V. T. de e BORDINI, M. da G. *Literatura: a formação do leitor, alternativas metodológicas*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira*. Brasília, DF: A Secretaria, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, DF: A Secretaria, 1999.

CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LAJOLO, M. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

OLIVEIRA, M. A. de. *Leitura Prazer: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola*. São Paulo: Paulinas, 1996.

PERRENOUD, P. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000.

ROCCO, M. T. F. *Literatura/Ensino: uma problemática*. São Paulo: Ática, 1992.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 2 ed. São Paulo : Cortez, 1997.

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

CRÉDITO: 05

CARGA-HORÁRIA: 200H

PRÉ-REQUISITO: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

EMENTA:

Ação docente em escola de **Ensino Médio**, contendo todos os elementos descritos nos estágios anteriores.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira*. Brasília, DF: A Secretaria, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, DF: A Secretaria, 1999.

CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

LAJOLO, M. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

OLIVEIRA, M. A. de. *Leitura Prazer: interação participativa da criança com a literatura infantil na escola*. São Paulo: Paulinas, 1996.

PERRENOUD, P. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000.

ROCCO, M. T. F. *Literatura/Ensino: uma problemática*. São Paulo: Ática,

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e*

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

2º graus. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)

CRÉDITO: 04

CARGA-HORÁRIA: 60H

PRÉ-REQUISITO: METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

EMENTA:

Seleção do objeto de pesquisa. Leitura e seleção das referências bibliográficas. Desenvolvimento dos requisitos técnicos de confecções apresentação de trabalho monográfico, obedecendo às normas da ABNT. Produção de Projeto de Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

BELL, J. *Projeto de pesquisa: guia para iniciantes*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007

BOAVENTURA, E. *Metodologia da pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2004.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, M. M. *Como Fazer Pesquisa Qualitativa*. Recife, PE: Bagaço, 2005.

PESCUMA, D.e CASTILHO, A. P. F. de. *Projeto de pesquisa: o que é? Como fazer faz?*. São Paulo: Olho D'água, 2005.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2005.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

CRÉDITO: 07

CARGA-HORÁRIA: 100H

PRÉ-REQUISITO: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)

EMENTA:

Produção individual do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA:

* a bibliografia será definida a partir da seleção feita pelo aluno-formando e pelo seu orientador, de acordo com o levantamento bibliográfico feito na disciplina TCC1.

7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

7.1. Justificativa

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

A formação de professores de Língua Portuguesa/ Literatura pressupõe a reflexão e o conhecimento da prática pedagógica presentes nas instituições educacionais, relacionando-se, respectivamente, com os aspectos teórico-metodológicos que caracterizam essa área de conhecimento e com a conscientização do papel de educador, dos ensinos fundamental (terceiro e quarto ciclos) e médio, no exercício da futura profissão.

O aperfeiçoamento profissional do futuro educador não pode se limitar apenas ao treinamento, ao ensino como transmissão e reprodução de conhecimentos já elaborados, visto caracterizar-se a ciência por uma busca constante de explicações e de soluções e não pela posse de resultados definitivos, expressos em fórmulas imutáveis. O educador é um sujeito que participa da construção do conhecimento e deve ser visto como a principal personagem das transformações educacionais.

Sendo assim, a disciplina Estágio Supervisionado deverá ceder espaço aos acadêmicos para que participem, mediante pesquisas, da apreensão, da compreensão e da transformação do ensino-aprendizagem de língua materna e de literatura, com vistas a se tornarem atuantes nos contextos educacional e social em que estarão habilitados a atuar.

Nessa perspectiva, preparar-se para a vida profissional não significa apenas praticar o trabalho a ser executado, como se este estivesse pronto e acabado. Pelo contrário, significa preparar-se “com”, qualificando-se constantemente no processo de interação ensino-aprendizagem e conscientizando-se da importante função do educador no desenvolvimento da qualidade de ensino. O Estágio Supervisionado, assim, não é entendido como um fim em si mesmo, mas como a possibilidade de inserir o acadêmico no contexto educacional, como observador, pesquisador e docente, para que ele participe da produção do conhecimento, percebendo-se como um sujeito que se constrói permanentemente nas interações sociais.

Teoria e prática, nesse caso, estarão umbilicalmente associadas e caracterizar-se-ão pela ação/reflexão/ação, estando vinculadas à capacidade do futuro professor de pensar a sua prática pedagógica. Para tanto, a inserção do estagiário no contexto real do sistema educacional, lhe permitirá o confronto entre teoria e prática, oportunizando-lhe, por meio de uma ação efetiva, a apreensão ativa de todas as dimensões teóricas e de todo o saber acumulado durante o curso de Letras.

Acredita-se que os acadêmicos do curso de Letras, além de necessitarem de espaço para a pesquisa, o que lhes garantirá melhor qualificação e entrada formal no mundo da educação escolar, possuem todas as condições técnico-teóricas para realizarem trabalhos de efetiva pesquisa científica, buscando apoio, sob a orientação do professor titular de Prática de Ensino (Estágio Supervisionado),

em teorias tanto nas áreas da lingüística, da literatura e de disciplinas afins, quanto nas de disciplinas pedagógicas.

Com base nesses pressupostos, propõe-se que o Estágio Supervisionado seja efetuado por meio de Projetos de Pesquisa Educacional. Numa primeira etapa, mediante a observação da estrutura e do funcionamento das escolas de ensinos fundamental e médio da cidade de Recife e do desenvolvimento de aulas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira nessas escolas, com vistas a conhecer o cotidiano escolar, seus problemas, as condições em que os ensinos de língua materna e de literatura se realizam, sistematizando e analisando o observado e as questões essenciais ao ensino-aprendizagem da linguagem e da literatura. Com essas observações, os estagiários fixarão diretrizes que nortearão a segunda etapa do estágio, a regência de aulas nos ensinos fundamental e médio. Essa etapa, por sua vez, será o prolongamento da primeira, sendo efetivada por intermédio de projetos que desencadearão em Cursos de Português e de Literatura. Assim, os aspectos pertinentes observados nas escolas serão levados em conta quando da elaboração, organização e aplicação dos cursos/minicursos, que serão oferecidos a alunos em suas respectivas escolas.

Também objetiva-se, ao final sexto e sétimo semestres, respectivamente, que os acadêmicos transformem seus projetos de pesquisas em monografias de conclusão de curso, a serem defendidos diante de uma banca composta por docentes do curso de Letras da UFRPE e de outras instituições de ensino superior.

Essas pesquisas são imprescindíveis para a formação do professor, já que, por meio delas, o acadêmico, ao mesmo tempo em que cumprirá as normas estabelecidas pelo Estágio Supervisionado, preparar-se-á para o mercado de trabalho e para a iniciação científica, além de que se beneficiará, também, da (re-)construção de novos conhecimentos, que o levarão a muitas constatações e descobertas.

7.2. Objetivos

→ Propiciar ao futuro profissional da área de linguagem a ampliação e o aperfeiçoamento necessários para as práticas escolares, com o intuito de favorecer o seu crescimento profissional;

→ Oportunizar ao acadêmico o contato com a realidade dos ensinos fundamental e médio, com vistas a fornecer-lhe condições de conhecer e analisar as circunstâncias em que o ensino de língua materna ocorre, além de aprimorar e conduzir, com dinamismo e segurança, o nível de ensino em que estará habilitado a atuar;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

- Realizar levantamentos da estrutura e funcionamento de escolas de ensinos fundamental e médio da comunidade, as diretrizes que orientam o ensino, os objetivos ou missão da escola investigada, os projetos de ensino realizados ou a serem realizados etc;
- Observar e analisar o ensino-aprendizagem de língua materna e de literatura - objetivos/conteúdos programáticos/metodologia/avaliação -, mediante observação de aulas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, visando a conhecer a realidade do ensino das escolas municipais, estaduais ou particulares dos ensinos fundamental e médio do município de Recife (e região), por meio de pesquisas educacionais progressivas, que caracterizem as escolas localizadas em partes específicas da cidade, para obter um panorama geral do contexto educacional da cidade de Recife (e de cidades circunvizinhas);
- Possibilitar aos estagiários a aplicação de conhecimentos teóricos adquiridos no curso de Letras, com a execução de Projetos de Pesquisa relacionados ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - ensinos fundamental e médio -, mediante orientação do professor da disciplina Estágio Supervisionado;
- Proporcionar aos estagiários a prática efetiva da docência, por intermédio de pesquisas específicas e da realização de cursos/minicursos, em que atuarão como autores, para que possam contribuir com a superação de dificuldades nas áreas dos ensinos da linguagem e da literatura, propondo alternativas e testando soluções;
- Discutir e analisar, nas aulas de Estágio Supervisionado, os aspectos pertinentes observados nas escolas, auxiliando os acadêmicos na superação de problemas e dificuldades surgidos no desenvolvimento dos projetos; e
 - Permitir a organização de cursos/minicursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, os quais serão oferecidos aos alunos que integram as escolas em que as observações foram feitas.

7.3. Etapas de Desenvolvimento do Estágio Supervisionado

O projeto de Estágio Supervisionado do curso de Letras terá seu desenvolvimento previsto em quatro etapas, a saber:

1 - Embasamento teórico:

Estudo dos conteúdos propostos no programa de ensino da disciplina do curso:

- O ensino da Língua Portuguesa;
- Objetivos do ensino da Língua Portuguesa;
- Metodologias;
- Ensino da redação;
- Ensino da leitura;
- O livro didático;
- A avaliação;
- O ensino da Literatura;
- A Literatura Brasileira nas escolas.

2 - Projeto de pesquisa educacional - observação da realidade escolar e do ensino de língua portuguesa/ literatura brasileira nos ensinos fundamental e médio:

- Roteiro dos aspectos a serem observados no contexto de pesquisa;
- Contato e apresentação na escola em que o aluno realizará o projeto de observação e de posterior intervenção com os alunos (curso/minicurso);
- Critérios para observação das aulas;
- Observação da estrutura e funcionamento da unidade de ensino;
- Observação de aulas de Língua Portuguesa, no ensino fundamental, e de aulas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, no ensino médio, ministradas pelos professores titulares das escolas determinadas;
- Revisão de pressupostos teórico-metodológicos pertinentes à elaboração do projeto de observação e orientação de leitura de documentos bibliográficos;
- Redação da pesquisa mediante sessões de estudo;
- Formação de turmas e definição do cronograma para o desenvolvimento dos cursos/minicursos;
- Estabelecimento dos conteúdos a serem ministrados nos cursos/minicursos;
- Análise dos programas de ensino das séries e das disciplinas objeto de estágio;
- Elaboração de planos de aula para aplicação nos cursos/minicursos;
- Seleção e organização dos conteúdos e preparação de materiais didáticos, considerando a faixa etária, o grau de escolaridade, o interesse da turma e o desempenho dos alunos observados.

3 - Estágio de regência – realização de minicursos e/ou oficinas

Nesta etapa o aluno(a)-estagiário(a) deverá assumir efetivamente a regência de sala de aula das turmas previamente definidas para o curso/minicurso, desempenhando as funções docentes específicas das disciplinas da área de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - ensinos fundamental e médio.

Para o exercício da função docente, o estagiário será o responsável pela condução dos trabalhos, bem como pela elaboração de todo o material e recursos necessários ao bom andamento das atividades.

Os cursos/minicursos poderão, com prévia aprovação da escola e do professor titular, servir para colocar em prática algum projeto de ensino do acadêmico, desde que este seja condizente com a série e a disciplina objeto do estágio. Caso não haja concordância da escola, os assuntos, temas das aulas ministradas nos cursos/minicursos, seguirão, a critério do professor titular da disciplina objeto do estágio, o programa de ensino e conteúdos estabelecidos nos planejamentos e programas da unidade de ensino. Também, os cursos/ minicursos poderão realizar-se sob a forma de cursos de recuperação de ensino.

Como ênfase dessa etapa, deverá permanecer no estagiário o empenho no planejamento, execução e avaliação das atividades, bem como a preocupação com a observação, a análise e a reflexão, visando a desenvolver no aluno, os espíritos crítico e reflexivo das atividades docentes que está se propondo a assumir.

Concomitantemente ao período destinado à realização da regência dos cursos/ minicursos, o estagiário fará a produção escrita dos resultados alcançados no projeto de pesquisa.

4 - Elaboração final e defesa do trabalho de conclusão de curso

Esta última etapa é destinada à elaboração, revisão e organização da monografia/do ensaio de conclusão de curso desenvolvida, tendo o acompanhamento do professor, mediante sessões de estudos. Constituir-se-á uma banca examinadora, cuja função será a de avaliar não somente o registro escrito do que traduz cada uma das etapas do projeto de estágio, mas também a articulação oral dos argumentos que fundamentam, teoricamente, o projeto de pesquisa e a monografia de conclusão de curso.

7.3.1. Metodologia

O estágio, em sua etapa teórica, será desenvolvido pelo professor, em sala de aula, por meio de leitura orientada e tem a duração prevista de dois semestres letivos, sendo que, durante outros Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

momentos do curso, em que a interação teoria-prática-teoria se completa, a fundamentação teórica poderá ser retomada e/ou acrescida a ela outros referenciais teóricos que sirvam de apoio às necessidades dos estagiários.

O Estágio de Observação sobre a realidade educacional e o ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira será desenvolvido em unidades escolares de ensinos fundamental (terceiro e quarto ciclos) e médio da cidade Recife (e cidades circunvizinhas), previamente definidas pelo professor e pelo coordenador do curso.

O Estágio de Regência de cursos/minicursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira será realizado nas dependências das escolas contatadas, sendo que a definição de turmas e organização dos grupos de alunos, cronogramas das atividades a serem passados às escolas, após definição conjunta com a professora do Estágio Supervisionado, serão de inteira responsabilidade dos estagiários. Serão realizados dois minicursos, um para o ensino fundamental e outro para o ensino médio, cujas aulas serão distribuídas durante a semana, perfazendo um total de 20 h/a cada um.

Os estagiários terão a orientação e o assessoramento do/-a professor/-aa responsável pelo Estágio Supervisionado, em/na:

- contatos com a direção da unidade, coordenação pedagógica e professores das escolas;
- elaboração de roteiro dos aspectos a serem observados nas unidades de ensino;
- preparação das atividades e nos procedimentos didáticos;
- confecção de cronogramas para a realização dos cursos/minicursos;
- cursos/minicursos (estágio de regência);
- escrituração da monografia.

7.4. Avaliação

Os estagiários serão avaliados pelas atividades programadas durante as diferentes etapas do curso, tais como: fundamentação teórica, apresentação de trabalhos orais e escritos, aulas simuladas, projetos de observação e de regência, minicursos e monografia final – apresentação e defesa a uma banca examinadora.

Serão considerados, ainda, para avaliação dos estagiários, o **“Regimento do Estágio Curricular Supervisionado”** e o **“da defesa da monografia de conclusão de curso”** (anexos)

7.5. Estágios em Instituições

Estabelecer-se-ão contatos com instituições públicas e privadas da cidade de Recife, bem como de cidades a ela vizinhas, visando à realização de convênios com escolas-campo que possam oferecer estágio curricular e extracurricular aos alunos-estagiários do curso de Letras da URFPE, aguardando-se propostas de convênio das instituições, de acordo com carta de intenção anexa.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Concebe-se, no curso de Letras da UFRPE, o Trabalho de Conclusão do Curso como aquele em que o/-a aluno/-a apresentará, ao final do último semestre letivo, trabalho de pesquisa orientado por professores. Esse trabalho remeterá a um processo de construção, pois é resultado de todas as reflexões, estudos e aplicações que já terão sido desenvolvidos desde o primeiro ano do curso.

Após a escolha do/-a professor/-a-orientador/-a, que o/a acompanhará nos dois últimos semestres, mais sistematicamente, o/a aluno/-a apresentará sua produção para uma banca examinadora, seguindo todas as exigências do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso (documento anexo ao Projeto Pedagógico).

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O curso de Letras da UFRPE considera relevante que o aluno, além das disciplinas obrigatórias que integram o currículo, adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação mediante um elenco de atividades acadêmicas que possam integrar diferentes modos de organização curricular.

As atividades de pesquisa, extensão e ensino previstas em lei e os estágios extracurriculares permitirão, assim, que o aluno tenha opções para complementar seus conhecimentos com maior autonomia e garantirão uma formação profissional mais ampla. A organização dos conteúdos em torno das atividades complementares, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorecerá a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, visto que permitirá a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento.

Esse tipo de organização propiciará ao aluno, durante a integralização curricular, duzentas horas de atividades complementares que se articularão internamente, no movimento do aluno para novas informações e, externamente, na sua interação com a realidade que o cerca; e a Universidade Federal

Rural de Pernambuco o cumprimento de sua meta de participar do crescimento e/ou desenvolvimento como um todo da sociedade.

Prevê-se a validação das atividades complementares no Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Letras - documento anexo ao Projeto Pedagógico do curso.

10. EXTENSÃO NO CURSO DE LETRAS

Tem-se, no curso de Letras da UFRPE, a extensão como uma prioridade, tendo em vista a situação sócio-econômico-cultural do Estado de Pernambuco e a certeza, de toda a comunidade acadêmica, de seu papel em contribuir na solução de problemas que emergem das sociedades regional e local. A ação extensionista do curso caracterizar-se-á, portanto, pela articulação aos projetos de ensino e de pesquisa numa perspectiva integradora e comprometida com as transformações sociais.

Compreende-se como atividades de extensão palestras formativas e informativas à comunidade, atendimento às suas necessidades, visando a trocas de experiências por meio de discussões sobre temas de relevância para o aprofundamento teórico nas diferentes áreas de conhecimento. Essas atividades serão desenvolvidas por alunos e professores do curso de Letras, envolvendo a participação de profissionais das redes pública e privada de ensino fundamental e médio, cumprindo a função institucional refletida na melhoria da qualidade de ensino.

10.1. Institucionalização da Extensão no Curso de Letras

A UFRPE, por intermédio do curso de Letras, integrará as extensões à sua grade de forma harmônica, permanente e institucionalizada. Compreende a extensão como um processo educativo, cultural e científico, articulador do ensino e da pesquisa de forma vinculada, que se define e redefine em movimentos de relações recíprocas Universidade/Sociedade e vice-versa.

Dessa forma, o objetivo da extensão será o de socializar o saber veiculado e construído na Instituição, assim como promover práticas interdisciplinares e direcionar o ensino e a pesquisa, contribuindo para melhoria dos aspectos sócio-político-econômicos e culturais da região. Nessa perspectiva, a extensão buscará assegurar o contato direto, realimentador e recíproco entre professores, alunos, técnicos, instituições e população, desenvolvendo uma práxis que leve ao

questionamento das teorias trabalhadas nos cursos para maior conhecimento e compreensão dos problemas da região.

O desenvolvimento dessa práxis deverá impulsionar os envolvidos na busca da resolução de problemas encontrados por meio de atividades interdisciplinares que desencadeiem o redirecionamento do ensino na Instituição. Terá, assim, a extensão no curso de Letras da UFRPE, o caráter permanente, sempre articulado aos projetos de ensino e pesquisa, numa perspectiva integradora e comprometida com as transformações sociais.

Para atender essa linha de ação, haverá eventos com um perfil perene e integrado à concepção da UFRPE, no sentido de estabelecerem relações recíprocas entre as comunidades acadêmica e não-acadêmica. O curso de Letras, alinhado aos objetivos da UFRPE, desenvolverá projetos e programas de extensão que, articulados ao ensino e à pesquisa, (re-) elaborarão o sabido e construirão o novo.

10.2. Programas de Extensão

Os programas de extensão terão desdobramentos que necessitarão de ações que se complementem, podendo exigir reprogramações e avaliações continuadas, visto serem processuais e envolverem grande número de actantes.

Com relação à área de conhecimento do curso de Letras, desenvolver-se-ão os seguintes programas de extensão:

1. Alfabetização de Jovens e Adultos;
2. Ciclos de Palestras;
3. Oficinas de Produção de Leituras e de Textos;
4. Reforço de Aprendizagem de Jovens e Adultos;
5. Relatórios de Estágios.

10.2.1. Alfabetização de Adultos

Programa que objetivará atender ao maior número possível de analfabetos jovens e adultos, capacitando-os a ler, a escrever e a dominar as quatro operações matemáticas, tornando-os mais participativos no/do processo histórico-social. Realizar-se-á, anualmente, no início do primeiro

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

semestre letivo, um curso de aperfeiçoamento, para melhor habilitar os monitores que nele atuarão. Esses monitores serão acadêmicos dos cursos de licenciatura da UFRPE, a maioria dos cursos de Pedagogia (Normal Superior), Letras e Matemática, que, por essa atividade, poderão receber bolsa de estudo.

10.2.2. Ciclos de Palestras

O Ciclo de Palestras, com a participação efetiva de professores mestres e doutores, trará temas da atualidade, a serem discutidos entre alunos e docentes.

10.2.3. Oficinas de Produção de Leituras e de Textos

As Oficinas de Produção de Leituras e de Textos, orientadas pelo/a professor/a da disciplina Prática de Leitura e de Produção de Textos, além de oportunizarem a revisão de postulados teóricos da área de Letras, constituir-se-ão em iniciação científica do corpo discente. Incumbir-se-ão das reflexões mais profundas do ponto de interesse do alunado e organizarão essas reflexões, com discussões de linhas de percepção e de diferentes autores, nas aulas da disciplina supracitada.

Essas Oficinas, que trabalharão com produção de leituras e de textos para culminar com a prática em escolas de níveis fundamental e médio, desenvolverão suas atividades em três segmentos:

→ Indicação Bibliográfica – o primeiro momento das Oficinas é de discussão das resenhas elaboradas pelos alunos; os livros indicados refletirão sobre os eixos da área de linguagem, além dos específicos do professor de Língua Portuguesa: leitura/produção de textos/análise lingüística;

→ Ante-Projeto de Pesquisa – este é o momento que orientará os alunos sobre a pesquisa que iniciarão junto às escolas de ensino fundamental; torna-se necessário que, diante da realidade brasileira, os futuros profissionais de Letras elejam seus pontos de interesse;

→ Pesquisa (propriamente dita) – junto às aulas de prática (e no Estágio Supervisionado), os alunos terão a possibilidade de aplicar seus projetos e, o mais importante, de estabelecer a relação teoria/prática.

10.2.4. Reforço de Aprendizagem de Jovens e Adultos

O Programa de Reforço de Aprendizagem de Jovens e Adultos será criado para atender, primeiramente, trabalhadores de serviços gerais da UFRPE e trabalhadores rurais do interior do Estado que não saibam ler e escrever ou que já disponham de fundamentos da alfabetização, mas gostariam de retomar os estudos e avançar em níveis, com o aprofundamento dos conteúdos programáticos de séries subseqüentes.

A coordenação do Programa será de responsabilidade do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH) e as aulas serão ministradas por monitores – acadêmicos dos cursos de Letras, Matemática e Pedagogia (Normal Superior) –, que serão acompanhados por professores do Estágio Supervisionado, o que lhes possibilitará a realização de uma etapa do estágio obrigatório.

Têm-se como objetivos do Programa:

→ proporcionar aos alunos condições que os levem a adquirir competência de leitura e escrita, servindo-se dela para desempenhar suas funções imediatas de tomar nota de recados, ler e escrever cartas, recibos etc;

→ possibilitar aos alunos aceleração da aprendizagem e a continuidade nas séries subseqüentes do ensino fundamental;

→ propiciar aos alunos dos cursos de licenciaturas em Letras, Matemática e Pedagogia (Normal Superior) a vivência de situações de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos.

10.2.5. Relatórios de Estágios

Como prática social, a educação coabita com a vida do homem – é a investigação, o processo de conhecer inerente ao ser humano e, assim, permeia todas as instituições da sociedade. A curiosidade natural revelada pelos alunos do curso de Letras deverá ter uma organização, um processo formal, sistemático e intencional, tendo como norte a integração de todas as disciplinas da matriz curricular do curso e de todas as atividades que a complementem.

A investigação sobre as mudanças, melhorias e perdas no cotidiano das escolas, linguagens e tecnologias que representam o pensar moderno é objeto de pesquisa e interesse que parte da postura do cidadão que busca o exercício da cidadania plena. Nesse aspecto, a pesquisa equaciona o coletivo, mas responde, também, aos anseios pessoais do futuro profissional que, frente às mudanças pelas

quais o mundo passa, tem uma formação tal que possa ser polivalente, no sentido de ter determinadas características em seu âmbito de trabalho, como a flexibilidade e a criatividade.

Os alunos do curso de Letras serão incentivados a organizar suas leituras e apresentar reflexões em todas as disciplinas, trabalhos que, em progressão, culminarão com o Relatório de Estágio – momento em que organizarão, junto aos professores de Estágio, o corpo de todas as produções possibilitadas pelas atividades desenvolvidas para publicação futura no *site* do curso ou em publicações regionais.

Na disciplina Estágio Supervisionado, desenvolver-se-á a iniciação científica mediante leituras e trabalhos de itens inerentes ao cotidiano do professor de Língua Portuguesa e Literatura(s) e a indicação de bibliografias específicas. Este processo de reflexão gerará a produção científica dos alunos que, com a colaboração dos professores-orientadores, culminará com os Relatórios de Estágio e, posteriormente, com a Monografia de Conclusão de Curso.

11. MONITORIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

11.1. Programa de Monitoria

A UFRPE institucionalizou a monitoria, que se organiza de acordo com o que prevê a legislação de ensino vigente e se realiza em todos os cursos de graduação.

Instituíram-se monitorias em diversos cursos de graduação, sendo nelas admitidos alunos regularmente matriculados, selecionados pelos professores e designados pela direção dos Departamentos, entre os que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino e de pesquisa.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob orientação do professor da disciplina, sendo vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas e práticas correspondentes à carga horária regular da disciplinar curricular.

Além de criar oportunidades para a percepção dos vocacionados ao magistério, a monitoria favorece, por meio da iniciação científica inerente a sua atuação, o surgimento de novos pesquisadores. Por isso, a coordenação e os professores do curso oferecerão vagas para monitoria em diversas disciplinas, divulgando qual(-is) disciplina(s), a quantidade de vagas, objetivo e horário; após a inscrição, dependendo do número de inscritos por vaga, far-se-á uma seleção.

O aluno selecionado deverá cumprir uma carga horária de 04 (quatro) horas semanais, em um prazo mínimo de 01 (um) semestre, de forma a não coincidir com seu horário de aulas; após a Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

conclusão do curso, o aluno receberá um certificado de monitoria com a carga horária correspondente.

11.2. Iniciação Científica no curso de Letras

A Iniciação Científica no âmbito da graduação é um investimento que visa à formação do pensamento científico dos acadêmicos, ao mesmo tempo, configura-se como um espaço aberto para a pesquisa. Consiste, portanto, num empreendimento que busca alargar a preparação de quadros para pesquisa – atividade acadêmica de professores e alunos.

No entendimento do CNPq⁵:

“... a iniciação científica é um instrumento que permite introduzir na pesquisa científica estudantes de graduação potencialmente mais promissores. É a possibilidade de pôr o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica.

Enquanto oportunidade de aprendizagem concreta de teorias e metodologias sob a orientação de pesquisadores mais experientes, a IC é, ao mesmo tempo, uma forma de a) introduzir o aluno no mundo da pesquisa científica; b) estimular o pesquisador orientador a formar equipes; c) propiciar à Instituição um instrumento de formulação de políticas de pesquisa.”

Com essa preocupação e com a percepção do muito que há para se mudar na práxis do professor das escolas de níveis fundamental e médio, o que não se tornará possível sem disciplina e ciência, o professor-orientador, ao interagir com o graduando, fará a mediação de um complexo processo de criação. Não se treina o aluno tão somente, posto que pesquisar não é o resultado imediato do domínio de técnicas e/ou de informações, mas uma consequência, desta feita, mediada pelo orientador.

O professor-orientador conduzirá o aluno de Letras a perceber que o ponto focal daquele que hoje investiga é o diálogo com a sociedade que apresenta mudanças impulsionadas pela tecnologia que, por meio de uma sobrecarga sensorial provinda da informação das mídias, antevê situações significativas a serem analisadas e, dessa forma, a perceber, também, que sua função principal é ensinar e que, para ensinar, faz-se necessária a percepção crítica das diferenças entre o que se ensina e o que se informa.

⁵ ZUCCO, C. *Relações entre Pós-Graduação: a pós-graduação no contexto histórico-educacional*. s.d..t. e s.d. Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

12. SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

12.1. Programa de Avaliação Institucional

Com o intuito de identificar eventuais distorções no tratamento das ações institucionais e de promover os ajustes que se fizerem necessários para corrigi-las, a UFRPE, que tem na avaliação uma das linhas de ação definidas em seu Projeto Institucional, a partir de sua própria experiência e com o envolvimento de todos os seus segmentos, bienalmente, promove a auto-avaliação institucional.

Funda-se essa auto-avaliação em uma análise interna que avalia o todo da Instituição, considerando as atividades-meio e as atividades-fim, além dos processos postos para a consecução de tais atividades, o que sugere a observação do contexto em que se insere a UFRPE, das políticas educacionais de ciência e de tecnologia e de um grau de racionalidade no processo administrativo que permita a otimização de ações no sentido de consolidá-la como instituição realizadora de ensino, extensão e pesquisa com parâmetros de excelência de qualidade que visem à competência do futuro profissional e sua inserção no mercado de trabalho.

A participação de todos os setores constitutivos da Instituição no processo de construção da avaliação é resultado da convicção de um caráter não punitivo impresso neste ato, sendo a graduação a escolhida como ponto de partida da Avaliação Institucional, justificada pelo fato de iniciar o processo a partir de uma de suas atividades, embora todos os elementos integrantes de sua realidade institucional dela façam parte.

Para elaboração e desenvolvimento do Programa, foi constituída uma comissão permanente de avaliação, que elaborou a metodologia de pesquisa, os instrumentos (questionários) e o cronograma de aplicação da avaliação, sendo considerada esta a primeira etapa do processo, implantada em _____.

As escolhas metodológicas de Avaliação Institucional da UFRPE foram norteadas pelos pressupostos:

- a. garantia de um clima de acolhimento ao Programa pelos segmentos da comunidade acadêmica, o que lhes assegure a participação em todo o processo e a utilização dos resultados;
- b. obtenção de dados quantitativos e qualitativos na coleta de informações, objetivando à formulação de um diagnóstico institucional multidimensional;
- c. conjugação das avaliações interna e externa, como vertentes complementares inseparáveis, para reflexão sobre suas várias dimensões, visando à formulação e ao acompanhamento de políticas acadêmicas e administrativas;
- d. acolhimento pelos setores administrativos da Instituição das sugestões elencadas no processo avaliativo.

O Programa de Avaliação Institucional da UFRPE obedece aos princípios estabelecidos: ser um ato voluntário; ser global; atingir todas as atividades institucionais; considerar as especificidades de cada curso e área de conhecimento; distanciar-se de processos punitivos ou de premiação; ser coerente com a política do diálogo franco e aberto; e ser um programa de caráter permanente.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

A auto-avaliação é feita por curso, com o objetivo geral de avaliar a Instituição a partir do ponto de vista da comunidade na qual está inserida e corrigir os problemas existentes, detectados na realidade estudada e que interferem nas atividades didático-pedagógicas e serviços da Instituição.

De acordo com o estabelecido, o Programa proporciona o acompanhamento e a análise do desempenho de cada curso e, também, o desempenho institucional. Para tanto, são consideradas três etapas no processo avaliativo: a primeira, de diagnóstico, quando é feita a análise crítica de documentos, regimentos, dados numéricos e qualitativos de alunos, professores, espaços físicos, materiais e plano de desenvolvimento; a segunda, a auto-avaliação: envolvendo a comunidade acadêmica; e a terceira, a avaliação externa.

Nesse sentido, esse Programa visa a subsidiar o planejamento e a gestão institucional, tornando-se mecanismo de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico e constituindo-se num processo sistemático de transmissão de informação para todos os segmentos da comunidade acadêmica envolvida na execução da avaliação e na implementação de desenvolvimento qualitativo institucional. Enfim, a Avaliação Institucional tem como objetivo a análise da gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho.

12.1. 1. Programa de Auto-Avaliação do Curso de Letras da UFRPE

O Programa de Auto-Avaliação do Curso de Letras da UFRPE, em sintonia com o Programa de Avaliação Institucional (PAI), considerados os desafios do novo século, as concepções e os objetivos do curso, pretende instaurar, em seu cotidiano, pesquisa avaliativa permanente.

A finalidade básica da avaliação proposta será o auto-conhecimento e a capacidade de tomar decisões, procurando desenvolver uma educação superior, pautada nos ensinamentos de Niskier (1998)⁶, que tenha como missão: garantir a consolidação do processo de formação, educação e pesquisa; qualificar plenamente o graduando; garantir um espaço de formação superior onde ocorra a aprendizagem permanente; favorecer a compreensão, a interpretação, a preservação, o reforço, o fomento e a difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, num contexto onde há pluralismo e diversidade cultural; colaborar com a proteção e consolidação de valores sociais; e proporcionar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação, em seus mais variados níveis, promovendo, em âmbito particular, a capacitação do futuro docente.

⁶ NISKIER, A. *A Educação na Virada do Século*. São Paulo: Editora Expressão e Cultura, 1998 (Coleção Páginas Amarelas).

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

12.1.2. Princípios e Diretrizes

O curso de Letras da UFRPE procurará desenvolver permanentemente o aperfeiçoamento de suas ações; em decorrência disso, está comprometido em considerar as peculiaridades de sua região, quanto à organização econômica da produção, à cultura da população, à estrutura demográfica, à saúde, ao desenvolvimento humano, ao bem-estar social.

Nesse sentido, o Programa de Auto-avaliação subsidiará o planejamento e a gestão do curso, tornando-se mecanismo de acompanhamento contínuo dos desempenhos acadêmico e docente e constituindo-se num processo sistemático de transmissão de informação às sociedades acadêmica e extra-acadêmica. Para isso, tornar-se-á necessário que se promova a aceitação ou a conscientização sobre a necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos; que se reconheça a legitimidade e a pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; que haja envolvimento direto de toda a comunidade acadêmica, na execução da avaliação e na implementação de desenvolvimento qualitativo do desempenho do curso.

O objetivo inicial desse Programa será o acompanhamento das atividades desenvolvidas no curso e, posteriormente, a revisão e o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do curso, garantindo melhor qualidade e maior adequação das atividades nele desenvolvidas.

Os objetivos específicos do Programa fundamentam-se em NOSORINI (1997)⁷ :

1. promover a auto-avaliação do curso de Letras, para garantir a qualidade da ação acadêmica e prestar contas à sociedade das ações acadêmicas com as exigências científicas e sociais contemporâneas;
2. explicitar as diretrizes do projeto pedagógico e os princípios de um programa de avaliação sistemático e participativo que procura desenvolver, constantemente, o reordenamento, a consolidação e/ou reformulação das ações do curso de Letras da UFRPE, divulgando de várias formas os resultados;
3. observar o modo de realização e de inter-relação das tarefas acadêmicas, nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas no curso de Letras, numa atitude diagnóstica;
4. repensar objetivos, ações e produtos da educação superior, tendo em vista o momento histórico e as transformações estruturais da sociedade brasileira;

⁷ NOSORINI,

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

5. verificar, estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas e de gestão, para contribuir com a reformulação de projetos institucionais legitimados e relevantes.

A auto-avaliação no curso de Letras da UFRPE pretenderá ampliar o auto-conhecimento e favorecer a tomada de decisões. O auto-conhecimento permitirá a identificação dos acertos e das ineficiências, das vantagens, das potencialidades e das dificuldades apresentadas pelo curso, garantindo, assim, um processo de reflexão sobre as causas e os efeitos das situações verificadas e permitindo que o curso assuma, de forma integral, a direção efetiva da gestão didático-acadêmica.

Uma vez que o curso de Letras desenvolverá um processo avaliativo, alicerçado no Programa de Avaliação da UFRPE, em que todos os seus segmentos participam, o conhecimento das estratégias bem sucedidas direcionarão a disseminação delas, gerando eficiência no tratamento das questões/relações didático-pedagógico-acadêmicas; ao contrário, as ações mal sucedidas serão modificadas, buscando-se novos caminhos, outras alternativas.

Prioritariamente, a avaliação do curso será considerada um ponto de partida para as adequações a ele necessárias e funcionará como sistematização de conceitos relativos aos problemas do ensino superior. Também promoverá a sedimentação da cultura de avaliação diagnóstica, em que não se procura quem errou, mas sim os erros, para os corrigir.

A avaliação do produto, feita pelos mecanismos avaliativos do MEC, será importante para o curso de Letras, no entanto, a avaliação do processo é de fundamental importância, pois, por meio dela, poder-se-á localizar os pontos de estrangulamento e identificar maneiras estratégicas de resolvê-los, além de se ter uma visão integrada do contexto onde se insere o curso e das políticas educacionais de ciência e tecnologia.

Ajustado à fundamentação do Programa de Avaliação da UFRPE, esse Programa apresenta as diretrizes para que o curso, de acordo com sua realidade, estabeleça seu modelo de avaliação na prática. Para isso, concebe-se a avaliação como um processo sistemático e permanente de captação de informação sobre o que se quer avaliar, para confrontá-lo a um ponto de referência e, a partir das constatações estabelecidas, julgar e sugerir alternativas para melhorar o objeto avaliado.

A avaliação, como processo amplo e maduro, que ultrapassa um enfoque supostamente científico e voltado para a coleta de informação apenas, para envolver aspectos humanos, políticos, sócio-culturais e contextuais, considera a negociação o ponto de chave da integração.

Dessa forma, serão consideradas as percepções, preocupações, construções e valores dos envolvidos na avaliação, tais como: dignidade, integridade e privacidade, para garantir a participação dos mesmos na elaboração de métodos de abordagem do processo.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Esse Programa procurará adequar-se à realidade do curso de Letras da UFRPE, fundamentando-se nos princípios de legitimidade, participação, integração, não-punição, premiação, compromisso, continuidade e sistematização.

Para que haja legitimidade, será necessário haver um acordo entre os membros da comunidade acadêmica, com relação à institucionalização do processo de avaliação e quanto aos critérios adotados. Por participação, entende-se a atuação de todos os segmentos do curso nas fases do processo de avaliação. Integração constitui a incorporação dos esforços e das experiências existentes na avaliação institucional global. O princípio da não-punição/premiação substitui o conceito de “caça” ao autor do erro, pela identificação de falhas e das formas de corrigi-las. Compromisso constitui o empenho individual e coletivo, em busca do melhor para o curso e, finalmente, os princípios de continuidade e sistematização da avaliação são formas de se garantir a reflexão e a redefinição constante de objetivos e metas a serem atingidas.

Tem-se como 1) **objetivo geral** desta proposta de auto-avaliação do curso: acompanhar e aperfeiçoar a programa de avaliação do curso, fomentando a melhoria permanente e a pertinência das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; e 2) **objetivos específicos**: diagnosticar as atividades acadêmicas nas dimensões ensino, pesquisa e extensão; avaliar a gestão do curso; repensar objetivos, modos de atuação e resultados, considerando um curso mais adequado ao momento histórico; e identificar e implantar mudanças necessárias, no sentido de contribuir com o aperfeiçoamento do curso.

12.1.3. Metodologia da Avaliação

O curso de Letras considera imprescindível a realização da auto-avaliação, porque compreende a importância da reflexão crítica sobre a operacionalização de suas ações. A metodologia de avaliação adotada, em função dessa consciência, pauta-se na coerência com os objetivos institucionais, é exequível e possui caráter permanente, sistêmico, participativo, objetivo e criativo.

Um método sistemático de organização e de descrição de dados de avaliação, que enfatize a inter e a intra-relação entre esses dados; possibilite a generalização do modelo; comunique as diferentes formas de resultados, permitindo a ocorrência de diferentes audiências; enfatize o questionamento, a linguagem, o contexto e os padrões de julgamento das pessoas-chave do programa, fundamenta os procedimentos metodológicos do Programa de auto-avaliação do curso de Letras, executado por comissões: constituir-se-ão uma comissão coordenadora do processo de avaliação, responsável pela

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

coordenação geral do Programa, e comissões específicas, para coordenar a avaliação por unidade didático-pedagógico-acadêmica.

Tendo em vista que a avaliação abrange campos diferentes, serão definidos as dimensões, os indicadores e o detalhamento da metodologia utilizada e o cronograma da avaliação. A escolha das dimensões e a definição de indicadores resultarão da combinação de metodologias já existentes e da elaboração de novos indicadores necessários. Utilizar-se-ão esses indicadores qualitativos e quantitativos para diagnosticar, descrever, interpretar e avaliar a realidade de cada segmento, seus pontos fracos e fortes, que se registrarão em relatórios de avaliação do curso.

12.1.3.1. Etapas e Dimensões

RESPONSÁVEL	ETAPAS	DIMENSÕES
Comissão de Avaliação	Preparação	Sensibilizar os envolvidos para a necessidade de auto-avaliar-se
Comissão de Avaliação Colegiado de Curso	Diagnóstico	Sondagem do ambiente interno; Planejamento; Elaboração de instrumentos; Coleta de dados; Análise de dados; Elaboração de relatório.
Comissão de Avaliação	Auto-avaliação Conscientização Setorial	Análise e discussão do relatório; Levantamento de pontos fortes e fracos; Construção de quadros comparativos de desempenho; Elaboração de propostas.
Comissão de Avaliação	Síntese Global	Avaliação e integração das propostas; Elaboração de relatório final; Divulgação/ discussão interna.
Comissão de Avaliação	Implementação	Estabelecimento de metas de ação; Locação de recursos; Viabilização de metas estabelecidas.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Comissão de Avaliação	Publicação/ Difusão	Publicação do relatório final
Comissão de Avaliação	Reavaliação	Releitura da realidade; Avaliação das medidas corretivas ou de aperfeiçoamento; Proposição de alternativas.
Comissão de Avaliação	Retroalimentação	Continuidade do processo avaliativo.

De acordo com Lajolo (*Op. cit.*), todo projeto que se propõe implementar tem, “*como primeiro gesto, instituir seu oposto, isto é, seu outro, contra o qual o novo afirma sua identidade*” – aí reside o arranjo que se processa no curso de Letras da UNIGRAN, na intenção de afirmar, pelo viés do “novo”, sua identidade. Novo e velho não conflitam, necessariamente, mas apontam para a necessidade de (re-)construção.

Nesse sentido, a articulação pretendida entre os resultados de avaliações, quer realizadas pelo MEC quer por agentes outros, externos ou internos à Instituição, a que se sujeitará o curso, e as ações didático-pedagógicas, bem como as acadêmicas, fundamentar-se-ão no planejamento e na gestão de atividades que pressuponham essa (re-) construção.

Reconhece-se a necessidade de atitudes que favoreçam uma articulação mais adequada do curso de Letras da UFRPE aos cenários global, nacional e regional, com propostas que emanem de análises rigorosas da realidade contemporânea dos cursos de Letras, uma vez que, sem levar em conta a cultura vigente na área, se tornará improvável nela interferir. Nisso a articulação entre os resultados de análises avaliativas contribuirão: com o incentivo dela decorrente, discutir-se-ão constantemente a situação do curso, acentuando o senso de integração e aumentando a condição de entendimento e de avaliação de interesses que são comuns a docentes e discentes.

Se, por um lado, as avaliações externas suscitarão essas discussões e integrações, por outro, um processo de avaliação interna (não apenas a institucional, mas a auto-avaliação) subsidiará, em termos de dados objetivos e referências de discussão, o encaminhamento dessa (re-)construção da identidade do curso – sentido necessário à articulação com os cenários com os quais o curso se manterá em diálogo.

Considerando-se, ainda, que a finalidade básica da auto-avaliação proposta pelo curso será o auto-conhecimento e a capacidade de tomar decisões, procurando desenvolver uma educação superior alicerçada em ensinamentos que garantam a consolidação do processo de formação, Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

educação e pesquisa; a qualificação plena do graduando; a garantia de um espaço de formação superior, onde ocorra aprendizagem permanente; o favorecimento da compreensão, da interpretação, da preservação, do reforço, do fomento e da difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, num contexto marcado pelo pluralismo e pela diversidade cultural; a colaboração com a proteção e consolidação de valores sociais; e o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação, em seus mais variados níveis, promovendo, em âmbito particular, a capacitação do futuro docente – visar-se-á, com essa articulação entre diferentes análises avaliativas, internas e externas ao curso, à conjugação de esforços, administrativos, docentes e discentes, para saber implementadas as ações necessárias à consolidação desses objetivos e referendadas pelo perfil do profissional que se pretenderá formar.

A N E X O S

REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

SEÇÃO I – Do Conceito

Artigo 1º - Concebe-se o Estágio Supervisionado não só como componente curricular dos cursos de formação de professor, mas, principalmente, como um instrumento norteador das relações entre teoria e prática no saber-fazer docente. Garantir-se-á essa prática, fazendo-se uso do estágio como campo de pesquisa, análise e crítica de processos sociais e escolares.

Artigo 2º - Considera-se o Estágio Supervisionado como componente curricular obrigatório da organização curricular do curso de licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa / Línguas Portuguesa e Espanhola e Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola.

SEÇÃO II – Da Natureza

Artigo 3º - O Estágio Supervisionado do curso de licenciatura em Letras realizar-se-á em escolas das redes pública e privada de ensino, considerando-se os níveis: ensinos fundamental e médio.

Artigo 4º - Considerar-se-ão como Estágio Supervisionado as atividades que conduzam o aluno-estagiário ao desenvolvimento de um estágio crítico que vise à relevância do saber-fazer docente e, com ele, à melhoria da escola e da educação.

Artigo 5º- O Estágio Supervisionado está regulamentado pela Lei Federal nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que dispõe sobre os estágios de alunos de estabelecimentos de ensino superior, pelo Parecer CP/CNE nº 28, de 02 de outubro de 2001, bem como pelas Resoluções do CP/CNE 01, de 18/02/2002 e 02, de 19/02/2002.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Artigo 6º - São objetivos do Estágio Supervisionado do curso de licenciatura em Letras:

1 – permitir ao aluno uma reflexão crítica acerca da realidade educacional, propiciando-lhe a percepção de percursos transformadores tanto dessa realidade quanto da social;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

2 – desenvolver, junto às escolas das redes pública e privada de ensino, atividades que evidenciem as interações entre a teoria recebida durante o período de formação do aluno no curso de graduação e a prática subjacente ao fazer docente.

CAPÍTULO III – DA APLICAÇÃO

SEÇÃO I – Duração e Carga Horária

Artigo 7º - Realizar-se-á o Estágio Supervisionado por meio de projetos delineados a partir da leitura da realidade, propiciando ao futuro professor um conhecimento do concreto em situação de trabalho e, com isso, avaliando as possibilidades de cumprimento das competências exigidas pelo fazer docente, notadamente quanto à regência das turmas, sem que se desconsiderem outros aspectos da experiência docente em unidades de ensino, como, por exemplo, a consecução de projetos pedagógicos, planejamento e organização do ensino.

Parágrafo 1º - O Estágio Supervisionado, como componente curricular obrigatório das licenciaturas, não poderá ter uma duração inferior a 400 (quatrocentas) horas, em tempos concentrados, a partir do início da segunda metade do curso, *reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes.*

Parágrafo 2º - Os alunos-estagiários que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter reduzida a carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas, uma vez comprovado o efetivo exercício do ofício na área específica, objeto de estágio.

SEÇÃO II – Campos de Estágio

Artigo 8º - Em atendimento às comunidades em geral, em unidades escolares dos sistemas de ensino das redes pública e privada, do município de Recife e da região, bem como em acampamentos e assentamentos agrícolas e comunidades das zonas da Mata, do Agreste e do sertão pernambucanos será realizado o Estágio Supervisionado, exigindo-se que o aluno-estagiário atue dentro de seu campo de formação universitária.

Parágrafo único – Esses campos de estágio devem apresentar como requisitos:

- 1 – comprovada idoneidade e reconhecida qualidade de ensino, expressa no projeto pedagógico da unidade de ensino;
- 2 – corpo docente com reconhecida competência profissional e que ofereça efetivas condições para a experiência docente compartilhada;

- 3 – infra-estrutura física e material, como condições pedagógicas, propícias para o desenvolvimento dos projetos de estágio;
- 4 – aceitação das normas que disciplinam o Estágio Supervisionado do curso de licenciatura em Letras;
- 5 – disponibilidade da equipe diretiva e do corpo docente para supervisionar e/ou apreciar o trabalho do aluno-estagiário e para trabalhar em conjunto com a agência formadora.

SEÇÃO III – Regulamentação e Acompanhamento

Artigo 9º - Este regimento regulamenta e disciplina a organização e o funcionamento do Estágio Supervisionado do curso de licenciatura em Letras – Habilitação Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa / Línguas Portuguesa e Espanhola e Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola.

Artigo 10 - A normatização e a carga horária do estágio deverão respeitar ao disposto no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Letras, em consonância com o Regimento da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Parágrafo único – O Estágio Supervisionado realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Artigo 11 – O/A professor/-a de Estágio Supervisionado responsabilizar-se-á pela elaboração do programa e do projeto de estágio.

Artigo 12 – O/A coordenador/-a de curso analisará o programa e o projeto apresentados pelo/-a professor/-a de Estágio Supervisionado, em um prazo de 30 (trinta) dias antes de sua aplicação.

Artigo 13 – Cabe ao/à coordenador/-a de curso, após análise do programa e do projeto de estágio, encaminhá-los à apreciação e homologação da Pró-Reitoria de Ensino e Extensão, que se pronunciará a respeito, mediante comunicado escrito.

Artigo 14 – O/A coordenador/-a de curso acompanhará o desenvolvimento do Estágio Supervisionado por meio de reuniões com o/a professor/-a dessa disciplina e visitas aos locais de estágio.

Parágrafo único – Facultar-se-á aos alunos do curso de licenciatura em Letras oriundos de cidades da região metropolitana de Recife a realização do estágio em sua cidade de origem.

Artigo 15 – O aluno deverá, dentro do prazo previsto no projeto, elaborar um relatório final das atividades desenvolvidas durante o período de estágio, sujeito à análise do/-a professor /-a da disciplina Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA DE ESTÁGIO

Artigo 16 - A coordenação geral do Estágio Supervisionado de ensino do curso Letras caberá a uma comissão constituída pela pelo/-a coordenador/-a do curso e pelo/-a(-s) professor/-a(-es) da disciplina Estágio Supervisionado.

Parágrafo único – A essa comissão caberá estabelecer as diretrizes e acompanhar a organização e a dinâmica do Estágio Supervisionado de ensino no curso de Letras, em trabalho cooperativo, planejado sistematicamente, com as unidades/campos de estágio e com os alunos-estagiários.

Artigo 17 - São atribuições dessa comissão:

- 1 – Acompanhar a dinamização das propostas de estágio de cada um dos alunos do curso de Letras;
- 2 – Manter arquivo de informações sobre o funcionamento dos estágios supervisionados de ensino do curso;
- 3 – Efetuar o levantamento das demandas de campos de estágio;
- 4 – Manter o intercâmbio, por intermédio de dinâmicas de interação que visem a uma ação formadora compartilhada, com as Coordenadorias de Educação do Sistema Estadual, Secretarias Municipais de Educação e instituições privadas de ensinamentos fundamental e médio;
- 5 – Apoiar as atividades concernentes aos estágios supervisionados de cada um dos alunos do curso;
- 6 – Promover reuniões sistemáticas, com a participação de todos os envolvidos no desenvolvimento dos estágios supervisionados, agendadas em cronograma semestral;
- 7 – Organizar, coletivamente, publicar e divulgar um relatório semestral de atividades relacionadas ao Estágio Supervisionado, bem como da produção docente e discente fomentada por esses estágios.

Artigo 18 - É da competência do/-a professor/-a da disciplina Estágio Supervisionado a supervisão das atividades, com a orientação e o acompanhamento sistemático e obrigatório, de estágio e da avaliação do aluno-estagiário.

Parágrafo único – A dinâmica dessa supervisão será desenvolvida como ação mediadora, por meio de visitas, contatos, entrevistas, reuniões e outras alternativas partilhadas entre os professores e os alunos-estagiários e previstas no projeto de estágio do curso.

Artigo 19 – O/A(-s) professor/-a(-es) da disciplina Estágio Supervisionado têm como atribuições:

- 1 – participar das atividades referentes aos estágios supervisionados de ensino, desde o planejamento dos estágios nos cursos e dos projetos de estágio dos alunos-estagiários à avaliação final;
- 2 – promover as dinâmicas da docência compartilhada, na interação, como supervisor, com o aluno-estagiário no desenvolvimento de suas atividades;
- 3 – orientar o aluno-estagiário na elaboração do projeto de estágio;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

- 4 – realizar visitas de supervisão nas/nos unidades/campos de estágio de sua competência;
- 5 – elaborar um relatório final, encaminhando-o à comissão de estágio, com registros das atividades de estágio e sua avaliação.

Artigo 20 - São atribuições do aluno-estagiário:

- 1 – encaminhar as tratativas, junto à/ao unidade/campo de estágio indicada(-o), por meio de contatos com a comissão de estágio e com o/a(-s) professor/-a(-es) da disciplina Estágio Supervisionado – professor/-a(-es)-supervisor/-a(-es)–, definindo as necessidades administrativas e pedagógicas para a realização do estágio, no que compete à responsabilidade como aluno-estagiário;
- 2 – ocupar-se com a leitura da realidade da/do unidade/campo em que atuará, visando a conhecê-la(-o) quanto às necessidades e demandas de intervenção, culminando com a elaboração de um projeto de docência compartilhada que contemple todas as atividades necessárias aos objetivos propostos;
- 3 – encaminhar ao/à(-s) professor/-a(-es) da disciplina Estágio Supervisionado os dados relativos à comunidade e à/ao unidade/campo onde realizará o estágio;
- 4 – planejar e desenvolver as atividades de estágio, a partir do projeto apresentado;
- 5 – buscar auxílio junto à comissão de estágio e ao/à(-s) professor/-a(es)-supervisor/-a(-es) e partilhar experiências com colegas e professores do curso;
- 6 – elaborar relatório de estágio e outras produções que revelem o conhecimento construído a partir de sua prática reflexiva;
- 7 – encaminhar à comissão de estágio, por intermédio do/-a(-s) professor/-a(-es)-supervisor/-a(-es), quando apto para isso, pedido formal de apreciação para a redução da carga horária do Estágio Supervisionado de Ensino, mediante requerimento e comprovação do efetivo exercício do ofício na área específica objeto de estágio.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

SEÇÃO I – Da Regência e do Relatório Final

Artigo 21 – A avaliação do aluno na disciplina Estágio Supervisionado é de inteira responsabilidade de seu/sua(-s) professor/-a(-es).

Artigo 22 - A avaliação processual desenvolver-se-á na dinâmica ação-reflexão-ação e os instrumentos de acompanhamento e de avaliação fornecerão informações para (re-) orientar a práxis pedagógica.

Artigo 23 - Visa-se, com o desenvolvimento supervisionado do estágio, a orientar o processo para os níveis de competência das áreas específicas do curso de formação docente e assessorar o aluno-estagiário de acordo com suas expectativas e necessidades.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Artigo 24 - A avaliação global do estágio envolve desde a pesquisa de campo inicial até a elaboração e apresentação do relatório final.

Artigo 25 - Para essa avaliação global do Estágio Supervisionado de Ensino, são instrumentos:

1 – relatório final de estágio;

2 – parecer descritivo elaborado pelo(-s) professor(-es) da disciplina Estágio Supervisionado, contendo dados substanciais sobre o seu desempenho, em fichas próprias, com critérios explicitados na proposta de estágio do curso, considerando as competências e saberes para o perfil profissional objetivado.

Artigo 26 - Será considerado aprovado em Estágio Supervisionado, em suas etapas teórica e prática, o aluno que obtiver a nota final igual ou superior a 7.0 (sete).

Parágrafo 1º - Considerar-se-á, para essas mesmas etapas, a atribuição de uma única nota, igual ou superior a 7.0 (sete), resultante da somatória de conceitos alcançados em atividades desenvolvidas em sala de aula, nos estágios de observação e regência e no relatório final;

Parágrafo 2º - Ao aluno que não obtiver a nota final igual ou superior a 7.0 (sete), considerados o estágio de regência e o relatório final, será concedida a oportunidade de refazê-los, obrigatoriamente, no mesmo semestre letivo;

Parágrafo 3º - O aluno que, após o cumprimento da segunda oportunidade de realização da regência e do relatório final, não atingir o índice de aproveitamento igual ou superior a 7.0 (sete) será considerado reprovado nessa disciplina.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27 – Os casos omissos serão resolvidos pelo CCD do Curso.

REGIMENTO DAS PRÁTICAS DE ENSINO

CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO E DA IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS DE ENSINO

Artigo 1º - Concebe-se Prática de Ensino como componente curricular obrigatório, com produção de atividades no âmbito das áreas ou disciplinas do curso de licenciatura em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa / Línguas Portuguesa e Espanhola e Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola que explicitem a dimensão praxica em projetos de trabalho pedagógico e sua aplicabilidade nos mundos social e natural.

Parágrafo único – A coordenação da dimensão prática, em tempos e espaços curriculares específicos, prevê o desenvolvimento de atividades promotoras da interdisciplinaridade, enfatizando processos de investigação-ação e ação-

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

investigação na resolução de situações-problema características do cotidiano do professor e da constituição do seu saber-fazer.

CAPÍTULO II – DAS INSTÂNCIAS DE PRÁTICA

Artigo 2º - A Prática de Ensino contemplará desde a observação de situações pedagógicas e sócio-pedagógicas reais até a participação em grupos de estudos e pesquisas, em que informações de diferentes fontes podem ser trabalhadas em metodologias crítico-reflexivas (Parecer CNE/CP 009/2001).

Parágrafo 1º - Como trabalho consciente, a prática deve centrar-se em uma proposta flexível, com apoio de um processo formativo, em uma perspectiva acadêmico-científica planejada na elaboração do Projeto Pedagógico do curso.

Parágrafo 2º - Tempos e espaços, bem como a sua previsão, devem privilegiar, desde o início do processo formativo, estendendo-se ao longo desse processo, a articulação entre os estágios supervisionados e as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo para a construção da identidade do professor como educador.

Parágrafo 3º - A Prática de Ensino como componente curricular deverá ter sua previsão para um total de 400 (quatrocentos) horas, tornando-se imprescindível a supervisão do curso formador do futuro profissional da educação, a fim de garantir a qualidade dessa formação e a relação entre educação e desenvolvimento social.

CAPÍTULO III – DA DINAMIZAÇÃO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTES CURRICULARES

Artigo 3º - A dinâmica curricular do curso de Letras é deflagrada, a partir da prática pedagógica, nos diferentes espaços que configuram a sala-de-aula, quer estejam na própria Instituição – em laboratórios ou espaços livres – quer em contextos de atuação escolar e/ou social ou apresentados em seminários temáticos.

Parágrafo único – Propõe-se diferentes núcleos e grupos de trabalhos na articulação de propostas dinamizadoras da práxis educativa, tanto dos formadores quanto dos formados e de profissionais outros associados e atuantes nos sistemas de ensino.

Artigo 4º - Os dinamizadores prioritários das práticas, considerando-as uma instância que exige flexibilidade na concepção das atividades programadas, são os formadores e seus alunos em cada área ou disciplina, no entanto, a experiência poderá ser enriquecida pela participação de outros mediadores, tanto professores quanto alunos, no mesmo contexto prático.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

CAPÍTULO IV – DA SUPERVISÃO DAS PRÁTICAS

Artigo 5º - Ficarão sob a responsabilidade do/a(s) professor/-a (-es) responsável (-is) pela área específica ou disciplina proponente do(s) projeto(s) a orientação e a supervisão das práticas como componentes curriculares.

CAPÍTULO V – DA PROGRAMAÇÃO GERAL DAS PRÁTICAS

Artigo 6º - Em processos de investigação pautados na dinâmica ação-reflexão-ação, propor-se-ão práticas por meio do desenvolvimento de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, integrados de modo a contemplar a relação entre teoria e prática.

Parágrafo único – O curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa / Línguas Portuguesa e Espanhola e Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola deverá explicitar, em suas propostas pedagógicas, a articulação das práticas, bem como as formas para efetivá-las no processo formativo, com as suas linhas de pesquisa e eixos temáticos de interesse no aprofundamento curricular.

Artigo 7º - Dinamizar-se-ão as práticas com ações planejadas em diferentes projetos e considerando-se os variados campos de prática e os contextos de atuação tanto na educação escolar quanto na educação social.

Artigo 8º - Caracterizam-se esses projetos como:

1 – de ensino ⇒ promotores da interação com a prática mediante observação, análise e reflexão sobre a ação pedagógica (ao longo dos cursos) e/ou ação pedagógica de caráter dialético, interdisciplinar, crítico-reflexivo, interativo e democrático, envolvendo desde a sala-de-aula aos diferentes espaços sociais e educacionais;

2 – de pesquisa ⇒ a) investigação-ação e investigação-formação, como metodologias da práxis comprometida com uma formação para a compreensão e a transformação da realidade; b) conhecimento da realidade sócio-educativa com a finalidade de desenvolver estratégias de intervenção para transformá-la; c) utilização de processos diversificados de pesquisa, conforme as demandas da realidade investigada; d) postura interdisciplinar na abordagem da realidade e na produção do conhecimento;

3 – de extensão ⇒ a) promotores de diferentes experiências e práticas sócio-pedagógicas, em realidades educacionais voltadas, em especial, para o homem do campo, inserindo o curso na instância comunitária própria desse homem; b) contextos interativos e dinamizados, em práticas propostas na matriz curricular, por meio de oficinas, seminários, grupos de estudo, programas de

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

atualização e aperfeiçoamento, palestras e outras atividades; c) práticas sociais em diversos contextos práticos, como grupos urbanos e rurais e movimentos sociais ligados ao homem do campo e à sua vivência, como ações crítico-reflexivas, para a (re-) construção de novas posturas dos profissionais da educação diante dessa realidade social, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades.

CAPÍTULO VI – DA OBSERVAÇÃO DA REALIDADE, DO PLANEJAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Artigo 9º - Concebe-se a dinâmica processual, entremeando teoria e prática em uma dialética ação-reflexão-ação, tendo como alicerce o conhecimento da realidade, mediante observação e discussão das necessidades, utilizando, para tanto, matrizes epistemológicas interdisciplinares; da percepção das ações desejáveis para solucionar as situações-problema evidenciadas; da reflexão acerca dos diferentes momentos do processo, com pretensão a promover o seu (re-)planejamento (todo ou parte dele).

Artigo 10 – Considerando-se que, para o desenvolvimento, o enfrentamento de desafios e a superação de dificuldades, se faz mister situar-se, a avaliação é decorrente do próprio processo reflexivo e permeará toda a interação entre teoria e prática.

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º - As Atividades Complementares integram a parte flexível do currículo do curso de Letras – Habilitação Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa / Línguas Portuguesa e Espanhola e Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do diploma de graduação.

Art. 2º - As Atividades Complementares são coordenadas por professores, designados pela Coordenação, que integram o curso.

Parágrafo único. Restringir-se-á a direção/aplicação das Atividades Complementares aos docentes do curso de Letras.

Art. 3º - Compõem as Atividades Complementares:

I. disciplinas extracurriculares, pertencentes a outros cursos da UFRPE ou de outras instituições de ensino superior (IES), de graduação ou seqüenciais, em áreas afins;

II. outras atividades como:

- a) projetos de pesquisa ou iniciação científica, orientados por docentes da UFRPE;
- b) programas de extensão, sob orientação de professores da UFRPE;
- c) cursos de extensão, simpósios, congressos, conferências, encontros estudantis, cursos de atualização, semanas acadêmicas etc., na área de interesse do curso ou de atualização cultural ou científica;
- d) monitoria em disciplinas pertencentes ao currículo pleno do curso de Letras;
- e) eventos diversos, de interesse do curso;
- f) assistência a defesas de monografias de curso, de dissertações de Mestrado ou teses de Doutorado;
- g) participação em atividades extracurriculares de assistência ou assessoria, na área de interesse do curso, diretamente ou por associações, sindicatos, ONGs, mediante convênio com a UFRPE;
- h) estágios extracurriculares desenvolvidos com base em convênios firmados pela UFRPE;
- i) participação em programas de voluntariado ligados às áreas pertinentes ao curso;
- j) publicações em revistas especializadas;
- h) administração e representação em entidades estudantis.

§ 1 As atividades de que trata o inciso II, quando promovidas pela UFRPE, são obrigatoriamente consideradas atividades complementares válidas, respeitada a carga horária fixada para cada atividade, pelo corpo docente do curso.

§ 2 As atividades de que trata o inciso II, quando promovidas por outras instituições de ensino, necessitam ser validadas pela Coordenação do curso, mediante requerimento justificado e documentado pelo aluno.

§ 3 Todas as atividades constantes deste artigo devem ser comprovadas à Coordenação do curso, mediante formulário próprio e a pedido do aluno.

§ 4 Compete à Coordenação do curso encaminhar à Secretaria Acadêmica as comprovações das atividades de que trata este artigo.

§ 5 O aluno deve cumprir, entre o primeiro e o último semestres letivos do curso, a carga horária total de Atividades Complementares.

§ 6 Durante 5 (cinco) dias, após o início de cada semestre letivo, em período a ser definido pela Coordenação do Curso, o aluno deve se inscrever, na própria Coordenação, em atividades de seu interesse, sendo obrigatória a participação nas atividades referidas nos incisos I e II.

§ 7 O/A Coordenador/-a de curso deverá orientar o aluno quanto à frequência e à certificação dessas atividades, cabendo, por parte do último, encaminhamento de recurso às instâncias superiores da Instituição.

Art. 4º - As Atividades Complementares devem atender às seguintes normas gerais:

I. são consideradas disciplinas extracurriculares, para validação como Atividades Complementares, as disciplinas oferecidas pela UFRPE ou outras instituições de ensino superior, fora do horário regular das aulas e cujo conteúdo não esteja integralmente contemplado por nenhuma disciplina do currículo;

II. As disciplinas de áreas afins, assim definidas pelo corpo docente do curso, pertencentes aos demais cursos da UFRPE ou de outras IES;

III. A validação de quaisquer das atividades, definidas no artigo anterior, depende de prévia aprovação do/-a Coordenador/-a de curso;

IV. As atividades referidas nos incisos I e II do artigo anterior são automaticamente validadas, respeitada a carga horária máxima fixada, para cada uma.

Art. 5º - Cabe ao aluno comprovar, junto à Coordenação de curso, a sua participação nas atividades previstas no art. 3º, após prévia aprovação dessa Coordenação, em formulário próprio.

Parágrafo único. Compete à Coordenação de curso encaminhar à instâncias superiores comprovações das atividades de que trata este artigo.

Art. 6º - O presente Regulamento só pode ser alterado pelo voto da maioria absoluta dos membros do corpo docente de curso.

Art. 7º - Compete ao corpo docente do curso dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, assim como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

REGIMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - O curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa / Línguas Portuguesa e Espanhola e Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola estabelece o Trabalho de Conclusão de Curso como requisito de conclusão da licenciatura.

Artigo 2º - O Regimento para o Trabalho de Conclusão de Curso inclui determinações acerca do processo de elaboração, de apresentação e de julgamento de trabalhos monográficos de conclusão do curso de Letras, bem como determina as linhas de pesquisa e a conseqüente orientação docente.

Artigo 3º - Constitui-se o Trabalho de Conclusão do Curso uma pesquisa individual feita pelo graduando do curso, referente a uma área de conhecimento privilegiada pelo/no curso de Letras.

Artigo 4º - O Trabalho de Conclusão de Curso deve propiciar ao graduando do curso condições de evidenciar competências e habilidades adquiridas ao longo de sua formação; proficiência em leitura; capacidade de desenvolver, com aprofundamento teórico, um tema pertinente à área do conhecimento pesquisada;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

desprendimento em consultas bibliográficas especializadas; capacidade de analisar, interpretar e criticar conceitos; e postura de pesquisador.

CAPÍTULO II – DA CONSTITUIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Art. 5º - O acadêmico dos dois últimos semestres do curso de Letras apresentará um/uma Trabalho Final de Curso/Monografia diante de uma banca de professores.

§ 1º - Essa banca será constituída pelo professor(a) orientador(a), que a presidirá, e por dois outros professores convidados a dela participarem e designados pela Coordenação, após indicação do professor(a) orientador(a).

§ 2º - Será indicado um(a) professor(a) suplente para a composição da banca examinadora, a fim de suprir a ausência de qualquer um dentre os titulares, em caso de não presença ou de quaisquer impedimentos.

Art. 6º - Os trabalhos da banca examinadora somente poderão ser efetivados mediante a presença de seus três professores membros.

CAPÍTULO III – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º - Compete ao/à Coordenador/a do curso:

1. implementar o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, relacionado ao/à Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, por meio de decisões administrativas;
2. no início desses dois semestres letivos, indicar os professores-orientadores, a fim de desenvolver a elaboração, a execução, o acompanhamento e o julgamento do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia;
3. designar, junto dos professores-orientadores, os membros das bancas examinadoras, de acordo com o previsto em calendário acadêmico;

4. sugerir medidas de aprimoramento das atividades relacionadas ao/a Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia;
5. convocar e dirigir reuniões com docentes orientadores, para promover o desenvolvimento qualitativo do processo de elaboração do/da Trabalho de Conclusão do Curso/Monografia;
6. deliberar sobre casos omissos do Regulamento, interpretando-os conforme seus dispositivos.

Art. 8º - Compete ao/a professor da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia:

1. analisar as decisões do/-a professor/-a-orientador/-a, em grau de recurso;
2. deliberar sobre os recursos apresentados pelos alunos quanto às avaliações dos professores-orientadores e das bancas examinadoras;
3. deliberar sobre todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento das normas e do processo de desenvolvimento do/da Trabalho de Conclusão do Curso/Monografia;
4. deliberar sobre as eventuais alterações do Regulamento para o/a Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, para atender à decisão final (do Colegiado de Curso);
5. indicar à coordenação de curso a relação de professores que integram as bancas examinadoras;
6. compor o calendário de entrega dos exemplares do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, bem como de sua apresentação, para apreciação da banca examinadora.

Art. 9º - Compete ao/a professor/-a-orientador/-a:

1. orientar a escolha feita pelo aluno quanto ao tema, à elaboração e à execução do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, de acordo com o calendário acadêmico e com a jornada semanal de atividades;
2. sugerir normas e medidas que implementem o/a Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia;
3. participar de reuniões, para analisar os/as Trabalhos de Conclusão de Curso/Monografias e para avaliar os alunos e o processo de formação profissional;
4. elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, parciais e finais, referentes ao/à Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia;
5. observar, e fazer observar, o calendário das atividades relacionadas ao/à Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia.

Art. 10 – Compete ao/à aluno/-a:

1. efetuar a matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, apresentando, no ato dessa matrícula, cópia do projeto de pesquisa do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia;
2. freqüentar as reuniões de orientação, quando convocado pelo/-a professor/-a-orientador/-a;
3. manter contatos com seu/sua professor/-a-orientador/-a, para discussão do trabalho de pesquisa em andamento;
4. cumprir o calendário de entrega de projetos, de relatórios parciais e do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, estabelecidos pelo/-a professor/-a da disciplina e aprovados pela coordenação do curso e pelo Colegiado de curso;
5. elaborar seu/sua Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia de acordo com as normas e instruções deste Regulamento, as normas da ABNT e as normas aprovadas pelo Colegiado de curso;
6. comparecer, em data e local estabelecidos pela Coordenação do curso, para a apresentação e defesa da versão final de seu/sua Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, perante a banca examinadora.

CAPÍTULO IV – DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/

Art. 11 – Compõe-se a elaboração do/ Trabalho de Conclusão de Curso de etapas sucessivas, desenvolvidas nos semestres letivos do curso de Letras, de acordo com a sua estrutura curricular, a saber:

1. delimitação do tema do projeto, sob a orientação do/-a professor/-a-orientador/-a;
2. elaboração do projeto de pesquisa do/da Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

3. deliberação sobre o projeto de pesquisa do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia;

4. pesquisa dos fundamentos teóricos e de campo sobre o tema escolhido;

5. relatórios parciais e final;

6. versão preliminar do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, elaborada para discussão e análise do/-a professor/-a-orientador/-a;

7. versão final do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia;

8. depósito de três vias da versão final do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, para apreciação da banca examinadora, com a presença de seu autor.

Art. 12 – Por ser regido(-a) por normas da ABNT e deste Regulamento, no/na Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia todas as alterações que se fizerem necessárias devem ser aprovadas pelo/-a professor/-a-orientador/-a.

Art. 13 – O projeto do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia deve ser entregue, em duas vias assinadas pelo autor, ao/à professor/-a-orientador/-a, responsável por sua avaliação.

§ 1º - Se o projeto do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia for desclassificado, o aluno terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias letivos para a reformulação e a segunda apresentação desse projeto.

§ 2º - Caso o projeto reformulado não for aceito, a Coordenação do curso e o professor da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia deliberam sobre os recursos necessários, oferecendo ao aluno a oportunidade de recuperação de estudos.

§ 3º - Após aprovação, uma via do projeto é entregue ao/à professor/-a-orientador/-a, para que ele/ela acompanhe e avalie a elaboração e apresentação do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, e a outra é arquivada no registro acadêmico do aluno.

Art. 14 – Para mudar o tema do projeto do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, é necessária a aprovação do/-a coordenador/-a do curso, sendo que o/-a aluno/-a ou o/a professor/-a-orientador/-a deve encaminhar a proposta de alteração do projeto, acompanhado de parecer que legitime tal mudança.

Art. 15 – Os relatórios parciais e final devem ser concisos e objetivos e relatarem, resumidamente, os procedimentos utilizados na pesquisa, as fases cumpridas e os pontos positivos e negativos ocorridos no período de seu desenvolvimento.

§ 1º - Os relatórios parciais e final feitos pelos alunos são avaliados pelo/-a professor/-a-orientador/-a, cabendo recurso à Coordenação de curso, em primeira instância, e ao Colegiado, em instância final. =?

§ 2º - Quando houver parecer negativo do/-a professor/-a-orientador/-a em relatório, deve ser oferecida ao/à aluno/a a oportunidade de revisão e de correção das falhas; devem ser oferecidos todos

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

os recursos para que o/a aluno/-a reformule o projeto do/da Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia em condições de concluir com êxito as tarefas a ele/ela relacionadas.

CAPÍTULO V - DA DEFESA DO/DA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/ MONOGRAFIA

Art. 16 - Restringir-se-ão as presenças em sessões de defesa dos/das Trabalhos de Conclusão de Curso/Monografia aos professores e alunos dos cursos do Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH).

Parág. Único. Não será permitida a divulgação do conteúdo dos/das Trabalhos de Conclusão de Curso/Monografia, antes de suas defesas.

Art. 17 - A confecção de um calendário em que se fixem datas de designação de bancas examinadoras, de entrega de trabalhos/monografias, de realização de defesas e de apresentação dos resultados de avaliação será de responsabilidade do/-a Coordenador/-a do curso e do/-a professor/-a da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia.

Parág. Único A divulgação desse calendário estará sujeita à observação da data limite para a entrega das cópias conclusivas do trabalho final de curso.

Art. 18 - Os professores que comporão as bancas examinadoras contarão com um prazo de 30 (trinta) dias para procederem à leitura dos/das trabalhos/monografias e organizarem a argüição a que se submeterão os alunos do curso em defesa desses/dessas mesmos(-as) trabalhos/monografias.

Art. 19 - O(A) professor/-a-orientador/-a, presidente da banca, determinará, na abertura da sessão de defesa, o tempo que o/a aluno/-a disporá para apresentar seu/sua trabalho/monografia, que não deverá suplantiar 20 (vinte) minutos, sendo que cada componente da banca examinadora terá até 10 (dez) minutos para argüir o/a aluno/-a e este outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 20 - Com o encerramento da argüição, proceder-se-á à atribuição das notas, considerando-se o texto escrito (valor máximo de cinco pontos), a exposição oral (valor máximo de dois pontos) e a defesa do/da trabalho/monografia em argüição feita pelos examinadores (valor máximo de três pontos).

§ 1º Fichas individuais de avaliação, em que se registrarão as notas para cada um dos itens mencionados no Artigo 15, serão utilizadas para a atribuição das notas.

§ 2º A média das notas atribuídas pelos 3 (três) membros da banca examinadora corresponderá à nota final do/a aluno/-a.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

§ 3º A fim de alcançar aprovação, o/a aluno/-a deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) na média aritmética das notas individuais concedidas pela banca examinadora.

Art. 21 – Ao/À aluno/-a poderão ser sugeridas reformulações no texto final do/da trabalho/monografia.

§ 1º - O prazo final para apresentar essas reformulações não deverá exceder ao período de exames finais, estando sujeito à indicação da Coordenação do curso e do/a professor/-a da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia.

§ 2º - A banca examinadora será convocada a uma nova sessão e a proceder a outra avaliação, inclusive oral, do trabalho reformulado pelo/-a acadêmico/-a.

§ 3º - A data para nova arguição oral será fornecida após consulta à banca examinadora, ficando o registro da nota do/-a aluno/-a em suspenso até que se conclua o processo de avaliação.

Art. 22 - Caso o/a Trabalhos de Conclusão de Curso/Monografia apresente falhas estruturais ou de desenvolvimento teórico graves, a Coordenação do curso, em consonância com os pareceres do/-a professor/-a-orientador/-a e do/-a professor/-a da disciplina, poderá, em reunião que preceda à sessão de defesa, devolvê-lo para as devidas reformulações.

Parág. Único: Ficará, nesse caso, a defesa marcada para o período subsequente, sem que haja novo encaminhamento para possíveis alterações de registros.

Art. 23 – O/A aluno/-a que não entregar o/a Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem que se possa justificar, mediante apresentação de documentos, terá atribuído, como nota final de semestre, o conceito zero, ressaltando-se que a disciplina não apresenta a possibilidade de realização de um exame final, o que implicaria, certamente, a reprovação e conseqüente dependência na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia.

Art. 24 - Compete à Coordenação do curso de Letras e ao/à professor/-a da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia dirimir as dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir os seus hiatos, ocupando-se em expedir atos complementares que se justificarem.

COLEGIADO DE CURSO

CONSTITUIÇÃO

Como órgão deliberativo e consultivo, conta-se com o Colegiado de Curso que se constitui pela direção do Departamento de Letras e Ciências Humanas, pela Coordenação do curso de Letras, por professores desse curso e por um representante discente.

COMPETÊNCIAS

Dentre outras, é competência do Colegiado de Curso promover a articulação e a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, aprovar a programação do curso e respectivos calendários, emitir parecer sobre os regulamentos de estágios, regime de monitoria, trabalho de conclusão de curso, grupos de estudos, projetos de extensão universitária e de pesquisas, para posterior aprovação de instâncias superiores.

Compete-lhe, ainda, recomendar as saídas de docentes para cumprimento de projetos de qualificação; apreciar semestralmente os relatórios de ensino e extensão apresentados; elaborar o plano semestral de atividades; promover a avaliação institucional no âmbito do curso; opinar sobre as propostas pedagógicas do curso; decidir sobre recursos dos corpos docente e discente; opinar sobre a organização e administração de laboratórios, escritórios, núcleos de estudo e de materiais didáticos; elaborar lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao desenvolvimento do curso; e colaborar com a Direção do Departamento, com a Coordenação do curso e demais órgãos acadêmicos, em tudo que interessar ao Departamento em geral e ao curso em particular.

REPRESENTAÇÃO DISCENTE

O corpo discente tem representação, com direito a voz e a voto, no Colegiado do curso de Letras, considerados os termos da legislação vigente, e objetiva alcançar a cooperação/interação da comunidade acadêmica e o aprimoramento institucional.

O representante discente será escolhido em eleição que obedece aos seguintes procedimentos:

1. a sua realização no recinto da UFRPE;
2. a identificação de cada aluno/-a eleitor/-a e o confronto de seu nome com os das listas nominais fornecidas pela Secretaria Departamental;
3. garantia de sigilo do voto e inviolabilidade das urnas;
4. apuração imediata, após o término da votação, assegurada a possibilidade de apresentação de recurso;
5. coordenação, por comissão, designada pela Diretoria do Departamento, constituída de 2 (dois) docentes e de 3 (três) alunos, indicados pelo CTA do Departamento ou Centro Acadêmico.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

PARECER CNE/CES 1.363/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 25/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002, Seção 1, p. 60.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Silke Weber		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 1363/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/12/2001

I – RELATÓRIO E VOTO DO(A) RELATOR(A)

Com objetivo de cumprir o disposto no Inciso III do Art. 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, que estabelece ser a Resolução ato decorrente de Parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino, a Câmara de Educação Superior formulou projeto de Resolução específico para as Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos de graduação a serem por elas regidas.

Brasília(DF), 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Processo(s):

[...]

PROJETO DE RESOLUÇÃO ...N.º... , DE... DE DE

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de **Letras**.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492, de 3 de abril de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em.....

RESOLVE:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes do Parecer CNE/CES 492/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP____, integrante do **Parecer CNE/CP 028/2001**.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente da Câmara de Educação Superior

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 9º, § 2º, alínea “c” da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos Pareceres CNE/CP 9/2001 e 27/2001, peças indispensáveis do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologados pelo Senhor Ministro da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve :

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Art. 3º A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

- I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:
 - a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
 - b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;

d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

Art. 4º Na concepção, no desenvolvimento e na abrangência dos cursos de formação é fundamental que se busque:

I - considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;

II - adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

Art. 5º O projeto pedagógico de cada curso, considerado o artigo anterior, levará em conta que:

I - a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;

II - o desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;

III - a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;

IV - os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;

V - a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

Parágrafo único. A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da

atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.

§ 2º As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I - cultura geral e profissional;

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V - conhecimento pedagógico;

VI - conhecimento advindo da experiência.

Art. 7º A organização institucional da formação dos professores, a serviço do desenvolvimento de competências, levará em conta que:

I - a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria;

II - será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

III - as instituições constituirão direção e colegiados próprios, que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - as instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;

V - a organização institucional preverá a formação dos formadores, incluindo na sua jornada de trabalho tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;

VI - as escolas de formação garantirão, com qualidade e quantidade, recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação;

VII - serão adotadas iniciativas que garantam parcerias para a promoção de atividades culturais destinadas aos formadores e futuros professores;

VIII - nas instituições de ensino superior não detentoras de autonomia universitária serão criados Institutos Superiores de Educação, para congregar os cursos de formação de professores que ofereçam licenciaturas em curso Normal Superior para docência multidisciplinar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou licenciaturas para docência nas etapas subseqüentes da educação básica.

Art. 8º As competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação, de acordo com as presentes Diretrizes, devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

I - periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;

II - feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;

III - incidentes sobre processos e resultados.

Art. 9º A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria.

Art. 10. A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que comporão a matriz curricular para a formação de professores, de que trata esta Resolução, serão de competência da instituição de ensino, sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;

III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;

IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica;

V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;

VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

Parágrafo único. Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

Art. 12. Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras.

Art. 15. Os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos.

§ 1º Nenhum novo curso será autorizado, a partir da vigência destas normas, sem que o seu projeto seja organizado nos termos das mesmas.

§ 2º Os projetos em tramitação deverão ser restituídos aos requerentes para a devida adequação.

Art. 16. O Ministério da Educação, em conformidade com § 1º Art. 8º da Lei 9.394, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores de educação básica.

Art. 17. As dúvidas eventualmente surgidas, quanto a estas disposições, serão dirimidas pelo Conselho Nacional de Educação, nos termos do Art. 90 da Lei 9.394.

Art. 18. O parecer e a resolução referentes à carga horária, previstos no Artigo 12 desta resolução, serão elaborados por comissão bicameral, a qual terá cinquenta dias de prazo para submeter suas propostas ao Conselho Pleno.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.(*)

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

(*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

(*) CNE. Resolução CNE/CES 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas providas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

[...]

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de **currículo**, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se **currículo** como *tudo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integram um curso*. Essa definição introduz o conceito de **atividade acadêmica curricular** – *aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador*, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades lingüísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários.

2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
 - reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
 - visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
 - preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
 - domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;

Confere com o original assinado pelo Reitor e arquivado nesta Secretaria Geral.

- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar compromissado com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos **Estudos Lingüísticos e Literários**, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos lingüísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos lingüísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

4. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

5. Avaliação

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.